

Juventude Brasileira
e Democracia:
participação, esferas
e políticas públicas

2

Relatório final



Sumário

1. Apresentação.....	5
2. Participação e juventude	7
3. Considerações metodológicas	10
3.1 Pesquisa de opinião.....	10
3.2 Grupos de diálogo.....	13
4. Perfil dos(as) jovens: quais os sujeitos da pesquisa?.....	15
5. O que preocupa os(as) jovens?	18
6. Os eixos orientadores do diálogo: educação, trabalho e cultura e lazer	21
6.1 Educação	21
6.2 Trabalho	29
6.3 Cultura e lazer.....	34
7. A participação e seus caminhos possíveis	40
7.1. Participação em grupos	40
7.1.1 Participação em movimentos	42
7.1.2 A Escola como espaço-tempo de participação	44
7.1.2.1 Principais temas debatidos nas escolas	
7.1.2.2. Participação em atividades na escola	
em finais de semana	
7.1.3. Percepções em torno da participação	46
7.2. Caminhos participativos: os jovens dialogam sobre limites e possibilidades	48
7.2.1. Caminho 1: Eu me engajo e tenho uma bandeira de luta	49
7.2.2. Caminho 2: Eu sou voluntário(a) e faço a diferença	53
7.2.3. Caminho 3: Eu e meu grupo: nós damos o recado	58
7.2.4. Escolhendo e inventando caminhos, com criatividade.....	62
8. Recado dos(as) jovens para os(as) “políticos(as)”	65
9. Espaços para o diálogo	68
10. Considerações finais.....	72
10.1. Recomendações de políticas públicas.....	83
10.2. Recomendações de novos estudos e investigações	84
11. Bibliografia.....	86
12. Anexos	89



1

Apresentação

O relatório a seguir é o resultado final da pesquisa “**Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas**”, que buscou ouvir e debater com diferentes jovens brasileiros(as), entre 15 e 24 anos de idade, os limites e possibilidades da sua participação em atividades políticas, sociais e comunitárias, considerando a importância da inclusão desses sujeitos para a consolidação do processo de democratização da sociedade brasileira. A investigação foi desenvolvida por uma rede de instituições parceiras¹, que compactuam com a premissa de que a primeira tarefa a se fazer é aprender a escutar os(as) jovens, entender as condições em que vivem, as suas semelhanças, diferenças e perspectivas frente aos imensos desafios que as sociedades atuais impõem.

A investigação, realizada entre julho de 2004 e novembro de 2005, teve como finalidade subsidiar novas políticas, estratégias e ações públicas voltadas para os(as) jovens, e realizou-se mediante duas abordagens metodológicas: a primeira, um levantamento estatístico, por meio da aplicação de questionário em amostra do universo (8.000 jovens), buscando caracterizar o perfil dos(as) jovens, suas diversas formas de participação e percepções sobre o tema; a segunda, um estudo qualitativo, baseado na metodologia *Choice Work Dialogue Methodology* – Grupos de Diálogo, em que 913 jovens debateram sobre o tema, em sete Regiões Metropolitanas (Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo) e no Distrito Federal.

A partir dos dados levantados nessas duas fases, foram produzidos, além do presente texto, dois relatórios em cada uma das regiões: o primeiro tratando especificamente da análise dos dados quantitativos regionais (Pesquisa de Opinião) e o segundo articulando os resultados dos Grupos de Diálogo da região com as análises da Pesquisa de Opinião. Os relatórios finais das regiões investigadas e o relatório global da Pesquisa de Opinião constituíram, portanto, base para o texto que se segue.

Trata-se, assim, de uma produção coletiva, que articula diferentes reflexões na compreensão das formas, conteúdos e sentidos da participação dos(as) jovens, embora cada um dos relatórios finais das regiões pesquisadas possua uma linha de análise autônoma de acordo com as instituições e pesquisadores(as) que estiveram à frente da investigação nas referidas localidades.

1. Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (coord.); Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (coord.); Iser Assessoria/Rio de Janeiro, RJ; Observatório Jovem do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense, RJ; Observatório da Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais/Belo Horizonte, MG; Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação/São Paulo, SP; UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Porto Alegre, RS; Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos/Brasília, DF; Cria – Centro de Referência Integral de Adolescentes/Salvador, BA; UNIPOP – Instituto Universidade Popular/Belém, PA; Equip – Escola de Formação Quilombo dos Palmares/Recife, PE; IDRC – International Development Research Centre/Canadá; e CPRN – Canadian Policy Research Networks/Canadá.

As informações aqui mapeadas se unem às contribuições já existentes da produção de conhecimento sobre juventude, no âmbito nacional e internacional, particularmente da América Latina, ampliando o debate, influenciando políticas públicas de juventude (como também políticas de educação, trabalho, cultura e lazer) e estimulando o fortalecimento de redes de sustentação e de construção de oportunidades para que as diversas juventudes vislumbrem *um outro mundo possível*.

Assim sendo, os resultados da pesquisa ganham maior relevância, considerando o recente movimento de criação de instâncias político-administrativas voltadas para políticas públicas de juventude nos âmbitos executivos e legislativos, destacando-se nacionalmente a criação em 2005 da Secretaria Nacional da Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, ambos vinculados à Presidência da República, tendo como importante atribuição incorporar as manifestações participativas e os interesses dessa significativa parcela da população.

Embora, de um modo geral, a sociedade tenha um olhar ambíguo de desencanto e de fascínio para os(as) jovens, os dados e depoimentos que se seguem mostram sujeitos com profunda crença em suas capacidades, que aspiram a abertura de canais de participação para que possam ser ouvidos e oportunidades iguais para que vivam a transformação hoje, e não em um futuro inalcançável. ■





Participação e Juventude

Articular as temáticas juventude e participação não é tarefa simples e torna-se um importante desafio, especialmente no contexto atual do Brasil. São 34 milhões de jovens entre 15 e 24 anos, ainda longe de serem reconhecidos(as) como sujeitos de direitos e incluídos ativamente no processo democrático. Mas quem são esses(as) jovens e o que pensam sobre a participação?

A definição do que venha a ser juventude em determinado momento histórico pelo intermédio do recorte etário é, talvez, a maneira mais simples de tentar circunscrever sujeitos cujas experiências se caracterizam por serem diversas e desiguais. Ainda que para fins de pesquisa, legislação e definição de políticas públicas seja possível estabelecer como sendo jovens aqueles(as) que se encontram em torno de determinado corte de idade, deve-se ter em conta a inadequação conceitual de se articular um só campo de representações que seja unificador dos sentidos do que venha a ser a “juventude”. Sem dúvida, *“juventude é apenas uma palavra”* (Bourdieu, 1983) caso não se busque compreendê-la como categoria em permanente construção social e histórica, incorporando a complexidade da vida – em suas dimensões biológicas, sociais, psíquicas, culturais, políticas, econômicas etc. – que organizam as múltiplas maneiras de viver a condição juvenil.

Cabe refletir sobre o que haveria de comum entre jovens de 15 e 24 anos? Que vínculos existem entre jovens que possuem garantias familiares para se escolarizarem no tempo adequado e outros(as) de mesma idade que já se encontram diante dos desafios do mundo do trabalho ou da constituição da família? O que têm em comum jovens que vivem em espaços sociais economicamente valorizados da cidade e jovens que moram nas favelas e periferias? Jovens homens e jovens mulheres, ainda que de classes e idades semelhantes? Certamente, as respostas vão muito além da agregação etária, mas apontam para a necessidade de refletir sobre as diferentes condições objetivas e percepções sobre os sentidos de ser jovem. Somente dessa forma é possível dirigir um olhar sobre a juventude que contemple a sua diversidade, mais adequado à situação real, ou seja, aquela na qual a agregação arbitrária por idade não resume as identificações possíveis num conjunto determinado de homens e mulheres que se reúnem num universo de pesquisa, mas que permite perceber

experiências geracionais em comum (Novaes, 1998). Nessa perspectiva, pode-se dizer que se está diante de uma mesma geração quando os sujeitos, em alguma medida, vivenciam espaços-tempos comuns de sensibilidades, saberes, memórias, experiências históricas e culturais.

Assim, passou-se a empregar com certa frequência a expressão “juventudes” (Novaes, 1998, Carrano, 2000, Castro & Abramovay, 2002; Abramo, 2005) como forma de enfatizar que, ao se tratar de jovens, deve-se reconhecer que esses(as) constituem realidade plural e multifacetada. A expressão aparece em discursos públicos, textos e documentos variados da esfera governamental, acadêmica e da sociedade civil. Ainda que a simples utilização dessa expressão não garanta, por si só, a percepção da complexidade das realidades vividas pelos(as) jovens, denota certo cuidado contra as generalizações que simplificam ao unificar o diverso e o desigual. O plural na referência à juventude é o reconhecimento do peso específico de jovens que se distinguem e se identificam em suas muitas dimensões, tais como as de gênero, cor da pele, classe, local de moradia, cotidianos e projetos de futuro.

O agravamento das condições de vida de ampla maioria da população jovem brasileira – em especial os setores mais vulneráveis: jovens negras e homens jovens moradores de espaços populares – incide diretamente no aumento da sensação de insegurança no presente e das incertezas quanto à vida futura. Reguillo (2003) chama a atenção que, em toda a América Latina, a face mais visível dos(as) jovens, principalmente os(as) pertencentes aos setores populares, foi aquela que os(as) converteu nos(as) principais operadores(as) de violências nas sociedades. Não é de se estranhar, assim, que sobre eles(as) tenham recaído as principais ações – não necessariamente de políticas públicas – de controle social tutelar e repressivo. Em conjunto com esse processo estigmatizador e generalizável a todos os países da região, se aprofundou a crise estrutural dos anos 80, que fraturou as macroeconomias dos países e pulverizou a microeconomia de pessoas e famílias. Nesse processo, muitos(as) jovens vêm pagando o preço de políticas econômicas que os(as) excluem das possibilidades de incorporar-se de maneira produtiva e cidadã à sociedade.

Um dos grandes desafios democráticos se relaciona com as encruzilhadas que podem ser percorridas para que a participação social se torne objetivo e meta realizável numa sociedade em que tantos(as) jovens se encontram em processos de exclusão econômica e marginalização social. A ampliação de conhecimentos sobre as diferentes realidades juvenis, necessidades insatisfeitas, motivações e intersubjetividades em curso, especialmente àquelas relacionadas com os(as) jovens pobres que mais dificuldades enfrentam para realizar escolhas alternativas e projetos autônomos, é condição necessária de definição de políticas públicas sintonizadas com os sujeitos e realidades que se quer transformar.

A participação dos(as) jovens nos assuntos públicos está entre as preocupações do debate sobre a ampliação dos processos democráticos. Muitas vezes há exagero quando se denuncia a “apatia juvenil” e se deixa de perceber que a “crise de participação cidadã” é fenômeno social ampliado que atinge todas as faixas etárias da população (sobre isso, ver Venturi, G. e Bokany, V, 2005). Não é incomum que dados de pesquisas de opinião pública sejam distorcidos pelas mídias que pintam quadros

que apresentam os(as) jovens contemporâneos(as) como conservadores(as) e sem perspectivas, ou seja, nova geração, porém, politicamente mais velha do que seus próprios pais, que teriam contestado o “sistema” e empreendido a “boa luta” de gerações contra valores adultos dominantes. Deixa-se de reconhecer que não há mais valores pertencentes a apenas uma geração, que há desconfiança generalizada da população na “política” e que em todos os lugares e idades há dificuldades para se encontrar meios de ação para a resolução dos problemas coletivos.

A crítica mais acentuada sobre os(as) jovens pode estar na “função sociológica” que as sociedades modernas atribuíram à juventude de ser agente de revitalização da vida social, força oculta pronta para ser utilizada nos processos de mudança (Mannheim, 1968). Em grande medida, as generalizações sobre a “apatia juvenil” são agravadas pela insuficiência de pesquisas que permitam com alguma precisão apreender e interpretar as situações pelas quais os(as) jovens, em diferentes contextos e condições econômicas e sociais, expressam processos de recusa, impossibilidades ou mesmo apontam para novas práticas de participação de solidariedade e conflito que já praticam ou com as quais aceitariam se envolver. Muitas dessas práticas se tornam invisíveis para os sentidos dominantes, que dizem ser mais legítimos determinados ideais de participação ou mitos participativos do passado, tais como aqueles que se associam ao “jovem radical” (Lanni, 1969) dos anos 60.

Estudos sobre a participação dos(as) jovens na vida social indicam que, durante as décadas de 80 e 90 e o início do novo século, a militância política institucionalizada ocupou um papel secundário nas ações coletivas praticadas e valorizadas pelos(as) jovens brasileiros(as) (Schmidt, 2001; Abramo e Venturi, 2000, Barquero, 2004). Em outras regiões do mundo, a “despolitização” das populações juvenis também se tornou fonte de preocupação, levando à indagação sobre se a crise de participação dos(as) jovens expressaria processos cíclicos ou mesmo consolidações estruturais nos relacionamentos das jovens gerações com as instituições sociais e políticas (Oesterreich, 2001; Balardini, 2000; Laguna, 2000; Müxel, 1999).

Ao mesmo tempo em que há pouca participação juvenil em espaços políticos formais, nota-se a presença de jovens em outros tipos de ações coletivas que contribuem para a constituição de espaços públicos *juvenilizados* em torno de diferentes experiências sociais participativas.

Os(as) jovens brasileiros têm emitido sinais, mais ou menos visíveis, da negação frente a formas tradicionais de participação, tais como as que se expressam pela filiação a partidos, sindicatos e organizações estudantis. No entanto, ações coletivas juvenis deixam de ser notadas ou valorizadas devido ao caráter descontínuo, tópico e muito freqüentemente desprovido de ideologias facilmente reconhecidas – esquerda e direita, por exemplo – do qual se revestem. Entretanto, as novas formas e temas pelos quais os(as) jovens se mobilizam na esfera pública também indicam o quadro de crise das formas tradicionais de participação e socialização política.

Sem dúvida, pensar os distintos significados da participação política para as juventudes pode representar um importante aporte para captar não só como reproduzem, mas principalmente, como constroem novas respostas a essa questão. ■



Considerações metodológicas: Pesquisa de Opinião e Grupos de Diálogo

3.1. Pesquisa de Opinião

A primeira etapa do trabalho de pesquisa foi o levantamento de dados mediante a aplicação de 8.000 questionários em amostra de jovens residentes em sete Regiões Metropolitanas (RMs) e no Distrito Federal. Esse levantamento foi realizado, entre os meses de setembro e novembro de 2004, por empresa especializada que também se encarregou do respectivo processamento. O questionário aplicado (*anexo*) era formado por 46 questões que abordavam o perfil dos(as) jovens pesquisados(as): educação, situação familiar, trabalho, mídia e acesso à cultura, além de suas percepções e práticas no campo da participação e cultura política. Foram realizadas apurações específicas para cada região, bem como uma apuração agregada para o conjunto delas. As diversas equipes regionais, que compõem a rede de parceiros, participaram da construção coletiva da metodologia e dos instrumentos de pesquisa e incumbiram-se da análise dos dados processados e da elaboração dos respectivos relatórios regionais. A equipe técnica, sediada no Rio de Janeiro, realizou a análise da apuração agregada e elaborou relatório global. Os relatórios regionais foram feitos com base em roteiro desenhado com vistas a harmonizar as análises e tornar possíveis as necessárias comparações, sempre preservando a manifestação da diversidade regional e as avaliações e conclusões realizadas pelas equipes responsáveis pelo trabalho.

A seguir, são apresentados os passos que configuraram os procedimentos metodológicos da pesquisa de opinião.

Âmbito

Regiões Metropolitanas de Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, além do Distrito Federal.

Público-alvo para cálculo da amostra

Jovens com idades entre 15 e 24 anos moradores(as) nas regiões acima relacionadas, cuja população está descrita na tabela a seguir:

Tabela 1

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – População total e jovens de 15 a 24 anos (2003)		
Região Metropolitana / DF	população total	População total 15 a 24 anos
Belém	1.880.855	407.276
Belo Horizonte	4.625.670	903.519
Porto Alegre	3.879.464	705.462
Recife	3.392.066	703.337
Rio de Janeiro	11.251.811	1.907.448
Salvador	3.195.513	706.237
São Paulo	18.684.954	3.659.766
Distrito Federal	2.200.238	442.603
Total	49.110.571	9.435.648

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2004)

Tamanho e composição da amostra

Tabela 2

Número de jovens entrevistados(as) nas Regiões Metropolitanas e Distrito Federal (2004)	
Região Metropolitana / DF	Nº de entrevistados
Belém	600
Belo Horizonte	1.000
Porto Alegre	1.000
Recife	1.000
Rio de Janeiro	1.400
Salvador	1.000
São Paulo	1.400
Distrito Federal	600
Total	8.000

Fonte: IBASE/POLIS. Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.

Modelo de amostragem

A primeira etapa da pesquisa foi realizada sobre uma amostra independente, definida com rigor estatístico, em cada região pesquisada. O modelo de amostragem utilizado foi o de conglomerados, aplicado em duas etapas. A seleção dos conglomerados (setores censitários do IBGE) na primeira etapa foi realizada com probabilidade proporcional ao tamanho, em que a medida foi o número de jovens de 15 a 24 anos residentes nos setores. Na segunda etapa foram selecionados, dentro de cada setor censitário (selecionado na primeira etapa), dez jovens para serem entrevistados(as). O modelo de amostragem deu a cada jovem das Regiões Metropolitanas e Distrito Federal igual probabilidade de ser selecionado(a) para a amostra².

A pesquisa de opinião, além de traçar perfil dos(as) jovens e subsidiar os Grupos de Diálogo (GDs), possibilitou a obtenção de cadastro de jovens dispostos(as) a participar da continuidade da pesquisa em sua segunda fase – Grupos de Diálogo – que assumiu perfil predominantemente qualitativo com a realização de 39 GDs³, cada um deles envolvendo entre nove e 37 jovens. Nesses Grupos, realizados entre março e maio de 2005, 913 jovens homens e mulheres entre 15 e 24 anos dialogaram sobre Caminhos Participativos que estariam dispostos(as) a trilhar para conquistar direitos relacionados à educação, ao trabalho, à cultura e ao lazer⁴.

3.2. Grupos de Diálogo

A metodologia dos Grupos de Diálogo utilizada na segunda fase da pesquisa era inédita no país e foi adaptada à realidade brasileira a partir de intensas trocas de experiência entre pesquisadores(as) do *Canadian Policy Research Networks* (CPRN) e pesquisadores(as) vinculados às instituições que formaram a rede de parceiros(as).

Os Grupos de Diálogo da pesquisa “**Juventude Brasileira e Democracia**” foram adaptados da metodologia *Choice Work Dialogue*, a partir da experiência canadense que teve como base estudos de Daniel Yankolovich. O principal pressuposto metodológico se encontra na busca de superação da lógica que domina as pesquisas de opinião no campo das políticas públicas, considerando que elas apenas constatarem o posicionamento dos cidadãos, sem criar oportunidade para que esses exercitem coletivamente diferentes reflexões sobre o tema. O enfoque dos Grupos de Diálogo considera que a opinião não é formada individualmente, mas na interação. Seu fundamento está em situar cidadãos em relação de diálogo, provocando reflexões pessoais e coletivas acerca de determinadas questões, bem como sobre as decisões que devem ser tomadas para que os consensos que emergem durante o diálogo se concretizem. Trata-se de uma metodologia que favorece que as pessoas emitam suas opiniões, coloquem-nas em diálogo com as opiniões dos(as) outros(as) e que estas sejam novamente remetidas a si e a seus valores mais profundos.

Durante o Dia de Diálogo, as pessoas recebem informações qualificadas sobre o assunto a ser abordado e são convidadas a participar de um intenso processo de discussão entre indivíduos de ambos os sexos, de diferentes classes, faixas etárias,

2. Documento sobre os cálculos da amostra e de erros disponível para consulta no Ibase.

3. Foram realizados cinco Grupos de Diálogo em cada uma das regiões estudadas, com exceção de Belém, onde foram realizados quatro grupos.

4. Para participar do Dia de Diálogo, os(as) jovens receberam uma ajuda de custo de 50 reais para subsidiar o transporte e recompensar o dia dispensado para a atividade. Além disso, foram servidos café da manhã, almoço e lanche para todos(as) os(as) participantes.

locais de moradia etc. **O diálogo como método pressupõe que os(as) participantes sejam capazes de ouvir uns(mas) aos(às) outros(as) e de interagir sem que a defesa de determinada opinião desconsidere as demais.** O papel da pessoa responsável por facilitar o diálogo (o chamado facilitador), bem como as regras gerais para sua realização, são elementos imprescindíveis para que seja possível uma interação qualificada entre os(as) envolvidos(as) em busca de pontos comuns que revelem tendências sobre determinadas questões de interesse público e, muito comumente, de impacto em políticas públicas.

Assim, ao longo do dia, os(as) jovens foram convidados a participar de dinâmicas (em pequenos grupos e reuniões em sessões plenárias) em que o ponto central de debate era a participação dos(as) jovens brasileiros(as). Num primeiro momento, os(as) jovens identificaram as principais preocupações acerca de três temas bem próximos de suas realidades: educação, trabalho e cultura/lazer. Após a identificação de suas preocupações e demandas, e partindo delas, eles(as) eram então chamados(as) a refletir sobre a melhor maneira de concretizá-las a partir de três alternativas de participação apresentadas pelas equipes regionais da pesquisa.

Essas três alternativas – chamadas pela pesquisa de Caminhos Participativos – apresentavam determinados “tipos ideais” de participação, em maior ou menor medida, já praticados na sociedade brasileira. Informações sobre esses caminhos de participação, incluindo resumos, exemplos e as possíveis conseqüências para a sociedade caso uma dessas formas participativas viesse a se tornar dominante entre a juventude, além de pontos contra e a favor, podiam ser encontradas no Caderno de Trabalho, publicação voltada para os(as) jovens participantes e especialmente produzida para os Diálogos.

Em linhas gerais, as alternativas de Caminhos Participativos apresentadas foram: 1) *Eu me engajo e tenho uma bandeira de luta* – ênfase na participação institucional em partidos políticos, grêmios, movimentos sociais, sindicatos, ONGs, entre outras instituições reguladas por adultos(as); 2) *Eu sou voluntário e faço a diferença* – forte ênfase na participação individual que produz resultados pontuais, porém, com visibilidade pública para o trabalho do(a) jovem; e 3) *Eu e meu grupo: nós damos o recado* – a ênfase recai na ação dos grupos juvenis, especialmente aquela que se realiza através da participação cultural dos(as) jovens agrupados(as) sem que haja interferência do denominado “mundo adulto”. Os Caminhos foram pensados de modo a apresentarem contrastes entre si, embora não fossem excludentes. Para os(as) jovens era dito muitas vezes que o que se pedia não era que escolhessem um Caminho em detrimento dos demais. Foi dada, de diversas formas, a possibilidade de que combinassem os Caminhos da maneira que julgassem melhor e, ainda, a alternativa de criar algo totalmente novo, que não estivesse contemplado nos Caminhos inicialmente apresentados.



Arquivo Imac/geração

A partir do Caderno de Trabalho, os(as) jovens estabeleceram diálogos em grupos, trocando idéias e experiências que culminavam na construção interativa de uma escolha coletiva baseada em um consenso desejável, porém, não obrigatório. Cada pequeno grupo de trabalho apresentava em reunião plenária o seu Caminho (sendo ele uma das alternativas propostas, uma combinação entre elas ou algo totalmente novo tal como dito acima). Era pedido, no entanto, que os Caminhos fossem pensados como possibilidades de tornar reais as demandas listadas por eles(as) em relação à educação, trabalho e cultura/lazer na primeira parte do Dia de Diálogo. Esse consenso era submetido à apreciação da plenária maior, que também buscava identificar pontos comuns nas apresentações dos vários grupos. Desta maneira, de cada Grupo de Diálogo resultou um quadro com os pontos acordados pelos(as) jovens. Estes pontos passaram por processo de problematização promovido pelos(as) facilitadores(as) dos diálogos antes de serem acatados por todos(as) os(as) participantes.

Além do processo de construção coletiva de consensos, a pesquisa também abordou os posicionamentos individuais dos(as) jovens a respeito de cada um dos Caminhos Participativos. Isso foi feito a partir das Fichas Pré-Diálogo e Pós-Diálogo (*em anexo*), a primeira preenchida pelos(as) jovens no início do Dia de Diálogo, e a segunda, ao final do dia. O objetivo desses instrumentos foi apreender mudanças de posicionamento dos(as) jovens ocorridas ao longo do Dia de Diálogo. Ocorreram outros momentos de manifestação individual. Logo no início do Dia de Diálogo, os(as) jovens eram chamados(as) a se apresentar, dizendo, em uma palavra, o que mais os(as) preocupava no Brasil. Ao final do mesmo dia, esses(as) mesmos(as) jovens verbalizavam um recado para os(as) governantes e, na mesma oportunidade, avaliavam o Dia de Diálogo. Todo o processo (exceto o trabalho nos pequenos grupos) foi gravado e transcrito para fins de análise.

Esse processo de promoção do diálogo entre jovens com experiências de vida tão diferenciadas fez significativa diferença na qualidade das informações produzidas pela pesquisa. É neste sentido que a própria experimentação da metodologia pode ser também considerada produto do processo de pesquisa⁵. ■

5. Mais informações sobre a metodologia dos Grupos de Diálogo podem ser encontradas em relatório à parte com a sistematização e análise da experiência brasileira a partir dos relatos das experiências das regiões em que aconteceram os GDs.

4

Perfil dos(as) jovens: quais os sujeitos da pesquisa?

Este capítulo tem por finalidade apresentar o perfil dos(as) jovens que participaram nas duas fases da pesquisa “**Juventude Brasileira e Democracia**” – a Pesquisa de Opinião e os Grupos de Diálogo. Pretende-se aqui situar os(as) jovens nos espaços e tempos sociais em que esses(as) se inserem. Os dados a seguir permitem reconhecer diferenças, semelhanças e efeitos decorrentes dos distintos lugares sociais que ocupam.

A amostra de 8.000 jovens entrevistados(as) é composta, em partes iguais, por homens e mulheres. Quanto à faixa etária, 30,1% têm entre 15 e 17 anos; 30% estão entre 18 e 20 anos e 39,9% entre 21 e 24 anos⁶.

Participaram dos Grupos de Diálogo 913 jovens convidados(as) a partir da amostra de 8.000 jovens⁷; aqui a presença feminina e masculina também foi equilibrada.

A partir do modelo “Critério Brasil”⁸ – aqui denominado “classe” – foi realizado o levantamento do tipo e da quantidade de bens de consumo duráveis existentes na residência, do grau de instrução do chefe da família e do local de moradia (distrito

censitário) dos(as) jovens entrevistados(as) nas distintas Regiões Metropolitanas e Distrito Federal. Dessa forma, observou-se uma concentração na classe C (44,0%), seguida das classes D/E, com 25,9%, tendo nas classes A/B a menor representação: 24,3%.

Tais dados expressam a média nacional e encobrem disparidades socioeconômicas entre as diferentes regiões do país. Isto porque, quando desagregados, verifica-se que enquanto na Região Metropolitana de Porto Alegre 43,1% dos(as) entrevistados(as) encontram-se na classe C, 28,5% na classe A/B e 19,8% na classe D/E; em Belém, os estratos mais numerosos correspondem às classes C (33,0%) e D/E (34,2%). Esse último chega a 39,7% dos(as) entrevistados(as) em Salvador e a 45% deles(as) em Recife.



6. Segundo dados do IBGE, 2004, a população jovem no conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas se dispõe da seguinte forma: 28,9% de jovens entre 15 e 17 anos, 19,3% de jovens entre 18 e 19 anos e 51,8% entre 20 e 24 anos. Note-se que o IBGE utiliza delimitação etária ligeiramente diferente da usada na pesquisa no que diz respeito às idades que compõem as duas últimas classes etárias. Tal diferença de classificação justifica em parte a desigualdade entre os dados da amostra da pesquisa e o número de jovens do conjunto da população.

7. Uma das questões do formulário de pesquisa de opinião perguntou se os(as) entrevistados(as) teriam interesse e disponibilidade para participar de encontro com outros(as) jovens para discutir temas relativos à juventude. A partir dos(as) jovens que responderam afirmativamente, constitui-se um cadastro utilizado para a convocação dos participantes da segunda fase da pesquisa, os Grupos de Diálogo.

8. O Critério de Classificação Econômica Brasil é utilizado para se estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas.

Tabela 3

Classe dos(as) jovens entrevistados(as) por Região Metropolitana/DF (em %)					
Regiões Metropolitanas/DF	Classe A/B	Classe C	Classe D/E	Ns/No	Total
Belém	16,2	33,0	34,2	16,6	100
Belo Horizonte	19,8	42,2	28,1	9,9	100
Porto Alegre	28,5	43,1	19,8	8,6	100
Recife	13,3	31,7	45,0	10	100
Rio de Janeiro	25,4	46,1	21,5	7,0	100
Salvador	16,0	34,3	39,7	10,0	100
São Paulo	28,2	50,0	20,6	1,2	100
Distrito Federal	27,3	36,3	33,5	2,9	100
Total das RMs/ DF	24,3	44,0	25,9	5,8	100

Fonte: IBASE/POLIS. Pesquisa de Opinião Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.

Nos Grupos de Diálogo, os(as) 913 jovens participantes também se situam, na sua grande maioria, nas classes C e D/E, sendo Recife (88,9%) e Belém (87,8%) as capitais com o maior número de participantes dessas faixas. Por outro lado, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo apresentam, em ordem decrescente, as maiores porcentagens de participantes da classe A/B: 32,7%, 30,1% e 26,7%, respectivamente⁹.

Alguns(as) jovens das classes C e D/E não puderam participar do Dia de Diálogo por obrigações profissionais que lhes ocupavam também os finais de semana, segundo informações colhidas pelos pesquisadores que telefonaram para cada jovem convidado(a) a participar do Diálogo. No entanto, a menor presença proporcional dos(as) jovens das classes A/B possivelmente se deve ao fato de que estes(as) têm mais oportunidade de realizar atividades de estudo e de lazer (cursos, viagens, passeios, saídas noturnas) que podem ter concorrido com os Dias de Diálogo, realizados em sábados ou domingos inteiros. Além disso, para eles(as), é possível que os R\$ 50,00 oferecidos aos participantes dos GDs não tenha sido um atrativo significativo.

Em relação à cor, a pesquisa de opinião demonstra a predominância de brancos e pardos: 42,3% e 34,4%, respectivamente; sendo que 16,1% se identificaram como pretos¹⁰. Considerando os estigmas e discriminações sofridas pelos afrodescendentes ao longo da história do Brasil, é de se supor que essa população assuma a condição de parda como forma de se afastar de identidades desvalorizadas socialmente.

A soma dos percentuais de pretos e pardos representa mais de 50% dos(as) jovens entrevistados(as). Acrescentando ainda os(as) que se identificaram como amarelos e indígenas (6,9%), a maioria dos(as) jovens – 57,4% – se identificou como não-branca¹¹.

9. Os dados de classe da Pesquisa de Opinião e dos Grupos de Diálogo não devem ser comparados, uma vez que na primeira há percentual de jovens que não souberam dizer ou não opinaram sobre sua situação de classe. Nos Grupos de Diálogo, entretanto, todos(as) os(as) jovens puderam ser identificados(as) segundo o critério de definição de classe adotado. Isso fez com que os percentuais de classe nos GDs fossem maiores do que aqueles encontrados na Pesquisa de Opinião.

10. A classificação por cor foi informada pelo(a) entrevistado(a). Trata-se, portanto, de uma auto-representação.

11. O conjunto da população das RM pesquisadas é formado de 52,15% de não-brancos e 47,85% de brancos, segundo dados do IBGE (2004).

Também neste aspecto deve-se observar as diferenças regionais. Em Salvador, a soma de jovens que se declararam pretos e pardos atinge sua maior porcentagem: 77,3%. No geral das oito regiões, tem-se um quadro diversificado, segundo a cor autodeclarada dos(as) jovens.

Tabela 4

Classe dos(as) jovens entrevistados(as) por Região Metropolitana/DF (em %)							
Regiões Metropolitanas/DF	Branca	Parda	Negra	Amarela	Indígena	Ns/No	Total
Belém	26,2	50,7	12,7	7,8	1,8	0,8	100
Belo Horizonte	35,1	36,5	19,3	5,3	3,1	0,7	100
Porto Alegre	72,3	9,9	13,1	1,9	2,3	0,5	100
Recife	35,2	47,8	12,0	3,6	1,4	0,0	100
Rio de Janeiro	38,1	19,2	36,5	4,3	1,9	0,0	100
Salvador	13,0	40,7	36,6	5,5	3,8	0,4	100
São Paulo	49,9	30,1	12,1	4,1	3,1	0,7	100
Distrito Federal	40,0	45,2	8,8	3,3	2,5	0,2	100
Total das RMs	42,3	34,4	16,1	4,3	2,6	0,3	100

Fonte: IBASE/POLIS. Pesquisa de Opinião Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.

No tocante à religião, predominou a católica (54,9%), seguida das evangélicas ou protestantes (21,4%) e da espírita (2,8%). Merece destaque a parcela significativa de 14,3% de jovens que responderam acreditar em Deus, mas não ter religião, e a de 2% que disseram que não acreditam em Deus e nem têm religião. Segundo Novaes e Mello (2002), *“em nenhuma outra época houve tantos jovens se definindo como ‘sem religião’, mas, ao mesmo tempo, também, é significativo o número de jovens das igrejas orientais, pentecostais e católicos praticantes que dizem participar ativamente de grupos de sua igreja”* (p. 80). Tal observação pode ser confirmada nesta pesquisa, quando se constata que dos 28,1% de jovens que declararam participar de algum grupo, quase metade faz parte de grupos religiosos.

Em relação ao estado civil, os(as) jovens se declaram, em sua maioria, solteiros(as) (86,2%), sugerindo que ainda vivem com a família de origem. Quanto aos demais, a frequência significativa é a de 13,0% que se dizem casados(as) ou vivem juntos.

Dos 8.000 entrevistados(as), 20,9% têm filhos, o que, em números absolutos, significa cerca de 1.600 jovens. Tal número é maior do que o daqueles(as) que se dizem casados(as) ou vivem juntos, o que pode sinalizar um elevado número de mães ou pais solteiros(as). ■

5

O que preocupa os(as) jovens?

No diálogo realizado com os(as) jovens, eles(as) foram convidados(as) a responder à seguinte pergunta “O que mais preocupa você hoje no Brasil?”. Pode-se observar que as suas preocupações foram expressas em diversas questões, porém, que se concentraram em quatro grandes temáticas: violência, desemprego, educação e pobreza/desigualdade social (recorrentes em todas as regiões pesquisadas). No geral, ganham destaque aquelas que os(as) atingem mais de perto, como assinalado na Tabela 5.

Tabela 5

O que preocupa os(as) jovens no Brasil segundo temas e incidência por região								
Temas/questões mais recorrentes nos Grupos e Diálogo	Classificação da incidência nas RM e no DF							
	Belém	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Rio de Janeiro	São Paulo	Salvador
Violência: Falta de Segurança/ Criminalidade	2º	1º	2º	1º	1º	1º	2º	1º
Trabalho/Emprego/ Desemprego/Falta de oportunidade/ Primeiro emprego	3º	2º	1º	1º	3º	2º	1º	2º
Educação	4º	4º	3º	2º	2º	3º	3º	4º
Miséria/Pobreza/ Fome/Desigualdade social/Má distribuição da renda	1º	3º	5º	3º	4º	4º	4º	3º
Saúde	-	-	-	4º	-	4º	-	-
Discriminação/ Racismo/Preconceito	5º	-	-	-	-	-	-	-
Política/Corrupção/ Descaso do Governo com jovens/Falta de consciência dos(as) governantes	-	5º	4º	-	-	-	5º	5º
Drogas	-	-	-	5º	5º	-	-	-
Sociedade/Valores/ Brasil/Situação do povo	-	-	-	5º	-	-	-	-

Fonte: IBASE/POLIS. Pesquisa de Opinião Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.

A tabela anterior expressa as principais preocupações ditas pelos(as) participantes dos Grupos de Diálogo. É importante dizer que as questões relacionadas na tabela emergiram espontaneamente, ou seja, sem que fosse feita qualquer indicação prévia das mesmas.

Questões relacionadas à violência, segurança e criminalidade são a tônica das apreensões desses(as) jovens. Ocupam a primeira ou a segunda colocação em todas as regiões pesquisadas, sugerindo que eles(as) possuem consciência dos riscos a que se encontram expostos(as), o que se evidencia nas estatísticas que atribuem às chamadas causas externas (assassinatos, acidentes de trânsito etc.) o principal agente da mortalidade entre os(as) jovens das Regiões Metropolitanas. Por um lado, a prevalência do tema da violência e da criminalidade nas preocupações espontaneamente reveladas denuncia a magnitude da abrangência e intensidade com que o fenômeno vem se manifestando na sociedade brasileira, e demonstra que o tempo juvenil, antes de se constituir um período livre de preocupações de ordem prática, encontra-se profundamente comprometido com questões relativas à própria preservação da vida. Por outro lado, faz pensar até que ponto a preocupação com a violência revelada pelos(as) jovens não poderia expressar também certo clima de insegurança generalizada criado pela tendência de espetacularização do assunto pela grande mídia atuante nas regiões pesquisadas. É possível que o tema da violência, como vem sendo tratado, em alguma medida, esteja contribuindo para tirar o foco da raiz do problema, que tem sua origem nas profundas desigualdades sociais que caracterizam a sociedade brasileira.

Outro dado importante refere-se ao modo como este tema aparece comumente associado a outros, principalmente: desemprego, má distribuição de renda, desigualdade social, drogas, falta de oportunidades e educação, aparecendo numa relação direta de causa e efeito. Assim, a pobreza e a falta de oportunidade são traduzidas, por grande parte dos(as) jovens, como via direta para o envolvimento em situações de violência.

O lugar do trabalho entre as preocupações dos(as) participantes confirma o que vem sendo apontado em diversos estudos, ou seja, que a incerteza e a apreensão com a busca ou perda de postos de trabalho – processos diretamente relacionados com a obtenção do primeiro emprego e a falta de oportunidades no mercado – são uma constante na vida dos(as) jovens, especialmente, daqueles(as) dos setores populares que desde muito cedo sofrem as pressões para a inserção no mundo do trabalho.

A educação, sobretudo a escolar, é vista como passaporte para um “futuro mais estável”. É através dela que os(as) jovens ainda vislumbram possibilidades tanto de qualificação e inserção profissional quanto de mobilidade social (Esteves, 2005). Deste modo, considerando que tais jovens são oriundos(as) predominantemente da escola pública, medidas voltadas para a melhoria da qualidade e do acesso a essa instituição, sobretudo àquela do nível médio, são imprescindíveis.

Aspectos relacionados à pobreza e às desigualdades sociais também foram citados em todos os lugares onde os Grupos de Diálogo se realizaram, numa demonstração do impacto desses processos na vivência do tempo de juventude para a maioria desses(as) jovens que cresceram em tempos agravamento da situação de injustiça social.

Num quadro que aponta a violência e a criminalidade como os principais agentes de inquietação dos(as) jovens, era esperado que aspectos relativos às drogas – especialmente o seu tráfico –, presentes de forma tão ativa nas áreas metropolitanas, também se fizessem ouvir. O bloco relativo à discriminação, ao preconceito e ao racismo, dentre os temas levantados, foi pouco expressivo, mesmo que metade dos(as) jovens entrevistados tenha se declarado preto ou pardo (Pesquisa de Opinião). Mas é preciso lembrar que essa atividade ocorreu no início do Dia do Diálogo, quando os(as) jovens ainda não se sentiam à vontade para falar sobre processos difíceis de serem nomeados, como o racismo. No entanto, no decorrer do dia, essas questões tornaram-se relevantes, principalmente quando se referiam às dificuldades de inserção no mercado de trabalho e à política de cotas para acesso à universidade, como será visto mais à frente.

A pouca enunciação espontânea a demandas por garantia de direitos civis, tais como aqueles que se relacionam com o direito à participação na vida pública, e a forte referência a demandas sociais insatisfeitas atesta o estágio de espoliação urbana (Kowarick, 2000) ao qual a maioria dos(as) jovens está submetida. Nesse contexto, o que se evidencia é que a consciência de direitos para esses(as) jovens é mais imediatamente percebida no plano da “questão social” do que na esfera dos direitos relacionados com a vida cívica e as liberdades fundamentais. Encontra-se aqui pista importante para pautas educativas e de mobilização que se dirijam à ampliação da consciência dos direitos dos(as) jovens brasileiros(as).

As preocupações reveladas pelos(as) jovens pesquisados(as) colocam em xeque o senso comum que identifica uma suposta “apatia da juventude”. Os diálogos evidenciaram a disposição dos(as) jovens participantes em pensar sobre os problemas que afetam a população e, mais diretamente, a juventude do país. Pode-se dizer que estão expressos, em muitas das falas dos(as) jovens, no mínimo, fortes posicionamentos críticos, e denúncias sobre processos que contribuem para o agravamento das condições de vida de setores da juventude brasileira. ■



Samuel Tosta

6

Os eixos orientadores do diálogo: educação, trabalho e cultura e lazer¹²

6.1. Educação

Nos Grupos de Diálogo, os(as) jovens expressaram seus desejos e preocupações quanto à educação brasileira. E na medida em que todos(as) eles(as), independentemente da idade, já vivenciaram ou vivenciam a educação escolar, os diálogos voltaram-se, mais diretamente, para a realidade das escolas, em especial, àquelas situadas nas redes públicas de ensino.

A primeira fase da pesquisa revela que a escola pública é a grande provedora da educação para os(as) jovens pesquisados(as). Dos 8 mil entrevistados, 86,2% declaram estudar ou terem estudado em escolas públicas na maior parte de sua trajetória escolar, enquanto apenas 13,7% eram provenientes de escolas privadas.

Tabela 6

Nível de escolaridade, local de estudo e situação atual matrícula (em %)						
Escolaridade			Onde estudou		Está estudando?	
Até Fundamental incompleto	Até Médio incompleto	Médio completo ou mais	Escola pública	Escola privada	Sim	Não
24,3	42,5	33,2	86,2	13,7	47,0	52,9

Fonte: IBASE/POLIS. Pesquisa de Opinião Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.

No que diz respeito ao grau de instrução, a pesquisa mostrou que a maior parte dos(as) jovens entrevistados(as) possui o Ensino Médio incompleto (42,5%), seguido dos que possuem o Ensino Médio completo ou mais escolaridade (33,2%) e ainda um percentual elevado de jovens que nem ao menos concluíram o Ensino Fundamental (24,3%).

12. Como explicitado no ponto relativo à metodologia, ainda no período da manhã, foi pedido que, em pequenos grupos, os(as) jovens respondessem à seguinte questão "Pensando na vida que você leva como jovem brasileiro(a), o que pode melhorar na educação, no trabalho e nas atividades de cultura e lazer?". A análise que se segue parte do conteúdo por eles(as) discutido após a apresentação dos resultados dos trabalhos em pequenos grupos, na plenária.

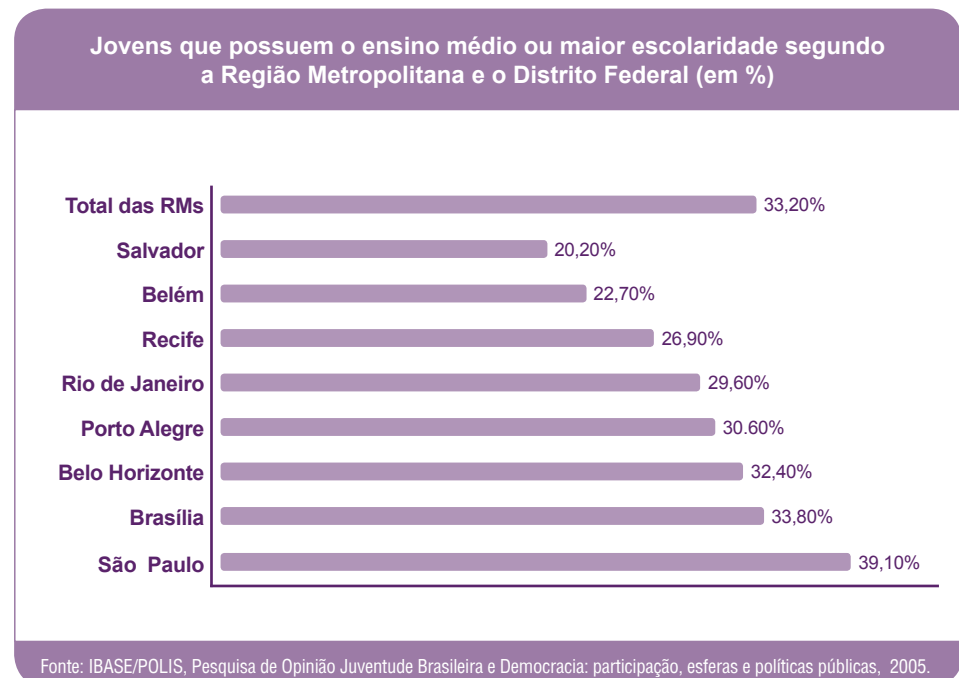
Como fica demonstrado na Tabela 7, são as Regiões Metropolitanas de Recife, Belém e Rio de Janeiro que apresentam os piores indicadores educacionais, considerando a não conclusão do Ensino Fundamental. A idade esperada de conclusão dessa etapa de escolarização é de 14 anos, assim, todos(as) os(as) jovens entrevistados(as) já deveriam tê-la concluído. Em relação ao Ensino Médio, os índices de conclusão dessa etapa de ensino são mais baixos em Salvador, Belém e Recife. São Paulo, Brasília e Belo Horizonte, ao contrário, são as regiões que apresentam, nos dois níveis de ensino, números mais favoráveis.

Tabela 7

Jovens sem o Ensino Fundamental completo, por Região Metropolitana/DF (em %)	
Regiões Metropolitanas/DF	Jovens sem o Ensino Fundamental
Recife	37,2
Belém	33,5
Rio de Janeiro	30,5
Porto Alegre	28,2
Salvador	26,8
Distrito Federal	23,3
Belo Horizonte	21,8
São Paulo	16,7
Total das RMs	24,3

Fonte: IBASE/POLIS. Pesquisa de Opinião Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.

Gráfico1



Dentre os(as) jovens entrevistados(as) na primeira fase da pesquisa, 52,9% declararam que não estavam estudando.

A escolaridade média dos(as) jovens que participaram dos Grupos de Diálogo foi alta nas 8 regiões: 67% deles(as) possuíam a escolaridade entre o Ensino Médio e o Superior, sendo que 33% cursaram até o Ensino Fundamental. Os dados demonstram que a escolaridade dos(as) jovens participantes dos Grupos de Diálogo nas oito regiões foi, em média, superior à escolaridade do conjunto dos(as) jovens brasileiros(as) em cada uma das faixas de escolarização. Isso pode estar indicando que os(as) mais escolarizados(as) são também os(as) mais interessados(as) e disponíveis para participar de reuniões sobre assuntos públicos ou que estes(as) são os(as) detentores(as) de mais condições objetivas para tal.

É importante perceber as demandas apresentadas nos Grupos de Diálogo a partir desse breve perfil da situação dos(as) jovens participantes nos dois momentos da pesquisa. O nível de precariedade da relação dos(as) jovens com a escola não minimiza a crença explicitada durante os diálogos de que a educação é “a base de tudo”. Com as melhorias a serem alcançadas na educação, projeta-se também alcançar melhorias relacionadas ao trabalho e à cultura/lazer: “(...) *acreditamos que a educação seja o principal, seja a base de tudo, porque com a educação a gente vai melhorar tanto o trabalho quanto a cultura e o lazer*” (Rio de Janeiro).

Quadro 1

O que os(as) jovens esperam na área da educação por ordem de frequência

- Expansão do Ensino Médio
- Mais professores(as) nas escolas
- Professores(as) mais qualificados(as) e melhor remunerados(as)
- Melhores currículos, metodologias, material didático e mais atividades extras (passeios, visitas, palestras, laboratórios)
- Mais verbas/investimentos para a educação
- Melhores condições de funcionamento das escolas/Preservação das escolas
- Mais oferta de cursos profissionalizantes de qualidade

Fonte: IBASE/POLIS, Grupos de Diálogo Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.

Essa educação a que a maioria dos(as) jovens se refere é, principalmente, a escolar, em seus níveis Fundamental e Médio. Quanto a uma concepção de educação para além do espaço escolar, os(as) jovens não chegam a formular questões mais elaboradas, mas afirmam que ela “*não é só dos professores, do Governo, mas também de casa*” (Rio de Janeiro). Lembram de alguns outros espaços de aprendizagem que podem acontecer fora da escola, como a família e os cursos (profissionalizantes e de pré-vestibular, principalmente), por iniciativa de “*quem sabe mais e pode ensinar um pouco pros outros*” (Recife).

As questões que se apresentam mais relevantes nessa esfera são a expansão do acesso ao Ensino Médio, a necessidade de ampliação dos quadros de professores(as) das escolas, em especial das públicas, e também um maior investimento na qualificação docente. Nesse sentido, a formação dos professores(as) surtiria mais efeito na medida em que propiciasse novas estratégias de ensino.

Ao se referirem à formação de professores(as), os(as) jovens demonstram um entendimento sobre a complexidade da questão, relacionando esta demanda com outras, tais como a valorização dos(as) docentes, o que inclui um salário melhor, e o incentivo, por parte do Estado, para que os(as) professores(as) possam “*melhorar sua didática*” ou, então, para que “*estejam mais motivados*” para o exercício do magistério, a fim de “*despertar o interesse do aluno*”. Também sugerem que a pouca qualificação dos(as) professores(as) e sua baixa remuneração trazem “*danos para a educação*”, uma vez que os(as) profissionais demonstram pouca motivação para realizar seu trabalho, imputando aos(às) estudantes a responsabilidade pela educação de baixa qualidade que recebem.

Ao mesmo tempo em que falam da baixa qualificação dos(as) professores(as), os(as) jovens valorizam a presença desse(a) profissional em seu processo de amadurecimento e crescimento: “*o professor tem uma parcela muito importante, assim, na vida de qualquer pessoa*” (Rio de Janeiro).

A falta de docentes nas escolas é percebida como causadora de profundos danos na vida dos(as) estudantes, principalmente aqueles relacionados à sua vida futura e à inserção no mercado de trabalho: “*tem muita gente que fica às vezes meses sem professores em matérias importantes e acaba terminando o segundo grau, assim, com uma grave deficiência de matérias, e aí fica mais difícil querer almejar vôos maiores, pra depois conseguir um emprego melhor*” (Rio de Janeiro).

Ainda relacionadas à formação dos(as) professores(as), os(as) jovens tecem inúmeras críticas e comentam sobre frustrações em relação à escola:

Os professores não se preocupam com os alunos, não explicam bem as matérias. (...) Talvez eles achem porque o salário é baixo e eles acham que podem fazer isso, no caso, não explicar direito. (...) Muitas das vezes os nossos pais trabalham e não têm como, assim, chegar em casa: “meu filho, deixa eu ver teu caderno, deixa eu ver o que tu fez hoje”, eles nem podem exigir nada dos nossos professores porque nós estudamos na escola pública. O que nós queríamos que mudasse era isso, que o Governo pudesse estar mais voltado para as escolas pra ver o que tá acontecendo nas nossas escolas (...), porque eu acho que nós estamos lá pra aprender, nós somos pobres, não temos condição de pagar, mas nem por isso devemos ser menos, ter menos que as outras pessoas. (Belém)

As críticas, no entanto, vieram recorrentemente acompanhadas de uma idéia ou proposta de melhoria, reiterando que o sentimento é de decepção, mas não de descrença no papel da educação como elemento capaz de produzir mudanças.

Vale ressaltar, também, que boa parte dos(as) jovens demanda um tipo de relação humana e pedagógica diferente daquela que tem recebido dos(as) docentes. Parece que, no interior de algumas escolas, há choque entre culturas e gerações que se expressaria como desrespeito ao(à) aluno(a) como sujeito social e cidadão(ã) portador(a) de direitos. Deste modo, os(as) jovens também demandam um “*maior diálogo e um maior vínculo*” entre eles(as), ou falam da necessidade de os(as) professores(as) “*se adaptarem aos alunos*”.

Como já pontuado, os(as) docentes são alvo de muitas críticas, sendo, muitas vezes, classificados(as) como “*preguiçosos e sem interesse*” no aprendizado do(a) aluno(a). Para alguns(mas) jovens, “*a greve se resume a uma coisa: justificativa pra ganhar salário e descumprir o plano de aula. O professor que faz greve é porque não quer dar aula, entendeu? Se não quer dar aula o que está fazendo na escola?*” (Distrito Federal). Para outros(as) jovens, no entanto, os(as) professores(as) não podem ser considerados(as) “*culpados*” pela má qualidade do sistema educacional, mas sim vítimas, como outros atores, de um sistema que não valoriza a educação: a escola é ruim, na opinião dos(as) jovens, principalmente porque os(as) professores(as) não são suficientemente qualificados(as), o que seria papel do Estado.

Embora identifiquem o papel fundamental do Governo na melhoria do sistema educacional, há falas igualmente recorrentes ao tratarem das responsabilidades que cabem aos(às) próprios(as) jovens, na condição de alunos(as). Ou seja, a escola seria ruim não apenas por culpa do Estado ou dos(as) professores(as), mas também por falta de interesse dos(as) alunos(as). “*Lá em Cachoeirinha, nós temos passeios, temos bons professores. O que precisa é nós, os alunos, se interessar mais. Tem que ter mais interesse do jovem. E para isso acontecer tem que ter uma aula legal, com professores legais*” (Porto Alegre).

Quanto aos currículos adotados pelas escolas, à metodologia utilizada pelos(as) professores(as), ao material didático e às atividades extras desenvolvidas, as falas dos(as) jovens revelam outras preocupações. Assim, afirmam que “*as aulas são tradicionais e os professores não usam meios interessantes; faltam recursos, livros e aulas mais dinâmicas; faltam incentivos culturais: escola promovendo peças de teatro, recitais de poesia, festivais de dança etc.*” (Porto Alegre).

A reivindicação dos(as) jovens por mais investimentos e verbas em educação é seguida pelo reconhecimento de um “descaso” dos governantes em relação à área. Não se trata da iniciativa de um ou outro governo, mas há a percepção dos(as) jovens em relação a um processo que se arrasta na história da educação e na história política do nosso país: a educação, como um direito social e um dever do Estado, não tem sido prioridade política.

As afirmações dos(as) jovens sobre essas reivindicações remetem diretamente à precariedade das condições de funcionamento da escola, especialmente da escola pública. Eles(as) partilharam suas experiências pessoais de inserção em escolas mal estruturadas, tanto do ponto de vista físico quanto pedagógico: “*Não adianta a gente ir para a escola e*

a escola estar caindo aos pedaços, você não tem prazer de ir pra aquela escola, a escola tá com a mesa e você põe a mão e a mesa cai, você senta no chão e é capaz de deitar pra fazer a lição porque você não tem um ambiente pra isso” (São Paulo).

Os(as) jovens também reivindicam que as escolas os formem para inserção no mundo do trabalho por reconhecerem que, dadas suas condições de vida, tal inserção é condição que se impõe desde cedo. Os depoimentos sobre experiências de terem sido recusados(as) ou preteridos(as) em postos de trabalho por falta de experiência ou qualificação são recorrentes: *“precisam ser criados cursos públicos para a qualificação dos jovens”* (Belém).

É necessário também destacar as referências dos(as) jovens ao acesso à Educação Superior pública. Elas são, em geral, relacionadas à questão do número de vagas e de sua falta de condições para competir por elas no vestibular. Estes(as) reivindicam, antes de tudo, o acesso à universidade. *“Vou falar uma coisa que eu pensei há algum tempo: se eu tiver oportunidade de falar ao Presidente, a primeira coisa é a falta de oportunidades para os jovens entrar na universidade”* (Recife). Para os(as) participantes dos GDs, a inacessibilidade ao curso superior parece se constituir um grande entrave ao sonho da profissionalização ou do crescimento profissional e a todas as garantias que a ele estão associadas, ainda que imaginariamente. Percebe-se, ainda, no depoimentos dos(as) jovens, que a vaga no Ensino Superior a que os(as) jovens se referem nos Grupos de Diálogo não é qualquer uma, mas sim a da universidade pública.

A comparação entre os padrões de acesso ou oportunidades diferenciadas para jovens pobres e ricos(as) é claramente identificada. Deste modo, sendo as necessidades e aspirações dos(as) jovens pobres e as dos(as) ricos(as) tão marcadamente diferenciadas, estas precisam ser, portanto, obrigatoriamente consideradas no desenho das políticas.

Como meio capaz de inverter tal quadro, os(as) jovens lançaram mão da seguinte proposta: reserva de vagas nas universidades públicas para pessoas pobres (independente da cor) e oferta de cursinhos preparatórios para o vestibular, manifestando a idéia de que se faça justiça para aqueles que estudaram em escolas públicas, o que tornaria esse o público prioritário das universidades.

Relacionada à questão da democratização do acesso ao Ensino Superior, aparece, não sem polêmica, também a questão das cotas para afrodescendentes e alunos(as) egressos(as) das escolas públicas. Mesmo com a garantia das cotas, os(as) jovens consideram muito difícil a permanência de um(a) jovem pobre na universidade pública:

(...) não adianta apenas proporcionar cotas para alunos carentes e negros, já que não teriam condições de arcar com os gastos que uma universidade gera, como, por exemplo: os livros e os materiais didáticos, as “famosas xerox” que os alunos de universidades conhecem como funcionam, a alimentação e o transporte. Precisamos ter um apoio (Rio de Janeiro).

Ao mesmo tempo, muitos(as) jovens consideraram que o sistema de reserva de vagas nas universidades, sobretudo para negros(as) ou índios(as), reforça a discriminação em vez de combatê-la. Ou seja, a política de cotas é, nessa visão, um mecanismo que ratifica o preconceito racial existente no Brasil: *“Cotas, isso é um tipo de preconceito social tentando consertar um preconceito racial. Não seria para negros,*

mas para pobres” (Salvador). No ponto de vista dos(as) jovens, as questões a serem prioritariamente enfrentadas seriam, assim, a da melhoria da qualidade da escola e a da superação das desigualdades sociais.

No entanto, ainda que difuso ou mal assimilado, é interessante verificar que o debate em torno das cotas já demonstra ter chegado até os principais sujeitos para quem estas foram pensadas [a saber, jovens pobres e egressos(as) do Ensino Médio público e, em algumas modalidades, jovens pobres e negros(as) egressos(as) do Ensino Médio público]. Trata-se de um sinal sobre a necessidade premente de um maior aprofundamento do debate em torno do assunto, sobretudo com aqueles(as) que se constituem os(as) maiores interessados(as).

A demanda por qualificação profissional e a referência direta aos cursos profissionalizantes foi um dos temas recorrentes dos GDs, evidenciando a percepção dos(as) jovens de que a formação é um diferencial na disputa pelos empregos escassos. A importância desses cursos se evidenciou na Pesquisa de Opinião, que informa que 66,5% dos(as) jovens entrevistados(as) participam ou já participaram de algum tipo de atividade de natureza extra-escolar. A maior incidência de participação entre todas as classes sociais encontra-se em cursos de informática/computação (44,1%), profissionalizantes (19,3%), esportivos (15,4%) e de língua estrangeira (11,6%), ou mesmo, aqueles relacionados com atividades culturais (música/teatro/artes plásticas/danças/outras) que, segundo alguns(mas) jovens, também podem servir como cursos de profissionalização na área da arte e cultura. No entanto, é menor a participação dos(as) jovens mais pobres, negros(as) e de baixa escolaridade nesses espaços de formação complementar. Essa situação testemunha que a desigualdade educacional é também manifesta no acesso às oportunidades de complementação formativa e de acesso a bens culturais que se encontram disponíveis de forma mais abrangente e qualificada para jovens brancos(as) e oriundos(as) das classes de maior poder aquisitivo.

Reforçando esse quadro, e considerando que os cursos de informática/computação estão entre os mais procurados pelos(as) jovens e entre os percebidos como necessários para inserção no mercado de trabalho, revelou-se também que 51,2% dos(as) pesquisados(as) não tinham acesso a computadores. A diferença de classe é ainda mais acentuada já que mais de 80% dos(as) jovens das classes A/B dizem ter acesso, enquanto na classe C, esse percentual cai para 47,5%, diminuindo ainda mais entre os(as) jovens das classes D/E (24,2%) o acesso a computadores.

O abismo que separa jovens de diferentes classes no que diz respeito à denominada inclusão digital evidencia as desigualdades quando há necessidade de uma base material para que o hábito de utilização de computadores se torne realidade. O dado revela, ainda, a pouca eficácia de políticas públicas que deveriam colocar à disposição dos(as) jovens das demais classes, em especial as D/E, equipamentos de uso coletivo, seja em escolas, centros e associações comunitários etc., seja propiciando linhas de crédito para que os(as) jovens e suas famílias adquiram tal equipamento, dando um passo adiante na inclusão digital da maioria da população brasileira.

A escola parece ser local privilegiado de acesso, uma vez que, entre os(as) que estão estudando, a porcentagem de acesso é de 58,3%, enquanto é de 40,7% entre os(as) que não estudam. A diferença do tipo de escola freqüentada pelos(as) jovens se coloca

uma vez mais: 83,4% dos(as) jovens que estudaram em escola privada têm acesso ao computador, contra apenas 43,5% dos(as) que estudaram em escola pública.

Há, ainda, diferenças regionais na distribuição do acesso a computador, com maior percentual de jovens com acesso nas Regiões Metropolitanas do Sudeste e do Sul e no Distrito Federal, como aponta a tabela a seguir:

Tabela 8

Acesso dos(as) jovens a computador, segundo Regiões Metropolitanas e Distrito Federal (em %)	
Região Metropolitana	Jovens com acesso
Belém	36,0
Belo Horizonte	42,2
Porto Alegre	48,7
Recife	35,7
Rio de Janeiro	51,6
Salvador	44,7
São Paulo	53,7
Distrito Federal	49,7
Regiões agregadas e DF	48,8

Fonte: IBASE/POLIS. Pesquisa de Opinião Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.

No que se refere ao acesso à internet, o quadro delineado anteriormente se agrava ainda mais. No geral, 42,7% dos(as) jovens entrevistados(as) disseram acessar a internet. No entanto, enquanto 50,6% dos(as) jovens que se declararam brancos(as) têm acesso, entre os(as) negros(as) o percentual é de 33,6%. Em relação à frequência do acesso à internet, os(as) jovens que acessam sempre em maior proporção são brancos(as), das classes A/B, com Ensino Médio completo ou mais e aqueles que estudaram em escola privada.



Nando Neves

6.2. Trabalho

A questão do trabalho é uma das grandes preocupações no campo das políticas públicas para a juventude, considerando os intensos processos de transformação produtiva e de mudança social pelos quais passam as sociedades contemporâneas. Existe uma convicção generalizada de que é necessário desenvolver ações concretas que melhorem a situação atual, levando-se em conta o aumento da exclusão desse grupo social e da limitada oferta de oportunidades. O desemprego entre os(as) jovens brasileiros(as) é significativamente superior ao do restante da população. Ainda que tenha havido, ao longo dos anos, aumento das médias de escolarização dos(as) jovens, não houve aumento proporcional na oferta de empregos. Postos de trabalho que eram tradicionalmente ocupados por jovens sem experiência profissional são hoje ocupados por adultos(as) com prévia experiência – esta uma exigência para ocupação de vagas cada vez mais recorrente e inibidora do acesso dos(as) jovens aos postos de trabalho.

Durante os Grupos de Diálogo, o tema trabalho apareceu como uma das maiores preocupações dos(as) jovens, confirmando dados de pesquisas nacionais sobre a situação de desemprego da juventude, sobretudo das camadas populares.

Na primeira etapa desta pesquisa, dos(as) 8.000 jovens entrevistados(as), 60,7% declaram não estar trabalhando¹³. A pesquisa considerou também as formas de trabalho remunerado sem vínculo formal. Considerando as faixas etárias, 60,6% dos(as) que têm entre 18 e 20 anos e 47,7% dos(as) que têm 21 e 24 anos de idade não trabalham. Dos(as) jovens entre 15 e 17 anos, idade destinada à escolarização, 22,2% se encontrava trabalhando na ocasião da pesquisa. Os(as) jovens com filhos(as), casados(as) ou em outras situações conjugais, em maior número, declaram estar trabalhando em algum tipo de atividade remunerada, considerando a necessidade de se inserir no mundo de trabalho pela condição que se impõe a esses(as) jovens que assumem novas responsabilidades frente à constituição da própria família.

Relacionando escolaridade à situação de trabalho, dos(as) que têm o Ensino Médio completo ou mais, 52,4% estavam trabalhando.

Dos(as) jovens que informaram não estar trabalhando, 62,9% disseram estar a procura de trabalho. As desigualdades de classe social ficam evidentes quando observa-se que 69,5% dos(as) jovens das classes D/E estavam procurando trabalho, enquanto 49,6% das classes A/B se encontravam na mesma condição. Também é significativo o número de jovens da classe C que afirmou estar à procura de trabalho, um total de 65,6%.

E enquanto 70,2% dos(as) jovens negros(as) que não estavam trabalhando procuravam trabalho, esse percentual caía para 58,5% entre os(as) brancos(as). As desigualdades se confirmam quando o assunto é o tipo de escola freqüentado pelos(as) jovens(as): dos(as) que estudaram em escola pública, 66,7% estavam procurando trabalho, enquanto apenas 42% dos(as) que estudaram em escola privada se encontravam na mesma situação.

Já entre os(as) que trabalham, 30,5% são empregados(as) com carteira assinada e 44,6% são empregados(as) sem carteira assinada, trabalhadores(as) por conta própria ou autônomos(as) sem vínculos com a Previdência Social¹⁴.

13. Cabe ressaltar que não trabalhar pode significar que o(a) jovem esteja apenas estudando, encontre-se desempregado(a) ou ainda em situação de inatividade, fenômeno comum que pode estar associado ao desestímulo frente ao insucesso na busca de emprego.

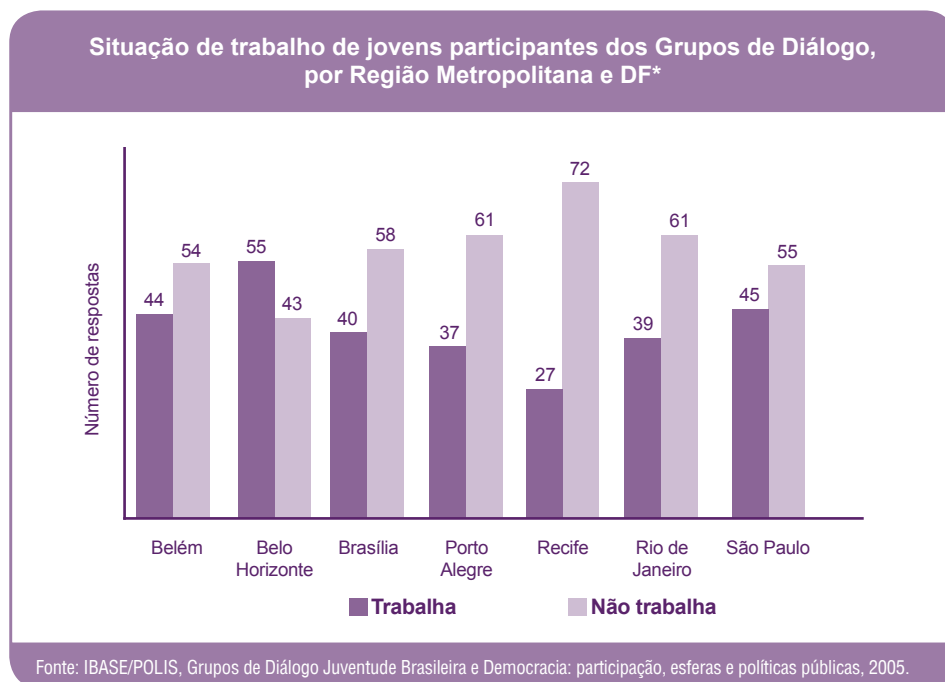
14. Neste mesmo quadro de ocupação, os(as) aprendizes são 6,4%; 4,4% são autônomos(as) com vínculo com o INSS, 9,6% são bolsistas, estagiários(as), funcionários(as) públicos(as) ou empregadores(as), 4,1% encontram-se em outras situações de trabalho e 0,5% não souberam ou não opinaram.

Os(as) jovens empregados(as) sem carteira assinada das classes A/B são 16,1%, contudo, entre os(as) das classes D/E, o percentual chega a 33,8%, denotando a maior instabilidade nas relações de trabalho a que são submetidos os(as) jovens das classes mais pobres.

O quadro desenhado pela primeira fase da pesquisa aponta para uma precariedade na situação de trabalho entre os(as) jovens que atinge mais intensamente os(as) mais pobres, os(as) negros(as), os(as) de menor faixa etária e os(as) menos escolarizados(as).

Dentre os(as) jovens que estiveram presentes nos Grupos de Diálogo (913), a faixa de idade entre 21 e 24 anos foi aquela em que se registrou o maior número de jovens ocupados(as) em todas as regiões, confirmando que, nessa faixa etária, as pessoas têm mais oportunidades de ocupação [ou são mais pressionados(as) a buscá-la] do que em faixas mais jovens. Considerando a relação dos(as) jovens participantes dos diálogos com o trabalho nas sete Regiões Metropolitanas investigadas e no Distrito Federal, a taxa de ocupação foi de 34%. Os destaques se encontram em Belo Horizonte e Recife. A região mineira registrou a maior proporção de jovens ocupados(as) (54,9%) e Recife, a menor (27,4%). No conjunto das regiões investigadas, 19,4% dos(as) mais jovens (até 17 anos) trabalhavam. A região de Belo Horizonte, contudo, ficou acima da média nacional, com a maior proporção de atividade de trabalho entre os(as) mais jovens (47%). Em Brasília, ocorreu o menor índice (12,9%) de jovens até 17 anos que informaram não exercer atividade de trabalho no momento da realização dos diálogos¹⁵.

Gráfico 2



15. Em Salvador, a pergunta sobre trabalho não foi impressa na matriz da Ficha Pós-Diálogo e por isso todas as cópias utilizadas na aplicação dos questionários foram prejudicadas.

* Em Salvador o dado não foi apurado.

A partir deste quadro, não é estranho perceber que, ao longo dos Grupos de Diálogo, o trabalho apareceu relacionado à própria sobrevivência, como destaca uma jovem, ao apontá-lo como eixo pelo qual os demais aspectos da vida poderiam ser satisfeitos: *“você trabalhando, você tem uma renda, não tem? Com uma renda, você pode freqüentar um teatro, cinema, ir numa praça, comer um cachorro-quente que, às vezes, você não tem nem R\$ 2,00 para comer um cachorro-quente. Estou falando a verdade”* (Rio de Janeiro).

As questões mais recorrentes nas falas dos(as) jovens após dialogarem sobre as preocupações em relação ao trabalho encontram-se no quadro a seguir

Quadro 2

O que preocupa os(as) jovens em relação ao trabalho

- O restrito mercado de trabalho para os(as) jovens
- Conseguir o primeiro emprego
- Enfrentar preconceitos por serem jovens e inexperientes, em sua entrada no mercado de trabalho

Fonte: IBASE/POLIS, Grupos de Diálogo Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.

A ampliação do mercado de trabalho para jovens e o acesso ao primeiro emprego foram as preocupações que mais apareceram nos diálogos. Os(as) jovens apresentaram, claramente, algumas formas de exclusão do mercado de trabalho, como é o caso do desemprego, do subemprego e da discriminação para o ingresso: *“Hoje a oportunidade de trabalho tá bem difícil. Nós vamos nas firmas, pedimos emprego, só que como nós temos um baixo estudo, ensino, nós não conseguimos, muitas das vezes”* (Belém).

Assim, a maioria dos grupos de jovens priorizou a ampliação do mercado de trabalho, ou seja, um mercado que acolha o(a) jovem que busca sua primeira inserção nesse universo.

Uma reclamação recorrente é quanto à incoerência do mercado, que cobra a tão falada “prática profissional” daqueles(as) que estão justamente demandando a sua primeira oportunidade de emprego, evidenciando a insuficiência das políticas de incorporação dos(as) jovens ao mercado de trabalho, tanto por parte do Governo quanto das empresas: *“Acho que é a falta de oportunidade que o Governo e as empresas não dão para os jovens em termos de serviço”* (Distrito Federal).

Como possíveis alternativas para ampliar o número de vagas no mercado de trabalho, jovens de diferentes regiões apontaram o estabelecimento de convênios com empresas e a garantia de um incentivo fiscal aos empregadores que abrissem novas vagas para a juventude.

Assim, dentre as demandas em relação ao trabalho, os estágios aparecem como uma estratégia de sobrevivência imediata, na tentativa de superar as exigências do mercado de trabalho, enquanto o primeiro emprego não chega: *“(...) se você tem que trabalhar pra ajudar a sua família ou pra pagar um curso ou uma faculdade, e acho que um estágio remunerado ajudaria nesse sentido. Você está ganhando experiência e você está sendo pago”* (São Paulo).

Curiosamente, grande parte dos(as) jovens participantes dos Grupos de Diálogo percebe o estágio mais como uma oportunidade de emprego do que como uma forma de qualificação profissional. Reclamam que, na maioria das vezes, as pessoas que necessitam não têm a devida qualificação, como cursos de informática ou de línguas, para concorrer às vagas.

No entanto, alguns(mas) jovens atrelaram essa questão muito mais à capacidade de o indivíduo buscar o emprego, afirmando que a qualificação nem sempre é o principal determinante para se conseguir um estágio. *“E na questão de que não tem opção para todo mundo. É só você correr atrás mesmo. Por isso a gente colocou ali, a pessoa tem que procurar a tal oportunidade. (...) Eles (os contratadores) não estão interessados se você tem ou não cursos profissionalizantes. Eles estão interessados em botar uma pessoa que realmente está querendo trabalhar (...)”* (Distrito Federal).

Um terceiro condicionante para a exclusão dos(as) jovens dos postos de trabalho diz respeito à discriminação que eles(as) enfrentam. E esta, além de se fazer pela falta de capacitação apropriada e de experiência, se utiliza de outros critérios que abrem caminhos para práticas perversas, além de ilegais, como a discriminação pela aparência e por racismo ou por índices de pobreza revelados na aparência.

(...) Também tem um negócio, eu sou branquinha, ela é negra. Tem gente que uma recepcionista negra, tem cliente que não gosta. Negócio de roupa, de ser nordestina. A gente colocou no nosso que é excluir na hora de você fazer uma entrevista de emprego (São Paulo).

Para os(as) participantes, alguns postos de trabalho estão efetivamente censurados para a população negra: trata-se dos empregos que exigem boa aparência, identificada como uma aparência branca. A discussão sobre a discriminação também abriu espaço para o diálogo sobre a aceitação ou não de determinados estilos juvenis que podem dificultar a conquista da vaga de trabalho. Este foi o caso do uso do *piercing* e da tatuagem, que costumam gerar desconfianças e rejeições por parte dos(as) empregadores(as). Os(as) jovens, então, utilizam estratégias variadas para esconder essas marcas de identidade capazes de, simultaneamente, fortalecer a identidade nos coletivos juvenis e fragilizar os(as) jovens candidatos(as) ao mercado de trabalho. As discriminações de cor, de gênero e de classe, também apontadas como fatores de desemprego desses segmentos, são reforçadas neste depoimento: *“O preconceito é contra negros, gordos, índios e pobres, a classe média baixa, pessoa que mora na periferia, pessoa de baixa renda”* (Distrito Federal).

Tem-se, assim, que essa busca quase sempre frustrada por trabalho e os obstáculos a serem superados pelos(as) jovens – conseqüências do chamado “desemprego estrutural” –, por mais que sejam uma “marca geracional”, estão concentrados, tal como

a violência, em determinados segmentos da população: os(as) mais pobres; os(as) negros(as); os(as) moradores(as) de favelas e periferias urbanas, entre outros.

Além de todas essas barreiras, ainda há uma outra característica que estrutura as relações de trabalho a partir das relações de conhecimento pessoais.

(...) Se é pra falar a realidade, vamos falar a realidade completa, nua e crua, porque eu trabalho numa empresa, assim, razoável, trabalho de office-boy, entregando os documentos na rua, mas por que eu estou lá? Porque um amigo meu trabalha diretamente com o chefe. Eu estou bem, estou trabalhando, estou ganhando o meu dinheiro. Mas quem é que foi que me colocou lá? (...) porque não é todo mundo que tem a oportunidade que eu tive, então eu acho que é bom a gente sempre pensar nisso (Rio de Janeiro).

Uma outra questão que também merece ser abordada aqui diz respeito à relação trabalho e escola, que esteve presente nos diálogos. Vários(as) jovens afirmaram que não é possível conciliar o tempo de escola com o do trabalho. As duas instituições não dialogam entre si e, no contexto social de elevado desemprego, na maioria das vezes, quando surge uma oportunidade de trabalho, em geral a opção feita pelo(a) jovem é o abandono dos estudos.

Os(as) jovens mais pobres se referem ainda a dificuldades maiores quando a frequência às aulas precisa ser combinada com o período de trabalho. Ao mesmo tempo, propõem a ampliação do repertório da escola, de forma a atender às necessidades do mercado de trabalho ou da continuidade dos estudos, e enxergam na flexibilização do cotidiano da escola (horários, rotinas e práticas) a possibilidade da incorporação das experiências também diferenciadas que trazem da condição de serem simultaneamente trabalhadores(as) e alunos(as):

(...) E empregador abrir espaço de jornada de seis horas de trabalho para os estudantes. Nós somos jovens, temos que estudar, que isso pra gente é essencial. Só que como a gente vai estudar, se a gente trabalha lá oito, dez horas por dia? Então vai acabar uma coisa prejudicando a outra. Ou a gente tem que abrir mão do trabalho, ou da escola (Belo Horizonte).



J. R. Ripper

6.3. Cultura e lazer

Nos Grupos de Diálogo, os(as) jovens foram estimulados(as) a falar sobre cultura e lazer, questões que ocupam um lugar significativo na vida desses sujeitos, como apontam também os dados da primeira fase da pesquisa.

Foi recorrente a relação direta entre cultura/lazer, educação e trabalho, os três temas eixos dos Grupos de Diálogo, mostrando os dilemas com que se defrontam os(as) jovens: se o(a) jovem não tem acesso a uma escola de qualidade, não consegue um trabalho, e se não ganha dinheiro, não pode ter acesso à cultura e ao lazer: “(...) se você não tem trabalho, não tem como fazer lazer” (Recife). A fruição do lazer implica custos que não podem ser assumidos diretamente pelos(as) jovens.

As principais questões discutidas pelos(as) jovens, dentre as muitas abordadas em relação à cultura e ao lazer, foram agrupadas em temas, sendo os principais destacados no Quadro 3, a seguir.

Quadro 3

O que preocupa os(as) jovens em relação à cultura e ao lazer

- Falta de acesso a espaços de cultura e lazer
- Concentração da oferta nas zonas de maior poder aquisitivo das cidades
- Pouca valorização da cultura brasileira/regional
- Falta de apoio/patrocínio visando baratear os custos
- Falta de segurança

Fonte: IBASE/POLIS, Grupos de Diálogo Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.

Nas oito regiões incluídas na pesquisa, foi consenso, entre os(as) jovens participantes, a necessidade de mais acesso à cultura e ao lazer, como resume a fala desse jovem:

Porque é bom a gente frisar que o lazer, de certa forma, ele é a válvula de escape da pessoa. A pessoa trabalha o dia inteiro, ela estuda, ela faz tudo, mas ela quer ter uma hora onde ela vai descansar, que ela vai aliviar as tensões do dia-a-dia, que ela vai esquecer de tudo.(...) E eu acho que é importante o lazer na vida dos jovens, porque todo jovem gosta de praticar o lazer, só que falta oportunidade mesmo, falta às vezes tempo, falta infra-estrutura, que é muito importante, e falta, acima de tudo, a segurança (Distrito Federal).

Nos depoimentos, a maior incidência das demandas dos(as) jovens recai sobre as questões relacionadas ao acesso a espaços de cultura e lazer, à descentralização desses espaços e à necessidade de manutenção constante.

As reclamações, neste caso, são amplamente justificadas. No geral, ações relacionadas à prática do esporte, ao acesso à cultura e ao lazer fazem parte do referencial de expectativas dos(as) jovens que manifestam não apenas a vontade, mas

a percepção do direito a tal acesso, indicando que o(a) jovem não “quer só comida”, quer “comida, diversão e arte”, tal como anuncia a letra da música de importante banda brasileira de rock¹⁶.

Na Pesquisa de Opinião, quando perguntados(as) sobre os lugares que mais freqüentam, grande maioria disse freqüentar shoppings (69,2%), que aparece em primeiro lugar na preferência dos(as) jovens, independente de classe, sexo, cor, religião ou escolaridade. Em seguida, estão os cinemas, com 51,2%; seguido de parques e praças, com 47,8%; teatros, com 15,1%; e centros culturais, com 13,7%. 13,1% deles(as) disseram não costumar freqüentar esses lugares e apenas 11,6% freqüentam museus. Quando é feita a clivagem por classe, verifica-se que quanto mais elevada a classe, maior a freqüência em todos os espaços sugeridos. E para os(as) jovens das classes D/E, parques e praças aparecem em segundo lugar (47,8%), atrás apenas dos shoppings.

Tabela 9

Lugares que os(as) Jovens Costumam Freqüentar (em %)				
Lugares (*)	Total	Classes A/B	Classe C	Classes D/E
Shoppings	69,2	82,4	72,3	53,8
Cinemas	51,2	75,0	52,4	29,3
Parques e praças	47,8	50,9	46,2	47,8
Teatros	15,1	24,6	14,0	8,8
Centros culturais	13,7	20,3	13,3	8,6
Museus	11,6	17,7	11,4	7,2
Nenhum desses lugares	13,1	6,4	10,8	22,2
Ns/No	0,8	0,4	0,9	1,0

Fonte: IBASE/POLIS. Pesquisa de Opinião Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2004.

(*) Comporta Resposta Múltipla e Estimulada.

Como já se chamou a atenção, a maior parte dos(as) jovens participantes dos diálogos eram das classes C, D e E, o que pode explicar a forte presença do aspecto da carência, da “falta”, que aparece dessa vez relacionada aos espaços voltadas para cultura e para o lazer:

Que nós pudéssemos ter um local pra, assim, digamos, um parque aquático, coisa assim, pra gente poder se divertir um pouco, que isso fosse público, não fosse particular, porque a gente não tem condições. É parte da nossa educação (Belém).

Nesse sentido, pode-se buscar entender a elevada freqüência dos(as) jovens pesquisados em espaços como o shopping, que dada a forte articulação feita entre lazer e violência, tornou-se uma opção sem custo e de alguma maneira “segura”. As praças de alimentação, por exemplo, tornaram-se ponto de encontro de alguns grupos de jovens de diferentes estilos que as reconhecem como alternativa para encontrar seus pares. Apesar disso, é preciso pontuar até que ponto os shoppings configuram

16. Referência à “Comida”, música da banda paulista Titãs, escrita por Arnaldo Antunes, Marcelo Frommer e Sérgio Brito, 1987

um espaço realmente público de encontro e fruição, uma vez que apenas pouco mais da metade (53,8%) dos(as) jovens das classes D/E indicaram frequentá-los, enquanto entre os(as) jovens das classes A/B, esse percentual sobe para 82,4%.

Ainda em relação à cultura/lazer, foram evidenciadas duas formas distintas de os(as) jovens encararem ou analisarem o não acesso aos bens culturais. Há opiniões que apontam a auto-exclusão, como, por exemplo: “dá pra ir sim, não precisa gastar dinheiro, não precisa comer nada”; “tem muita coisa acontecendo, as pessoas é que não vão” (Belém). E outras que sinalizam a falta de divulgação de atividades ou eventos que acontecem de graça, mas que a população mais pobre, que mora distante dos locais mais badalados e que não tem acesso aos veículos de comunicação utilizados para divulgar atividades desse tipo, acaba por não tomar conhecimento ou só fica sabendo após estes terem acontecido:

Eu já fui na universidade estadual ver dança contemporânea... Eu gosto, mas eu não tenho tanto acesso. Eu não tenho nem conhecimento. Eu acho que não chega nem à população de algumas facilidades que às vezes surgem, não chega ao conhecimento do pobre” (Rio de Janeiro).

Ou ainda a necessidade de:

(...) maior divulgação por televisão, rádio, panfletos, dos eventos culturais (gratuitos, acessíveis); facilitar o acesso das pessoas mais distantes (de baixa renda) aos projetos culturais, como peças etc.; descentralização dos centros culturais (Salvador).

Nesse ponto, é importante ter em mente que, na Pesquisa de Opinião, **a grande maioria dos(as) jovens pesquisados(as) disse se informar sobre o que acontece no mundo (85,8%)**. No entanto, o meio através do qual acessam a informação são, prioritariamente, a televisão (84,5%), seguida por jornais e revistas impressos (57,1%) e pelo rádio (49%).

Tabela 10

Fontes e meios de informação utilizados pelos(as) jovens ¹⁷	
Fontes e meios de informação (*)	Percentual de jovens
Televisão	84,5
Jornais/Revistas escritos	57,1
Rádio	49,0
Amigos(as)/Turma/Colegas de trabalho	28,0
Internet	27,0
Familiares	18,0
Colegas de escola	15,0
Professores(as)	14,4
Outras fontes	4,4
Ns/No	0,1

Fonte: IBASE/POLIS. Pesquisa de Opinião Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.

(*) Resposta Múltipla e Estimulada.

17. Mas é preciso lembrar que mais da metade dos(as) jovens entrevistados(as) não estava na escola e, para esses(as), não é possível ter acesso à informação por meio de professores(as) e ou colegas da escola.

Há, portanto, uma predominância da televisão como meio através do qual os(as) jovens, independente de classe, cor, sexo, escolaridade, ou qualquer outra clivagem, têm acesso à informação. **Uma política que esteja comprometida com a demanda dos(as) jovens por informações sobre atividades culturais públicas ou gratuitas precisa considerar esta capilaridade dos meios de comunicação, especialmente a televisão, no cotidiano dos(as) jovens.**

É interessante destacar que os debates em alguns Grupos de Diálogo deixaram transparecer uma tensão entre duas perspectivas: de um lado, a demanda por descentralização da oferta de oportunidades de fruição cultural. E, de outro, a sugestão de extensão do passe-livre para que os(as) jovens, e não apenas os(as) estudantes, possam circular pela cidade, em direção aos espaços em que esses bens estão disponíveis. Nesse debate, está subjacente a questão do exercício do direito à cidade, em especial para os(as) jovens das camadas populares.

Os(as) jovens também percebem o papel do poder público na promoção de eventos culturais, ao sugerirem que:

A Prefeitura deveria investir ainda mais na cultura, trazendo eventos, Bienal do Livro, quando acontece, trazer peças de teatro ao ar livre, que acontece muito também, mas só que não é muito divulgado, não há muita propaganda. Então eles colocam a propaganda na Globo: ah, vai ter um evento hoje ... uma vez. Então a pessoa não vai saber, não vai poder ter a oportunidade de ver aquela peça (Rio de Janeiro).

E ao apresentarem como demanda o apoio do Governo e dos empresários na construção de mais iniciativas culturais, os(as) jovens também demonstram cobrar da iniciativa privada o retorno social dos seus lucros. Não podemos afirmar que essa reflexão seja feita de forma elaborada pelos(as) mesmos(as), mas não há como negar que eles(as) sinalizam que não é só o Governo o único responsável pelo atendimento às demandas sociais da população brasileira.

A questão da descentralização dos espaços de cultura e lazer, com a criação de outros espalhados pela Região Metropolitana, nos bairros distantes e municípios vizinhos, e ainda, a necessidade de constante manutenção desses espaços também se fizeram presentes nas discussões dos(as) jovens:

(...) de levar a cultura pras cidades de fora, não ficar somente na capital. Sair fora do centro (Porto Alegre).

(...) (instalar) pólos de cultura, teatros e cinemas populares dentro desses pólos culturais... Vários, porque precisa em cada localidade... O fato da palavra 'populares' já diz, já inclui o custo. 'Populares' costuma ser um real, ou até grátis (Rio de Janeiro).

(...) oportunidade de levar o teatro, a cultura para os bairros mais pobres e levar os grupos de bairros humildes aos teatros de alto porte.(...) Abrir mais espaços para que os jovens tenham outras oportunidades de lazer e cultura, espaços em lugares públicos para que todos possam ter acesso ao que hoje não têm. Cuidar das áreas de lazer que existem e criar novas. Uso racional dos parques públicos com melhor manutenção (Salvador).

Um dos grandes entraves ao acesso a bens culturais é o custo envolvido na frequência às salas de cinema, teatros, casas de espetáculos musicais ou o custo de deslocamento até o local onde está sendo realizado o espetáculo. Isso se explicita na seguinte fala – que foi recorrente nas diferentes regiões onde a pesquisa se realizou:

Na questão do lazer, é bom lembrar que o valor das passagens de ônibus influencia muito também: Você pode pagar um preço barato para ir a um show e a passagem pode sair mais cara (Rio de Janeiro).

Em relação a essa questão dos custos de acesso às atividades culturais e de lazer, os(as) jovens formularam sugestões relacionadas à gratuidade das entradas, ao transporte gratuito oferecido pelo Governo, à meia entrada a espaços culturais fazendo uso da carteirinha de estudantes:

Fazer o dia do preço mais acessível para a população de baixa renda ter acesso ao cinema e ao teatro. Não adianta ir ao teatro só um dia, tem que ir mais vezes para conhecer. O estudante deveria pagar meia, ter o transporte garantido, a vida ficaria mais alegre (Porto Alegre).

Um aspecto interessante a ser destacado aqui diz respeito ao papel da escola na promoção e incentivo das atividades de cultura e de lazer. Na Pesquisa de Opinião, o espaço escolar aparece fortemente ligado ao acesso de bens culturais. Ou seja, o(a) jovem que está na escola lê mais, vai mais a espaços onde tem acesso à cultura e ao lazer, tem mais acesso ao computador e à internet, participa mais dos meios de comunicação como produtor(a) do que aquele(a) que não está. Essa realidade aparece como uma constante.

O papel da escola associado à cultura e ao lazer, nos Grupos de Diálogo, reaparece como um dos únicos equipamentos e espaços públicos que as comunidades pobres possuem. E, nesse sentido, foram citadas as possibilidades que as escolas eventualmente têm proporcionado aos(às) jovens das camadas populares: eles(as) lembraram das bibliotecas, dos passeios culturais (visitas a feiras de livros, a exposições, museus e centros culturais), e da ida a espetáculos (peças de teatro, cinema), das atividades esportivas, demandando, inclusive, a sua abertura nos finais de semana ou a construção de centros culturais no espaço da escola:

Eu acho que cultura e lazer tinham que começar direto na escola. Sem o aprendizado na escola, não tem como ter, porque, por exemplo, eu acho que aula de teatro tinha que ser em todas as escolas e não tem. Sem teatro, a pessoa não consegue falar assim em público.. Eu acho que isso melhora muito, eu acho que isso tinha que ser em todos os colégios. Ah, tinha que ser obrigatório (Rio de Janeiro).

O diálogo sobre cultura e lazer fez emergir, mais uma vez, a questão da falta de segurança nos espaços públicos (ruas, praças, parques, praias). A demanda por segurança dos(as) jovens moradores(as) da periferia é semelhante àquela reivindicada pelo mundo adulto urbano e de classe média diante da banalização da violência nas cidades.

Sabe-se que o conjunto de desigualdades social e racial e a miséria tendem a caracterizar os(as) jovens pobres, negros(as), residentes na periferia como os(as) mais violentos(as), a ponto de serem estes(as) as principais vítimas da violência po-

licial. Estes(as) jovens sofrem um terrível dilema: vivem no cruzamento da violência social e policial. Nesse contexto, como qualquer cidadão(ã), pleiteiam a liberdade de ir e vir com segurança e demandam da polícia o cumprimento ético do seu ofício. É nesse contexto que a insegurança aparece como fator de impedimento à fruição da cultura e do lazer.

Os(as) jovens apontaram, assim, a necessidade de garantia de mais segurança nos espaços de lazer, como fica explícito nos seguintes depoimentos:

Mais uma questão de entrar o policiamento nessa área, assim o desfile do carnaval de Ceilândia não teve acidente, não teve morte, porque teve muito policiamento lá. Todos usufruem: não teve assalto, não teve roubo, não teve nada (Distrito Federal).

Ou ainda:

Tem um evento na escola, tem um evento, a gente vai jogar bola ou vai ter uma festa e na escola e na quadra, ter policiais na porta ou na redondeza, sempre voltado para aquele local onde vai estar praticando os eventos pra gente ter mais segurança e praticar esporte e lazer com mais tranquilidade (Belo Horizonte).

Finalmente, cabe acrescentar que, algumas vezes, o tema da cultura e do lazer foi associado à necessidade de controle do tempo livre dos(as) jovens, para prevenir situações de violência e de tráfico e consumo de drogas, reproduzindo uma relação bastante presente no senso comum e que reforça uma função instrumental das atividades de cultura e de lazer para os(as) jovens. Nesse sentido, ao defender a escola em tempo integral, os(as) jovens argumentam que ela seria importante porque, tendo acesso à educação, esporte e lazer, o(a) aluno(a) poderia ir “*embora tranquilo e não vai ter mais violência, nem vai ter mais esse problema de usar droga*”.

E também incentivo ao esporte, assim, pra o Governo construir quadras, centros esportivos, assim, pra poder até animar o jovem, pra poder incentivar ele a praticar o esporte, porque desde o momento que o jovem está com a mente dele ocupada, seja ele com esporte, educação ou qualquer outra coisa, ele não vai ter certo espaço pra poder ficar pensando em coisas erradas (...) (Rio de Janeiro) ■



Marcus Vini

7

A participação e seus caminhos possíveis

O estudo utilizou estratégias diferenciadas para compreender os distintos significados da participação para os(as) jovens pesquisados(as). Se na primeira fase da pesquisa (Pesquisa de Opinião), várias questões buscavam entender como o(a) jovem participa e quais são os espaços possíveis para sua participação, durante os Grupos de Diálogo (segunda fase da pesquisa), foi pedido aos(às) jovens que se colocassem frente a alternativas de participação para conquistar as demandas identificadas na primeira parte do Dia de Diálogo. Esse exercício de escolha e criação a partir dos Caminhos Participativos propostos pela pesquisa foi combinado à análise da opção individual dos(as) jovens participantes dos Grupos de Diálogo feita através das Fichas Pré e Pós-Diálogo. Essas fichas foram, portanto, recursos auxiliares que, em conjunto com os dados qualitativos recolhidos durante as sessões de Diálogo, permitiram perceber a influência da interação sobre a manutenção ou mudança de posições relacionadas aos Caminhos Participativos sugeridos pela pesquisa¹⁸.

A análise que segue busca combinar as reflexões a partir dessas três fontes de dados, apontando tendências e possibilidades de participação entre os(as) jovens pesquisados(as) no Distrito Federal e nas sete Regiões Metropolitanas que fizeram parte da presente investigação.

A Pesquisa de Opinião abordou a realidade do associativismo juvenil partindo da unidade mais simples de envolvimento coletivo voluntário, que é a participação em grupos. Inicialmente, procurou-se saber se o(a) jovem entrevistado(a) participa ou não de grupos, qualquer que fosse sua natureza. Buscou-se apreender também o engajamento dos(as) jovens em entidades e movimentos.

18. Na Ficha Pós-Diálogo, solicitou-se, ainda, que os(as) jovens escrevessem, em cada um dos Caminhos, suas condições para apoiá-lo. Dos 911 jovens que responderam às fichas Pós (dois participantes não responderam), 727 estabeleceram condições para aceitação do Caminho 1, 618 para o Caminho 2 e 576 para o Caminho 3.

7.1. Participação em grupos

A participação em grupos é uma experiência vivida por 28,1% dos(as) jovens entrevistados(as). O aumento da idade parece apontar para a diminuição do potencial ou mesmo o aumento das dificuldades objetivas para a agregação juvenil, independentemen-

te das motivações para a formação de grupos. Os(as) jovens de maior poder aquisitivo (classes A/B) participam mais de grupos (33,5%), seguidos pelos(as) jovens da classe C (28,2%) e D/E (24,0%). É possível que esta maior participação dos(as) jovens mais ricos(as) em grupos esteja relacionada com seus níveis superiores de escolarização, maiores oportunidades apresentadas e a existência de maior tempo liberado do trabalho que esses(as) possuem, em comparação com os(as) mais pobres, e que lhes permite maiores oportunidades para estabelecer relacionamentos e práticas de participação coletiva.

Tabela 11

Participação em grupos segundo sexo, faixa etária e classe (em %)										
Total	Sexo		Faixa Etária			Classe				
	Masc.	Fem.	15-17	18-20	21-24	A/B	C	D/E	Ns/No	
Sim	28,1	29,6	26,5	32,7	26,6	25,6	33,5	28,2	24,0	23,1
Não	71,8	70,2	73,4	67,2	73,2	74,2	66,4	71,7	75,8	76,3
Ns/No	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,6
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBASE/POLIS, Pesquisa de Opinião Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.

O nível de instrução se apresentou como variável significativa, ou seja, os(as) jovens mais escolarizados(as) são os(as) que mais participam de grupos [30,5% dentre aqueles(as) que estão no Ensino Médio ou Superior, 28,3% para os(as) que possuem o Ensino Médio incompleto e o Ensino Fundamental completo, e 24,4% para os(as) que não completaram o Ensino Fundamental]. Isso demonstra a importância que a experiência da escolarização exerce sobre a vida associativa juvenil, já que a própria escola é um espaço propício para o encontro. Aos(às) jovens que responderam afirmativamente sobre a participação em grupos, foi apresentada uma cartela contendo várias opções para que indicassem quais tipos de atividades mais se identificavam com as promovidas pelo grupo¹⁹. As principais atividades dos grupos estão relacionadas com aquelas de cunho religioso (42,5%), esportivas (32,5%) e as artísticas – música, dança e teatro – (26,9%). Em seguida, encontram-se as atividades menos citadas: estudantis (11,7%), de comunicação (6,3%), as relacionadas com melhorias no bairro (5,8%), de meio ambiente (4,5%), as político-partidárias (4,3%), o trabalho voluntário (1,3%) e outras atividades (0,8%).

A dimensão religiosa manifesta-se na participação dos(as) jovens em grupos dessa natureza, o que sinaliza o predomínio de formas e conteúdos confessionais influenciando a sociabilidade coletiva. Dos(as) jovens que participam em grupos, 42,5% o fazem em grupos religiosos. É importante destacar a maneira como a influência do grupo de amigos(as) na escolha religiosa tem se apresentado como fator significativo para configuração dos novos quadros de pluralismo religioso intrafamiliar caracterizado pela diminuição dos índices de transferência religiosa de pais para filhos(as) (Novaes, 2005).

19. Resposta múltipla e estimulada.

Há também expressiva participação em grupos orientados para o esporte, a arte e o lazer – o que confirma a importância desses campos de atividades para a vivência da juventude. Os grupos esportivos, por sua vez, possuem a dominância masculina (46,2% homens e 17,2% mulheres). Os dados evidenciam a tradicional divisão socioespacial brasileira na qual os homens possuem maior mobilidade sociocomunitária para praticar esportes (Brenner, Carrano e Dayrell, 2004).

Os grupos relacionados com as atividades artístico-culturais, dadas as características das formas e conteúdos de suas ações, são os que possuem maior visibilidade na esfera pública e que orientam a busca ou produção de sentidos simbólicos, estilos, identidades coletivas e atitudes sociais compartilhadas. Este tipo de grupo não se distingue pela maior ou menor participação entre os gêneros, embora seja uma opção participativa mais freqüente para os(as) jovens de maior poder aquisitivo. A proporção de participação entre os(as) mais novos(as) é maior (32,3% na faixa de 15 a 17 anos) do que entre os(as) mais velhos(as) (21,5% na faixa de 21 a 24 anos), assim como é mais acentuada a participação entre os(as) que têm até o Ensino Fundamental incompleto (34,0%) do que os(as) que possuem Ensino Médio completo ou mais (22,1%), o que confirma a inibição trazida pelo aumento da idade.

7.1.1. Participação em movimentos

A Pesquisa de Opinião procurou saber sobre o envolvimento dos(as) jovens com movimentos comunitários. Frente à pergunta “*Você já participou de algum movimento ou reunião para melhorar a vida do seu bairro ou da sua cidade?*”, 18,5% dos(as) entrevistados(as) responderam afirmativamente e 80,6% disseram que não (Tabela 12). Verificou-se predomínio participativo comunitário dos(as) jovens mais velhos(as) – 21 a 24 anos – (21,3%) em comparação aos(as) mais jovens – 15 a 17 anos – (14,8%), e os(as) de menor poder aquisitivo – classes D/E – (22,0%) na comparação com os(as) mais ricos(as) – classes A/B (16,9%).

Tabela 12

Participação em movimentos por melhores condições de vida no bairro / cidade (em %)									
	Total	Sexo		Faixa Etária			Classe		
		Masc.	Fem.	15-17	18-20	21-24	A/B	C	D/E
Sim	18,5	19,0	17,9	14,8	18,4	21,3	16,9	17,2	22,0
Não	80,6	80,0	81,2	84,2	80,9	77,6	81,1	82,2	77,7
Ns/No	0,9	1,0	0,9	1,0	0,7	1,1	2,0	0,6	0,3
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBASE/POLIS, Pesquisa de Opinião Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2004 – na: não aplicável



Fernando Miceli

Para aqueles(as) jovens que afirmaram participar em algum tipo de movimento ou reunião para a melhoria das condições do bairro ou cidade, perguntou-se sobre a natureza dessa mobilização. Em média, os principais objetivos se direcionam à conquista ou melhoria de áreas de lazer/quadras esportivas (37,8%), educação/escola (36,5%), segurança (34,1%), saneamento/meio ambiente (29,2%) e postos de saúde (27,2%). A desagregação dos dados aponta diferenciações significativas segundo o gênero, a idade e a classe social.

Os homens, principalmente os jovens entre 15 e 17 anos e das classes A/B, se mobilizam prioritariamente em torno de objetivos relacionados com as áreas de lazer e as quadras esportivas (43,7% para homens e 31,7% para as mulheres), informação compatível com o maior envolvimento dos homens notadamente com as atividades de lazer e esporte. A maior razão da movimentação comunitária feminina, contudo, se dá no tema da segurança, preocupação de 36,8% das jovens mulheres e de 31,6% de jovens homens que já se envolveram neste tipo de mobilização.

A mobilização pela segurança é maior entre os(as) jovens mais ricos(as) (38,3%) do que entre os(as) mais pobres (31,8%) – estes últimos mais mobilizados(as) para as questões relacionadas com educação/escola (38,7%). Em relação aos níveis de ensino, há maior envolvimento dos(as) mais escolarizados(as) com o tema da segurança, ainda que os temas do lazer e das quadras esportivas também provoquem maior engajamento entre todos os níveis.

A pesquisa perguntou aos(as) jovens sobre seus engajamentos sociais e políticos, se participavam ou não de grupos/entidades/movimentos mais institucionalizados no momento da pesquisa e se já haviam participado e não o faziam mais.

A participação atual em instituições religiosas foi, mais uma vez, a mais apontada pelos(as) entrevistados(as) (15,3%). Em seguida aparecem os envolvimento em clube ou associação esportiva/lazer (8,3%) e grupos artísticos (5,5%). Para além do envolvimento presente nesses grupos, entidades e movimentos, cujos dados indicam a baixa taxa de participação e se aproximam dos resultados encontrados em outras pesquisas referidas ao conjunto da população brasileira, é interessante notar que, em todos os setores de participação, o número daqueles(as) que já participaram e o não fazem mais é superior ao dos(as) que participam atualmente.

Tabela 13

Participação Atual, Passada e Não Participação – Entidades, Grupos e Movimentos (em%)					
Entidades, grupos e movimentos	Participa atualmente	Já participou, mas não participa mais	Nunca participou	Ns/No	Total
Ass. Comunitárias, de moradores	2,0	10,4	86,7	0,9	100
Associações estudantis	3,0	21,3	74,8	0,9	100
Clubes ou ass. esportivas/lazer	8,3	19,6	71,1	1,0	100
Grupos artísticos	5,5	11,8	81,8	0,9	100
Grupos ambientalistas	1,4	5,9	91,6	1,1	100
Grupos religiosos	15,3	21,6	62,2	0,9	100
Grupos diversos (ganguês, galeras etc.)	4,2	6,7	88,2	0,9	100
Trabalho voluntário	3,0	11,4	84,5	1,1	100
Movimentos negros, indígenas feminista, de opção sexual	0,8	3,0	95,1	1,1	100
Movimentos sociais (educação, saúde, moradia etc.)	1,3	5,9	91,8	1,0	100
ONGs	0,9	2,0	96,0	1,1	100
Partidos políticos	1,0	5,9	92,1	1,0	100
Sindicatos	0,7	2,3	96,0	1,0	100

Fonte: IBASE/POLIS, Pesquisa de Opinião Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.

7.1.2. A Escola como espaço-tempo de participação

A Pesquisa de Opinião procurou saber dos(as) jovens estudantes se, durante o ano de 2004, suas escolas realizaram determinadas atividades, direta ou indiretamente, relacionadas com o estímulo e o exercício efetivo da participação, nos âmbitos político, cultural ou social-comunitário. As atividades podem ser caracterizadas como experiências de sociabilidade, como excursões e festas; de solidariedade, como ações comunitárias ou trabalhos sociais; de cultura, como apresentações de teatro, dança, música ou festivais culturais e finalmente, experiências que possibilitam o acesso a informações, como debates, filmes, seminários e visita a museus e exposições. Da mesma forma, procurou-se saber se os(as) jovens respondentes haviam ou não participado dessas atividades. Buscou-se, então, estabelecer a correlação entre a oferta por parte da instituição e o envolvimento dos(as) jovens alunos(as) nas atividades propostas.

Para além do cotidiano das salas de aula, as festas são as atividades mais realizadas pelas escolas das Regiões Metropolitanas pesquisadas (58,5%), segundo os(as) jovens entrevistados(as), seguidas pelas apresentações diversas – teatro, dança, música e festivais culturais (53,9%), filmes (53,8%), debates (45,4%), excursões (43,3%), seminários (42,6%), visitas a museus e exposições (30,3%) e, por último, ações comunitárias e trabalhos sociais (27,6%).

Segundo os(as) entrevistados(as), em todas as atividades há maior oferta nas escolas privadas e para os(as) jovens com maior poder aquisitivo. As festas são as únicas atividades realizadas em proporção similar entre as diferentes classes. A maior oferta de excursões para os(as) jovens das classes A/B (49,8%), em relação aos(as) jovens das classes D/E (34%), evidencia, de forma significativa, a desigualdade dos processos de escolarização também naquilo que se refere ao uso das múltiplas possibilidades educativas dos espaços da cidade. A escola dos(as) jovens das classes populares não caminha, ou caminha muito pouco, pela cidade se comparada com as escolas dos(as) mais ricos(as).

Os filmes, seminários, debates e festas foram as atividades que contaram com a maior participação de alunos de ambos os sexos e classes sociais. Dos(as) que informaram que sua escola ou universidade promoveu algum tipo de ação comunitária ou trabalho social (27,6%), 51,9% disseram que participaram dessas atividades. As jovens participaram mais (55,3%) do que os jovens (48,4%). Em relação à classe, 56,5% dos(as) jovens de classe A/B tiveram participação em atividades comunitárias, enquanto que, para os(as) jovens das classes D/E, este índice foi de 44,3%. A participação nessas atividades é mais acentuada entre os(as) estudantes de escolas particulares (61,6%) do que entre aqueles(as) que estudam nas escolas públicas (48,5%).

7.1.2.1. Principais temas debatidos nas escolas

Os debates realizados pelas escolas estão relacionados com os seguintes temas: sexualidade/Aids/drogas e violência (72,7%), questões de política e eleições (57,5%), projeto político-pedagógico/regras da escola/disciplina/formas de avaliação (45,7%), direitos humanos (37,9%) e problemas do bairro/cidade (28,3%). O primeiro grupo de temas obteve prioridade tanto em instituições públicas (81%) quanto em estabelecimentos privados (84,5%), denotando que o clássico temário relacionado com os chamados “problemas pessoais e sociais da juventude” segue sendo o objeto privilegiado dos debates oferecidos pelas escolas. Abramo (1997) chama atenção para o fato de que quando o tema da juventude é abordado nos produtos de mídia diretamente dirigido ao público jovem, a tônica é cultura/comportamento (música, moda, estilo de vida, esporte, lazer etc.). Entretanto, quando os(as) jovens são assuntos dos cadernos destinados aos “adultos” (noticiários, editoriais etc.), os temas mais comuns são aqueles relacionados aos problemas sociais como violência, crime, exploração sexual, drogadição ou as medidas para dirimir ou combater tais problemas. Pelos dados da Pesquisa de Opinião, percebe-se que a escola, em grande medida, reproduz essa orientação dos meios de comunicação naquilo que se refere à ênfase no tratamento do(a) jovem como problema.

Ainda em relação àquilo que predominantemente se oferece como pauta de debate em escolas públicas e privadas, percebe-se que o tema dos direitos humanos é mais discutido nas escolas particulares (47,7%) do que nas públicas (34,8%). Os problemas do bairro/cidade, contudo, obtêm preferência nas escolas públicas (29,9%) quando comparados às particulares (23,3%). De todos os temas de debates, a questão do bairro/cidade é o que recebe menos atenção por parte das instituições educacionais nas quais os(as) jovens entrevistados(as) estudam, denotando que, em linhas gerais, as escolas têm dificuldade de incorporar a problemática urbana em suas práticas curriculares, o que também tem sido apontado em outras pesquisas (Abramo e Branco, 2005, p. 391).

7.1.2.2. Participação em atividades na escola em finais de semana

Cerca de 20% dos(as) jovens afirmaram participar em atividades nas escolas/universidades aos finais de semana. Os principais motivos para a participação estão relacionados com as atividades coletivas e de sociabilidade, como praticar esportes (52%); encontrar amigos(as)/outros(as) jovens (33,4%); assistir apresentações como teatro, música e dança (22,3%), e participar de festas (19,9%). Foram mencionadas também as seguintes atividades: curso pré-vestibular/aulas de reforço (15,4%), cursos profissionalizantes (10,2%), trabalhos voluntários e/ou atividades da comunidade (7,9%), cursos, oficinas culturais e artísticas (2,3%) e cultos/celebrações religiosas (2,3%). As informações sobre a participação em atividades de tempo livre nos finais de semana revelam que as escolas subutilizam os seus prédios e equipamentos, e que o predomínio participativo está em torno das atividades esportivas.

7.1.3. Percepções em torno da participação

Ao serem indagados(as) sobre como classificariam sua participação política, a partir de três possíveis alternativas, 8,5% dos(as) jovens se consideraram politicamente participantes. Outros 65,6% disseram que procuram se informar, mas sem participar pessoalmente, e 24,7% declararam não procurar se informar sobre política nem participar pessoalmente. Os(as) jovens acima de 18 anos (18,9%) e os(as) mais escolarizados(as) – com Ensino Médio completo ou mais – (10,2%) são os(as) que se consideram mais politicamente participantes. Os(as) mais jovens (15-17 anos) e aqueles(as) que estudaram apenas até o Ensino Fundamental incompleto (38,3%) foram os(as) que mais disseram que não procuram se informar nem participar pessoalmente em assuntos de política.

Tabela 14

Percepção quanto à Informação e Participação Política (em %)				
Questões (*)	Total	Escolaridade		
		Até Fundamental incompleto	Até Médio incompleto	Médio completo ou mais
“Procuo me informar sobre a política, mas sem participar pessoalmente”.	65,6	52,6	66,4	74,2
“Não procuro me informar sobre a política, nem participar pessoalmente”.	24,7	38,3	24,8	14,7
“Considero-me politicamente participante.”	8,5	7,0	8,0	10,2
Ns/No	1,2	2,1	0,8	0,9
Total	100	100	100	100

Fonte: IBASE/POLIS, Pesquisa de Opinião Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.

Os números da Pesquisa de Opinião trazem, contudo, um dado revelador sobre esse tema: **a maioria dos(as) jovens entrevistados(as) demonstra interesse pelos assuntos da política**. Ainda que não participem diretamente nos espaços reconhecidos como do domínio da política, demonstram participar de determinada esfera pública ao buscarem informações sobre a atividade política.

A última pergunta feita aos(às) jovens na Pesquisa de Opinião foi se teriam interesse e disponibilidade para participar de encontro com outros(as) jovens para dialogar sobre temas relativos à juventude brasileira. 57% dos(as) entrevistados(as) responderam afirmativamente. Mais jovens mulheres (59,7%) do que jovens homens (54,2%) se interessaram e mostraram disponibilidade em participar. A faixa etária também se mostrou fator importante: os(as) que se mostraram mais dispostos foram jovens entre 15 e 17 anos (60,2%) e os(as) que menos tiveram interesse ou disponibilidade foram os(as) entre 21 e 24 anos (52,6%), o que, uma vez mais, reitera a menor disponibilidade dos(as) jovens mais velhos(as) para a participação de um modo geral.



7.2. Caminhos participativos: os jovens dialogam sobre limites e possibilidades

Os diálogos com jovens das sete Regiões Metropolitanas e Distrito Federal permitiram apreender limites e possibilidades da participação juvenil. **Os Grupos de Diálogo produziram narrativas carregadas de avidez por “fazer alguma coisa”, por engajar-se em um algum tipo de ação que se possa perceber os resultados.** Duas constatações foram evidentes nos diálogos entre os(as) jovens. Uma delas diz respeito à disposição dos(as) jovens em participar.

Foi também constante a expressão de uma retórica sobre o fazer, o agir, o não ficar de braços cruzados, o ir atrás para realizar os próprios sonhos: *“eu sempre busquei e pretendo sempre buscar (...) Tem um ditado que diz: ‘camarão que dorme na praia a água leva’. Então vamos trabalhar, vamos agir”* (Recife).

Uma segunda constatação diz respeito à percepção das dificuldades e problemas que atingem mais diretamente os(as) jovens (falta de educação, saúde, oportunidades de trabalho etc., como visto nos capítulos anteriores), mas também dificuldades relacionadas com a conjuntura mais geral, à qual esses problemas estão relacionados e, ainda, da clareza da força que a ação coletiva pode ter no enfrentamento desses problemas, como mostrado na fala seguinte:

O Governo só pára para nos escutar quando fazemos movimentos em massa, tipo Diretas Já. Durante a ditadura militar, os estudantes foram pras ruas, juntamente com os jovens, e fizeram movimentos e deram a cara pra bater. Muita gente saiu ferida até mesmo morta, muita gente foi extraditada, muita gente voltou com a lei da anistia que foi uma coisa boa que aconteceu e nós conseguimos. Levou um tempo né? Após 20 anos nós conseguimos democracia. Só que em 1990, acho que foi esse o ano, mas muita gente votou acreditando, ‘esse cara que vai mudar depois de 20 anos de repressão’, isso e aquilo, ‘esse cara vai mudar’, ‘ele tem uma cara nova, ele é jovem, ele tem o poder, ele tem o nosso apoio’, só que foi tudo por água abaixo e dois anos após nós pedimos, o movimento dos caras pintadas, nós pedimos o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello. Eu era gurizinha. E também na década de 90, os jovens fizeram movimento pedindo a meia passagem. E esse direito foi conquistado pra gente, até hoje nós somos beneficiados graças aos pioneiros, aquelas pessoas que deram a cara pra bater e que conseguiram esse direito nosso garantido por lei (Belém).

Os(as) jovens que participaram dos Grupos de Diálogo foram convidados(as) a pensar sobre Caminhos de Participação para melhorar educação, trabalho e cultura e lazer. Na primeira parte do Dia de Diálogo, eles(as) apontaram aquilo que consideraram crítico e que precisaria melhorar nessas áreas. Num segundo momento, responderam à questão: *“Como vocês estão dispostos a participar para essas melhorias se tornarem realidade?”*

Os(as) facilitadores(as) apresentaram três Caminhos Participativos para estimular os diálogos e reafirmaram a possibilidade de que os(as) jovens poderiam, em seus grupos, combinar os Caminhos sugeridos, criar outros ou não adotar Caminho algum.

Apresentação dos Caminhos Participativos		
Os Caminhos Participativos		
<p>Caminho 1</p> <p><i>Eu me engajo e tenho uma bandeira de luta</i></p> <p>A participação política da juventude ocorre por meios que vão além do voto. Esse engajamento também se dá na atuação firme e direta em partidos políticos, organizações estudantis, conselhos, ONGs e movimentos sociais, ou seja, em instituições que organizam a sociedade e controlam a atuação dos governos.</p>	<p>Caminho 2</p> <p><i>Eu sou voluntário e faço a diferença</i></p> <p>Jovens voluntários(as) ajudam a diminuir os problemas sociais. Realizam diferentes atividades, tais como manutenção de escolas, recreação com crianças pobres e hospitalizadas, campanhas de doação de alimentos e diversas outras ações desse tipo.</p>	<p>Caminho 3</p> <p><i>Eu e meu grupo: nós damos o recado</i></p> <p>Os(as) jovens praticam e fortalecem o direito à livre organização. Eles(as) formam grupos culturais (esportivos, artísticos, musicais etc.), religiosos, de comunicação (jornal, página na internet, fanzine etc.), entre outros, compartilhando idéias com outros(as) jovens.</p>
<p>Fonte: IBASE/POLIS, Que Brasil queremos? Como chegar lá? - Roteiro para o Diálogo da Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia, 2005.</p>		

7.2.1. Caminho 1: Eu me engajo e tenho uma bandeira de luta

Nos Grupos de Diálogo, alguns(mas) jovens valorizaram a participação através do Caminho 1 por considerá-lo de maior impacto na superação dos problemas sociais do país. Segundo um jovem, “é (o Caminho 1) o que dá maior força, maior suporte a todos os caminhos, apesar de ser o mais difícil” (Salvador).

Por um lado, ficou evidente que os(as) jovens entendem que este é, preponderantemente, o caminho da *política*. Para a maioria deles(as), este Caminho é o que detém o *poder e a força*, enquanto que os Caminhos 2 e 3 são marcados pela *vontade e o poder da ação*, mas não possuem a *força de decisão*. Por outro lado, segundo eles(as), o Caminho 1 é também o mais sujeito a *burocracias* e à *corrupção*. Daí o fato de os(as) jovens se referirem a este Caminho apontando também para necessidade de *fiscalizar, controlar* e de *cobrar as ações dos políticos*. Quanto às posições contrárias a este Caminho, em consonância com aquelas apresentadas no Caderno de Trabalho/Roteiro para o Diálogo, os(as) participantes concordaram quanto ao *papel reduzido dos(as) jovens nas esferas de decisão* e ao risco de *manipulação* dos(as) mais velhos(as) sobre os(as) mais jovens.

Essa percepção está em sintonia com os resultados da Pesquisa de Opinião, que apontaram uma visão bastante negativa sobre os(as) que exercem a atividade política por parte dos(as) jovens. A frase “A maioria dos políticos não defende os interesses da população” obteve a concordância total de 64,7% dos(as) jovens entrevistados(as); 17% disseram concordar parcialmente; 8,5% discordam parcialmente e 9,8% discordam totalmente. Entre os(as) jovens das classes D/E, a porcentagem dos(as) que concordam totalmente com a afirmativa acima chega a 68,2%, enquanto fica em 60,4% entre jovens das classes A/B.

Aqui cabe destacar que, frente à inexperiência da imensa maioria dos(as) jovens participantes dos diálogos em movimentos sociais, sindicais, ONGs etc., como observado nos dados apresentados anteriormente, e da falta de informação sobre os mecanismos de controle social, como os conselhos de direitos, a percepção do Caminho 1 ficou quase totalmente restrita à atuação dos(as) políticos(as), tanto os(as) que exercem atividade no executivo, como os(as) parlamentares.

Alguns argumentos favoráveis e outros contra a escolha do Caminho 1, segundo os(as) jovens desta pesquisa, são apresentados no Quadro 5, que segue.

Quadro 5

Caminho 1: síntese de argumentos prós e os contras segundo os jovens*	
Caminho 1 Eu me engajo e tenho uma bandeira de luta	
Prós	Contras
<ul style="list-style-type: none"> • O Caminho leva diretamente ao Governo. • A juventude tem mais força nesse Caminho. • Possibilita denúncias sobre irregularidades e desvios de verbas públicas. • Tem legitimidade dentro das instâncias políticas deliberativas. • Possibilidade de abertura de canal de diálogo direto com o poder público. 	<ul style="list-style-type: none"> • Descrença nos(as) políticos(as), que são incorretos(as), compram votos. • Descrédito nos resultados das ações. • Compete com a sobrevivência; com a necessidade de trabalhar e ganhar o sustento • A compreensão acerca da política se restringe à atuação partidária. • Exige muito tempo do(a) jovem.
<p>Fonte: IBASE/POLIS, Grupos de Diálogo Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.</p>	

*Prós e Contras apontados pelos jovens a partir daqueles apresentados no Roteiro para o Diálogo

Já a partir das respostas dadas individualmente pelos(as) participantes dos GDs através das Fichas Pré e Pós, o Caminho 1 foi o que obteve o menor percentual de notas 7 (a pontuação máxima na escala apresentada pela pesquisa). Nas Fichas Pós, este Caminho foi pontuado com notas 7, 6 e 5 por 59%, 20% e 12% dos(as) participantes, respectivamente. No entanto, foi o Caminho que teve o maior índice de elevação das notas dentre os três Caminhos (22,9%) após o Diálogo, indicando que os GDs exerceram influência positiva junto aos(às) envolvidos(as).

Ele foi o Caminho privilegiado no Distrito Federal e nas RMs de Salvador e Recife. No Distrito Federal, a preferência foi de 24,4% para o Caminho 1, 17,8% para o Caminho 2 e 23,3% para o Caminho 3; na RM de Salvador, 28,8% para o Caminho 1, 18,4% para o Caminho 2 e 16,6% para o Caminho 3; na RM de Recife 22,6% para o Caminho 1, 18,5% para o Caminho 2 e 15,9% para o Caminho 3.

Como visto anteriormente, este foi o Caminho identificado como sendo o da *política* por excelência. Nas três regiões citadas, a aposta neste Caminho da política não foi ingênua, uma vez que os(as) jovens foram capazes de denunciar vícios como os relacionados ao “círculo vicioso da corrupção”, ao clientelismo, à burocratização das organizações e à falta de compromisso dos(as) “políticos(as)” com a realização de

suas promessas. O que explicaria, então, a adesão a este Caminho no momento da escolha individual? **Os Diálogos realizados nos pequenos grupos e nas plenárias evidenciaram o reconhecimento de que este é um Caminho no qual a participação poderia ser mais efetiva na operação das mudanças desejadas, especialmente aquelas que se relacionam com a luta contra o preconceito e o combate às desigualdades sociais.** A percepção é a de que a “força da juventude” e também “da luta, do protesto e da união” são maiores quando essa energia é canalizada para “a política”; este seria um Caminho mais direto para a conquista de direitos e nele seriam possíveis mudanças mais profundas do que aquelas pontuais e próprias aos Caminhos do voluntariado e da participação em grupos informais.

(...) quando o jovem participa de movimento político, ele não fica invisível, só fica se ele quiser. Ele tem voz e ele pode atuar ativamente... Eu participo de movimentos políticos e não sou invisível” (Salvador).

Neste Caminho, parece ocorrer fenômeno que pode ser caracterizado como o “elogio da participação para outro”, ou seja, o(a) jovem identifica as potencialidades político-institucionais de promoção das mudanças desejadas, porém, não se vê participando diretamente.²⁰ Isso serve para relativizar a adesão individual ao Caminho que se expressa na nota pós-diálogo, mas que não necessariamente implica em compromisso pessoal de envolvimento. O depoimento a seguir é paradigmático desta situação, que se repetiu em vários dos Grupos de Diálogo: *“eu acho mesmo o primeiro Caminho o certo, mas eu não me vejo fazendo isso”* (Recife).

Para além das críticas já citadas sobre a “má imagem” pública deste Caminho para a maioria dos(as) jovens, é possível apontar também o sentimento de despreparo em relação à participação na esfera política, uma vez que este seria o Caminho dos(as) que *“sabem fazer”* e dos(as) que *“estão por dentro”*, ou em outras palavras, daqueles(as) – em geral, adultos(as) – detentores de capital político e simbólico que permitiria o bom trânsito por este campo sem o risco de serem manipulados(as). Estariam os(as) jovens dizendo: *é algo para eles(as) – os(as) políticos(as) – e não para nós?*

Ao estabelecerem – escrevendo nas Fichas Pós-Diálogo – condições para o apoio ao Caminho 1 (Quadro 6), os(as) jovens evidenciaram o predomínio de alguns valores que desejam ver impressos à participação. Neste Caminho, a tônica das condições recai na busca pela conquista de direitos e o combate à desigualdade, além da cobrança pela existência de espaços públicos que garantam a participação. Foram 24% aqueles(as) que formularam sentenças que condicionaram o envolvimento neste Caminho desde que ele expressasse luta por direitos e combate à desigualdade; a condição que pede espaços de participação para a sociedade, em geral (18,8%), e para os(as) jovens, em especial (16,5%), pode estar sinalizando que, neste Caminho, há o risco permanente da *“manipulação de políticos”*, tal como ficou evidenciado nas manifestações de jovens nos pequenos grupos e nas reuniões de síntese dos Dias de Diálogo. É significativo também que jovens condicionem apoio a este Caminho desde que “o Governo” participe com responsabilidade (10,5%) e que não seja corrupto (5%). Há reconhecimento da importância da política em conjunto com a desconfiança nas instituições e em seus(suas) agentes e representantes.

20. Esta tendência de reconhecer a importância e a necessidade de participação, mas transferi-la para um sujeito indefinido, foi percebida pelas equipes de pesquisas em diferentes regiões. Em Belo Horizonte, esse sujeito foi chamado de “o jovem abstrato” e no Rio de Janeiro, de o “outro indefinido”.

Quadro 6

Condições estabelecidas pelos jovens para apoiar o Caminho 1 Agregado nacional das 7 Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	
Apoio ao Caminho 1 desde que... (727 respondentes)	Apoio (valores em %)
... haja luta por direitos e combate à desigualdade.	24,0
...existam espaços de participação da sociedade.	18,8
... haja participação de jovens.	16,8
... haja participação e responsabilidade do Governo.	10,5
...não exista corrupção.	5,0
... os políticos não interfiram no trabalho de jovens / jovens não sejam manipulados.	4,7
... haja responsabilidade e comprometimento.	3,4
... políticos(as) cumpram suas obrigações.	2,8
... não haja violência.	1,7
... seja realizado junto com os demais caminhos.	1,4
Outros	10,9
Total	100

Fonte: IBASE/POLIS, Grupos de Diálogo Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.

À medida em que os debates se desenvolveram nos Grupos de Diálogo nas diferentes Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, várias ações foram propostas como forma de concretizar e justificar as escolhas feitas. As ações relativas ao 1º Caminho estão agrupadas no quadro a seguir.

Quadro 7

Ações propostas pelos jovens para o Caminho 1
<p>Caminho 1</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formar partido político para a juventude. • Analisar bem o seu voto antes de dá-lo a um(a) político(a). • Pesquisa para levantamento dos problemas da comunidade. • Organização de uma ONG para atuar de acordo com os interesses da comunidade. • Aliar-se às ONGs para promover movimentos beneficentes. • Realizar passeatas e manifestações. • Engajar-se em sindicatos ou associações. • Realizar palestras de conscientização. • Promover manifestações de estudantes na Prefeitura.

Fonte: IBASE/POLIS, Grupos de Diálogo Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.

7.2.2. Caminho 2: Eu sou voluntário(a) e faço a diferença

A percepção da maioria dos(as) participantes dos Grupos de Diálogo é, principalmente, a de que este é o Caminho da ajuda aos pobres e da ação social. Se, por um lado, o voluntariado representa, na concepção de alguns(mas) jovens, um risco de isentar o poder público de suas obrigações, o que foi apresentado como argumento contrário a ele no Caderno de Trabalho/Roteiro para o Diálogo, por outro, representa a possibilidade de fazer algo de forma independente do Governo: *não basta cobrar, é preciso fazer*. O Caminho 2 representa, assim, a possibilidade concreta de o(a) jovem contribuir e perceber o resultado imediato de sua ação: *“não adianta só deixar na mão do Governo. Se a gente não levantar, não ir atrás do que a gente quer, não vai adiantar. (...) Todo mundo depende de alguém, mas se a gente não fizer alguma coisa, o Governo também não vai fazer, não (...)”* (Belo Horizonte).

Alguns(mas) jovens percebem que é pelo voluntariado que eles(as) podem agir. Especialmente em situações nas quais sentem que fazem algo como resposta objetiva para os(as) outros(as), como, por exemplo, matar a fome de alguém, mas, em princípio, o fazem pela sua própria consciência, por um sentido de justiça, de fazer bem ao próximo. É como se os(as) jovens se sentissem mais aptos(as) ou com mais condições de atuar nesse campo, estando dentro das suas possibilidades reais de participação, reunindo as condições ou os requisitos que eles(as) reconhecem ter:

(...) a gente queria mobilizar os grupos, um grande grupo, assim muitas pessoas mesmo pra fazer isso, visitar os hospitais, como tentando solucionar os problemas dos doentes, não como médicos profissionais, mas levando conforto, ajuda alimentar. E aqui, as escolas, no caso do analfabetismo, que é muito grande aqui no Brasil, analfabetismo principalmente de pessoas adultas. Como solucionar esse problema do analfabetismo? Solucionar indo tentar passar pra eles o que a gente já sabe (Belém).

A alternativa da participação em ações de voluntariado foi, neste sentido, aquela que pareceu permitir maior capacidade de ação e autonomia para os(as) jovens. Ela seria também uma forma de “não ficar de braços cruzados” e criar constrangimentos para Governos a fim de que também tomassem parte na solução dos problemas, em conjunto com os(as) jovens voluntários(as). **Os(as) jovens demonstraram perceber que esta alternativa de participação, por si só, não é capaz de resolver problemas, principalmente os de natureza estrutural, caso não haja envolvimento governamental.**

Assim tem que haver uma interação entre as partes, um lance de cumplicidade entre elas, sim. Mas o lance do voluntariado, tem que entender que a principal, quem tem o poder mesmo de agir, é o lance do Governo. Eles podem amenizar o problema, mas não podem solucionar. (Porto Alegre).

Tornou-se, portanto, evidente o olhar crítico de alguns(mas) jovens sobre o voluntariado como uma alternativa que não isenta o papel do Estado na operacionalização das soluções dos problemas que o(a) jovem enfrenta. A expressão “se cada um fizer a sua parte” é aceita parcialmente, mas indica também que este Caminho pode ser uma possibilidade mais próxima do(a) jovem participar. *“O voluntariado é muito*

interessante porque o voluntariado vai direto pra fazer o que tem que ser feito, só que ele esquece de cobrar o que as autoridades têm que fazer” (Porto Alegre).

O Caminho 2 também apareceu como uma possibilidade de capacitação e de experiência profissional daqueles(as) que exercem a ação voluntária, de ensinar e aprender ao mesmo tempo, ampliando as chances no mercado de trabalho. Cabe assinalar que, em diversas regiões, os(as) jovens entenderam esta possibilidade mais como exploração, “*trabalhar de graça*”, do que como atividade formadora. Ou então percebendo claramente o limite de fazer algo que exige uma capacitação que não têm, reiterando os argumentos contra o Caminho 2 contidos no Caderno de Trabalho/Roteiro para o Diálogo.

Ainda em relação ao Caminho 2, é importante registrar que, em muitos grupos, surgiu uma interpretação que se contrapõe à caracterização do voluntariado apresentada no Caderno de Trabalho/Roteiro para o Diálogo, que enfatiza o caráter individual da ação voluntária. Para estes(as) jovens, **a ação voluntária pode também ser fruto de uma ação coletiva**, na medida em que esse tipo de articulação poderá facilitar as ações a serem realizadas, a fim de alcançarem um melhor resultado final. Em grupo é possível discutir idéias, formar uma única opinião e colocá-la em prática.

(...) o que acontece, você sendo voluntariado, você querendo sair no Caminho 2, por exemplo, você vai acabar no 3 de todo o jeito, porque a maioria das pessoas, elas saem e vão para um lugar e falam: “eu vou ser voluntário”, mas chegam lá, elas saem com intuito de serem voluntárias sozinhas, mas ela chega lá e encontra um grupo, ela acaba participando daquele grupo, vocês estão me entendendo? Aí o que acontece? Ninguém faz nada sozinho. Nós optamos, justamente por causa disso, a junção do caminho 2 com o 3; o caminho 2 porque, na verdade, todo mundo sai sozinho na vontade de ser voluntariado, e acaba chegando lá (Distrito Federal).

Apesar de reconhecerem uma significativa diferença entre lutar por direitos, ação que, no geral, requer a união das pessoas, e realizar individualmente algum trabalho voluntário, os(as) jovens, na maioria das vezes, não enxergaram contradição em se engajar em dois tipos de ação simultaneamente.

(...) todos os grupos buscaram a união dos jovens numa perspectiva que vincula a ajuda mútua e a satisfação pessoal: eu participaria em algum grupo que procurasse ajudar alguém ou pessoas. Eu procuraria um grupo, como se fala, que me satisfizesse. Em relação a mim, com os outros. (Belo Horizonte).

Em muitas outras falas, no entanto, jovens evidenciaram discordâncias em relação ao Caminho 2:

Aí, no caso, que entra a questão de reivindicar os direitos, porque se a gente for fazer tudo e não deixar nada para eles (o Governo), eles vão se acomodar naquilo e deixar: “Ah, eles estão fazendo, então deixa”. A gente tem que correr atrás, pois se a gente continuar, aí que eles não vão fazer. A gente tem que fazer e correr atrás e não fazer tudo, querer fazer tudo ao mesmo tempo. Tem que correr atrás também (Distrito Federal).

No Quadro 8 estão listados alguns argumentos favoráveis e contrários à escolha do Caminho 2, segundo os(as) jovens.

Caminho 2: os prós e os contra segundo os jovens*	
Caminho 2 Eu sou voluntário e faço a diferença	
<p>Prós</p> <ul style="list-style-type: none"> • É um caminho justo. • Trabalha de forma autônoma, sem esperar pelo Governo. • É possibilidade de preparo e experiência profissional, ampliando as chances de trabalho. • Implica em menos dedicação de tempo, pois se pode ir quando desejar. • Maior flexibilidade para adequar-se ao tempo dos(as) jovens. • Mais próximo da realidade dos(as) jovens. • É algo mais concreto para os(as) jovens. • Pode atuar mais perto da casa, de acordo com os recursos financeiros. • Possibilidade de organizar grupos para desenvolverem as ações. 	<p>Contras</p> <ul style="list-style-type: none"> • É muito lento. • Rouba a vaga de um(a) profissional. • Descrédito nos resultados das ações; é pouco eficiente para mudar a realidade. • A experiência não é aproveitada no currículo. • Necessidade de muitas pessoas para funcionar. • Constrangimento em tomar a frente de algumas ações (ex.: Campanha Contra a Fome). • Assume funções que são do Governo, que pode se acomodar. • É um caminho que tampa o sol com a peneira. • Possibilidade de o voluntariado se resumir a uma ação assistencialista.

Fonte: IBASE/POLIS, Grupos de Diálogo Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.

*Prós e Contras apontados pelos jovens a partir daqueles apresentados no Roteiro para o Diálogo

Na avaliação individual feita pelos(as) participantes dos GDs através das Fichas Pré e Pós, o Caminho 2 foi o que obteve melhor avaliação individual dos(as) participantes na agregação das oito regiões investigadas. Recebeu inicialmente 68% das notas 7 (totalmente a favor) e se manteve com as melhores notas no questionário Pós-Diálogo, no qual cerca de 62% dos(as) participantes atribuíram nota 7, 19% nota 6 e 10% nota 5, que são notas de aprovação da idéia.

Este Caminho foi a escolha principal nas RMs de Belém, Porto Alegre e São Paulo. Em Belém, a preferência foi de 17,9% para o Caminho 1, 25,5% para o Caminho 2 e 25% para o Caminho 3, configurando empate entre os dois últimos; na RM de Porto Alegre, 21,4% para o Caminho 1, 29,6% para o Caminho 2 e 22,4% para o Caminho 3; na RM de São Paulo, 21,9% para o Caminho 1, 34,8% para o Caminho 2 e 18,6% para o Caminho 3. *“Realmente, de tudo que a gente conversou até agora, o voluntariado é a nossa cara”* (São Paulo).

O Caminho 2, ainda que tenha obtido o maior número de notas altas, foi o que teve a maior alteração negativa entre as Fichas Pré e Pós (23,9%), ou seja, após o Dia de Diálogo houve maior número de jovens que reduziram suas expectativas frente à efetividade do Caminho do voluntariado individual para a resolução dos problemas tratados nos âmbitos do trabalho, da educação e da cultura/lazer. Ainda no Caminho 2, houve 57,7% de manutenção da nota atribuída na ficha Pré e 18,3% de aumento da nota na ficha Pós em relação à Pré.

Um balanço geral dos dados de avaliação contidos nas Fichas Pré e Pós-Diálogo demonstra que metade dos(as) jovens participantes do Diálogo alterou suas notas nos Caminhos entre o início e o final do Dia de Diálogo. Houve equilíbrio na mudança positiva e negativa de opinião, exceto no Caminho do voluntariado, em que o percentual de perda de nota foi mais acentuado em relação aos outros dois Caminhos. A maior pontuação inicial para o Caminho 2 pode estar relacionada com a valoração positiva que este Caminho tem recebido, tanto porque essas ações podem ser referidas às estratégias de solidariedade correntes na sociedade brasileira, especialmente entre as camadas populares, como pela divulgação e incentivo de iniciativas de ações solidárias de caráter individual por diferentes mídias e organizações cuja missão é o fortalecimento do voluntariado no Brasil. É possível também que a interação proporcionada pelo Diálogo tenha exercido o efeito de diminuir a crença na resolução individual de problemas de natureza social, uma vez que, como visto anteriormente, mesmo entre aqueles(as) que optaram coletivamente pelo Caminho 2, houve os(as) que articulassem o voluntariado à sua atuação em grupos. Essa tendência reflete resultados da Pesquisa de Opinião. Cerca de 89% dos(as) jovens entrevistados(as) nessa fase da pesquisa concordaram totalmente com a frase “*É preciso que as pessoas se juntem para defender seus interesses*”; 6,8% deles(as) concordam parcialmente; 1,3%, discordam parcialmente e 2,3%, discordam totalmente. **É possível afirmar que houve um reconhecimento da importância das ações coletivas para defesa e resolução dos interesses e problemas dos(as) jovens.**

O trabalho voluntário se apresentou como forma de ação que se projeta nos contextos vividos pelos(as) próprios(as) jovens. O voluntariado estaria ao alcance “real” das possibilidades juvenis de ação; teria a dimensão solidária que se cumpre quando se faz um bem ao próximo e, além de tudo, reforçaria o sentimento de que se está alterando a realidade com as próprias mãos. **Assim, o trabalho solidário e o trabalho comunitário podem ser ditos como os outros nomes do trabalho voluntário; o território da comunidade como palco de engajamentos, solidariedade e possibilidade de reinvenção da política – em seu sentido originário de envolvimento ativo com a cidade.**

Um impasse configurado diz respeito à disponibilidade pessoal de ser voluntário(a) e a impossibilidade real de ausência de tempo e condições de quem precisa lutar pela própria sobrevivência ou dito de outra forma: *como ajudar quando sou eu que preciso de ajuda?*

No que diz respeito às condições apresentadas para adesão ao Caminho 2, na Ficha Pós-Diálogo, aparece, em primeiro lugar (22,8%), o desejo de que o Governo também participe e que não abdique de suas responsabilidades, reiterando o que foi percebido durante os GDs. Significativo também foi o número de jovens que vinculou a ação voluntária à melhoria dos problemas da população e do Brasil (17,8%), à necessidade de reconhecimento do trabalho voluntário realizado (11,0%) e à existência de espaços de participação da sociedade (10,8%). Um número também significativo de jovens (10,4%) chamou a atenção para as responsabilidades compartilhadas que devem existir entre Governo e sociedade naquilo que diz respeito ao voluntariado. Esses(as) jovens participantes, ao mesmo tempo em que não esquecem das res-

responsabilidades governamentais na resolução dos problemas públicos, demonstram não querer que a iniciativa esteja apenas no âmbito estatal. Dessa forma, é possível identificar também no processo dos Diálogos realizados, o jogo de forças sociais e ideológicas que se enfrentam e disputam os sentidos contemporâneos sobre as funções e o tamanho do Estado do Brasil.

Quadro 9

Condições estabelecidas pelos(as) jovens para apoiar o Caminho 2 Agregado nacional das sete Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	
Apoio ao Caminho 2 desde que... (618 respondentes)	Apoio (valores em %)
... haja participação e responsabilidade do Governo.	22,8
... melhore os problemas da população/faça um Brasil melhor.	17,8
... haja reconhecimento do trabalho voluntário dos(as) jovens.	11,0
... existam espaços de participação da sociedade.	10,8
... Governo e sociedade façam sua parte.	10,4
... não comprometa atividades como estudo e trabalho e não estabeleça compromisso.	7,2
... as pessoas ajudem sem esperar nada em troca.	7,1
... haja responsáveis qualificados para o trabalho voluntário.	2,1
Outros	10,8
Total	100

Fonte: IBASE/POLIS, Grupos de Diálogo Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.

A seguir, estão algumas ações que surgiram nos Grupos de Diálogo associadas ao Caminho do voluntariado.

Quadro 10

Ações propostas pelos(as) jovens para o Caminho 2
<p>Caminho 2</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fazer manutenção escolar, ajudar a servir as refeições aos alunos, dar aulas de reforço, incentivar a limpeza. • Desenvolver projetos para a cidade. • Criar cursos pré-vestibulares comunitários. • Entrar com mão-de-obra para a construção de escolas e praças. • Campanhas para arrecadação de alimentos.

Fonte: IBASE/POLIS, Grupos de Diálogo Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.

7.2.3. Caminho 3: Eu e meu grupo: nós damos o recado

O Caminho 3 foi apontado como o Caminho da conquista, do respeito e do diálogo; o Caminho que capta distintos aspectos da juventude:

Na cultura, a gente colocou pra formarem grupos de teatros, feiras culturais, cinemas mais baratos para todos. Tipo assim: no grupo de teatro, a gente monta um grupo e fica indo pra varias cidades satélites, apresentando essas peças de teatro, justamente nas cidades em que não tem cultura (Distrito Federal).

É importante ressaltar que o Caminho 3, a princípio, foi concebido como uma forma mais genuína de organização da juventude, porque nascida dos(as) próprios(as) jovens. Embora não tenha na origem a intenção de uma ação transformadora ou de luta por direitos, acaba tendo impactos na sociedade. Esta possivelmente não foi a compreensão de alguns(mas) jovens ou, talvez, não foi o entendimento geral despertado pelo conteúdo escrito no Caderno de Trabalho/Roteiro para o Diálogo. Este Caminho foi interpretado pelos(as) jovens, do ponto de vista da mudança, como o menos transformador das condições de vida, conforme ilustra este trecho:

O Caminho 3 nós discordamos porque... é um caminho muito bom, só que é, pra ser de uma forma através de músicas, de teatro, de dança, expressão corporal. Parece ser como mostra a parte do contra, o Governo, ele não atenta muito pra isso, né? Por quê? Porque o que parece é que é uma forma muito subjetiva, parece que, ao mesmo tempo que eles tão protestando, por ser de uma forma tão alegre, tão espontânea, parece que eles estão acomodados com isso. Então eu acho que o terceiro Caminho também não é uma boa forma de você se expressar (Belém).

Outros(as) jovens, no entanto, visualizam que, pelo Caminho 3, podem chegar aos outros dois Caminhos através da cultura. Um dos participantes, com experiência em grupos de jovens, diz:

Tu tá no grupo de jovem, tanto dá pra fazer uma atividade política, como solidária, como fazer cultura. No grupo de jovens que eu faço parte, a gente faz isso, a gente faz teatro, a Via Sacra, por exemplo, e aí, a gente foi apresentar na praça e aí a gente faz política (Porto Alegre).

Para outros grupos, o Caminho 3 não muda nada da realidade brasileira, não tem futuro porque está relacionado apenas ao lazer, aos debates e às conversas e que, apesar de atender às necessidades das comunidades, não possui força política. Além disso, esse Caminho apresenta uma fragilidade, que é a dificuldade de apoio financeiro.

Os argumentos pró e contra às escolhas dos(as) jovens pelo Caminho 3 aparecem no Quadro 11.

Caminho 3: os prós e os contra segundo os jovens*	
Caminho 3 Eu e o grupo: nós damos o recado	
<p>Prós</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oportunidade de expressar as idéias democraticamente. • Permite atuar com mais organização e força. • Possibilita maior impacto que o trabalho voluntário individual. • A base é a reunião de vários(as) jovens. 	<p>Contras</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Governo não dá crédito a essas ações. • Suas ações afastam o(a) jovem da escola. • Não possui força política. • Dificuldade de apoio financeiro. • Descrédito nos resultados das ações. • Compete com a sobrevivência; com a necessidade de trabalhar e ganhar o sustento.

Fonte: IBASE/POLIS, Grupos de Diálogo Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.

*Prós e Contras apontados pelos jovens a partir daqueles apresentados no Roteiro para o Diálogo

A partir da análise das Fichas Pré e Pós-Diálogo, que apontam o valor atribuído aos Caminhos por cada participante dos GDs, o Caminho 3 foi o segundo melhor pontuado com 62% de nota 7 na Ficha Pré e 60%, 19% e 11% de notas 7, 6 e 5, respectivamente, na Ficha Pós-Diálogo. E considerando a manutenção, o aumento e a diminuição das notas, o Caminho 3 foi o que se manteve, no agregado das oito regiões, em posição intermediária entre o Caminho 1 e 2 (56,4% mantiveram, 21,2% aumentaram e 22,4% diminuiram as notas do Caminho 3 nas Fichas Pós). Ele foi, ainda, o Caminho privilegiado pelas notas individuais dadas pelos(as) jovens nas RMs de Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

Os(as) jovens de mais idade se enxergaram menos participantes de um tipo de Caminho relacionado com grupos que se unem por identidades culturais. Os(as) jovens avaliam a situação de menor disponibilidade para a atuação em grupos diante da situação de maiores responsabilidades que, em geral, se verifica com o aumento da idade. A idade de 18 anos é um marco objetivo e também subjetivo deste processo. Os(as) jovens com experiência prévia de participação foram porta-vozes da importância do envolvimento dos grupos como lugar privilegiado da ação participativa. **Houve percepção de que o grupo possui dimensão formativa e que é capaz de potencializar as ações que cada um pode fazer, considerando-o, inclusive como forma de conquistar respeito, de diálogo entre jovens e professores(as) – no caso da escola – e de visibilidade juvenil.**

A reunião em grupo foi vista também como canal para levar reivindicações às autoridades. O Caminho 3 seria, então, o lugar da palavra que pode dar visibilidade, mas que não tem poder de decisão. Esta interpretação dada pelos(as)

jovens sobre o “frágil poder” da palavra dos grupos deve ser compreendida no jogo relacional com o “poder maior” que enxergam nas autoridades públicas, especialmente nos(as) agentes do poder executivo [prefeitos(as), governadores(as) e presidente da República].

Entre as condições relacionadas à adesão ao Caminho 3 nas Fichas Pós-Diálogo, a principal é a de que a participação em grupos esteja comprometida com a construção de um Brasil melhor (30,7%). Ou seja, não basta se juntar para afirmar essa ou aquela identidade, é preciso que se esteja comprometido(a) com a mudança do país. Em segundo lugar aparece a condição de que a identidade coletiva não represente fechamento e obstáculo à participação de todos(as) os(as) interessados(as) em participar nos grupos que se constituam (20,7%). Essa condição, que também esteve entre os pontos contra o Caminho 3 do Caderno de Trabalho/Roteiro para o Diálogo ressaltados pelos(as) jovens, mostra o medo de que os grupos discriminem os(as) diferentes e sejam incapazes de se articular a outros grupos. Registrou-se também de forma significativa o chamado para que “governos” e “políticos(as)” ajudem os grupos organizados por jovens. Esse conjunto principal de condicionantes torna-se interessante por combinar comprometimento com mudanças positivas para o Brasil, percepção sobre a negatividade do(a) jovem se fechar em grupos e também desejo de apoio político e governamental para os grupos. Este último condicionante deveria ser objeto especial de novas investigações, pois pode expressar tanto a cobrança de que o Estado se comprometa com a garantia das condições materiais e políticas para o exercício do direito à livre organização social coletiva, como também expectativa de alguns(mas) para que governos e políticos subvençam e tutelem ações de grupos.

Quadro 12

Condições estabelecidas pelos(as) jovens para apoiar o Caminho 3 Agregado nacional das sete Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	
Apoio ao Caminho 3 desde que... (575 respondentes)	Apoio (valores em %)
... tenha intenção de fazer uma sociedade/um Brasil melhor.	30,7
... não haja discriminação e os grupos estejam abertos à participação de todos.	20,7
... haja ajuda do Governo e de políticos.	10,1
... os grupos culturais passem mensagens.	6,3
... o trabalho seja reconhecido pela sociedade.	3,1
... se organize em torno de objetivos comuns.	3,1
... não atrapalhe o estudo e a prática de outras atividades.	3,0
... haja responsabilidade e comprometimento dos(as) jovens e/ou dos grupos.	2,3
Outros	20,7
Total	100

Fonte: IBASE/POLIS, Grupos de Diálogo Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.

Por um lado, a orientação dos discursos nos grupos se deu no sentido de que a voz coletiva dos(as) jovens, principalmente através das manifestações culturais, pode influenciar a esfera pública e promover as mudanças desejadas; por outro lado, se evidenciou fortemente consciência de que este é o Caminho participativo indireto e que, por isso, pode ser pouco efetivo para sensibilizar Governos para a realização das mudanças desejadas. No entanto, ao longo dos Grupos de Diálogo, os(as) jovens deram múltiplos exemplos de ações muito concretas que partem desse Caminho, como é possível perceber no quadro a seguir.

Quadro 13

Ações propostas pelos jovens para o Caminho 3

Caminho 3

- Formar grupos religiosos para trabalhar com as necessidades da comunidade [sopão, ação junto a jovens viciados(as) etc.].
- Reunir grupo na escola para reclamar dos(as) professores(as).
- Fazer protesto para reduzir preço dos cinemas.
- Criar organização estudantil para lutar por segurança.
- Reunir amigos(as) e vizinhos(as) para discutir problemas, conscientizar e propor mudanças.
- Formar grupos de dança, música e artes cênicas
- Formar grupos de grafites.
- Criar jornais semanais locais.
- Visitar as rádios para reivindicar direitos da comunidade.
- Oferecer aulas de reforço aos(às) alunos(as).
- Fiscalizar Programa Primeiro Emprego.
- Formar grupos para cadastrar jovens para empregos.
- Reunir jovens em cooperativas.
- Promover festas na comunidade.
- Promover campanhas para a reconstrução de quadras, praças e centros comunitários.

Fonte: IBASE/POLIS, Grupos de Diálogo Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.



7.2.4. Escolhendo e inventando caminhos, com criatividade...

Pode-se dizer que os(as) jovens das Regiões Metropolitanas e do Distrito Federal envolvidos(as) nos Grupos de Diálogo foram além da provocação da pesquisa e, em geral, não privilegiaram um único Caminho como saída participativa para todos os problemas que apontaram como de necessária resolução. Foi comum entre os(as) jovens a percepção de que todos os Caminhos possuíam elementos capazes de contribuir para a realização das mudanças propostas pelos(as) próprios(as) jovens nos Grupos de Diálogo e houve uma predominância, nas alternativas de participação trabalhadas nos pequenos grupos, da articulação entre os três Caminhos Participativos apresentados pela pesquisa. **É possível afirmar que os(as) participantes dos Diálogos perceberam positivamente nos três Caminhos Participativos para a promoção das mudanças desejadas por eles(as) nas áreas da educação, trabalho e cultura/lazer.**

O grupo chegou à conclusão que, entre três vias, a gente decidiu utilizar as três. Porque a gente acha que, de certa forma, uma via complementa a outra. No fim, o objetivo maior de todas é proporcionar uma mudança, proporcionar uma melhoria, seja pro país, seja pra sua rua, seja pra sua vila, não importa. Uma via complementa a outra. Esse é o ponto fundamental. E a gente coloca que assim: podemos buscar soluções, acima de tudo exercendo a nossa cidadania (Rio de Janeiro).

O argumento mais utilizado em defesa da articulação entre os três Caminhos foi o da insuficiência das estratégias de cada uma das alternativas isoladamente, em especial pelo fato de a conjuntura política e econômica brasileira ser tão complexa e problemática ou, então, porque cada problema [dos listados pelos(as) jovens] exige uma resposta diferenciada. Isso se evidencia na construção de **Caminhos Participativos em mosaico** como estratégia que listava os problemas relacionados à educação, ao trabalho e à cultura/lazer para, a partir daí, se buscar a eleição de cada uma das alternativas que caberiam “sob medida” ou “casadas” para cada situação problemática evidenciada. Segundo uma jovem, “o trabalho necessita do Caminho 1. A cultura e lazer, do Caminho 3. A educação necessita do Caminho 1 e Caminho 2”, afirmando que “tem coisas que precisamos do Governo e têm outras que precisam do voluntariado” (Belo Horizonte). **Sendo assim, a percepção de que nenhuma forma de participação isolada daria conta de transformar a realidade levou alguns grupos de jovens a selecionar os melhores aspectos de cada Caminho.**

A partir de algumas expressões e palavras que surgiram ao longo dos Grupos de Diálogo associadas aos diferentes Caminhos, é possível entrever o que os(as) jovens assimilaram sobre cada Caminho, bem como valores que se associaram para influenciar a avaliação individual de cada um deles, assim como a opção ou construção coletivas que ocorreram durante os Dias de Diálogo.

Tais expressões e palavras-chave foram reunidas no Quadro 14, apresentado a seguir.

Quadro 14

Expressões e palavras-chave sugestivas de cada Caminho		
Expressões e palavras-chave: o que sugere cada Caminho		
Caminho 1	Caminho 2	Caminho 3
Luta	Dedicação	Formação de grupos
Protesto	Força de vontade	Festa
União	Ajuda ao próximo	Organização
Além do voto	Autonomia	Força
Organização	Trabalho voluntário	Reunião de jovens
Participação política	Dificuldade de apoio financeiro	Respeito
Partidos	Capacitação profissional	Diálogo
Governo	Não basta cobrar, precisa fazer	Seriedade
Reivindicação	Não muda nada	Ativismo
Filiação a partido	Trabalhar sem receber	Coletividade
Democracia	Independência	União
Corrupção política	Fazer pelo Governo	Cultura e lazer
Jovens no Governo	Fragilidade	Menos trabalho social
Manipulação pelos políticos(as)	Ajudar e aprender	Fechar-se em grupos
Fiscalização	Voluntariado e emprego	
Eleições		
Poder político		

Fonte: IBASE/POLIS, Grupos de Diálogo Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.

A junção dos três Caminhos surge, assim, como a mais “lógica”, sendo idealizada como a síntese perfeita desta “combinação participativa”. O Quadro 15 traz alguns argumentos usados pelos(as) jovens participantes desta pesquisa para justificar as suas escolhas por esse quarto caminho, criado a partir da associação dos Caminhos 1, 2 e 3.

Quadro 15

Um 4º Caminho: os prós e os contra segundo os(as) jovens	
Um 4º Caminho	
Prós	Contras
<ul style="list-style-type: none"> • Os três Caminhos se complementam. • Possibilidade de participação em todas as frentes. • Respeito às diferentes escolhas dos(as) componentes do grupo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Nenhum, já que a fusão de dois ou três Caminhos foi uma alternativa buscada para aproveitar o melhor de cada um deles.

Fonte: IBASE/POLIS, Grupos de Diálogo Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.

Uma letra de *rap*, criada por um grupo da Região Metropolitana de Belém, mostrada no Quadro 16, foi apresentada em plenária, para sintetizar a fusão dos três Caminhos Participativos e as discussões do grupo em defesa dessa opção. ■

Quadro 16

Letra de rap de jovens de Belém em defesa da associação dos três Caminhos Participativos

Eu voluntário, gosto de ajudar
Todos unidos para o mundo melhorar
Não dependo do governo pra poder me apresentar
Vem rádio e TV pra então nos divulgar
Jovens voluntários estamos na ativa
Somando com o povo, então se liga
Ajudar é o nosso lema
Incentivar é o que queremos
Manifestar amor do mundo
E traz pra nós o que aprendemos
Fazendo diferença na cultura e na política
Conscientizando a população da importância além dos votos
Somos jovens, unidos assim somos fortes
Fazendo a diferença e saindo a lutar
Somando com os irmãos e a lutar e ganhar
Pra tirar do poder quem quer nos derrubar
(jovens de Belém)

Fonte: IBASE/POLIS, Grupos de Diálogo Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.





Recado dos(as) jovens para os(as) “políticos(as)”

Os(as) jovens participantes dos Grupos de Diálogo foram convidados(as) a enviar um recado aos(às) governantes do nosso país, vistos aqui, principalmente, como os(as) governantes da esfera executiva – municipal, estadual e federal –, ou seja, presidentes, governadores(as), prefeitos(as) – e parlamentares de um modo geral. Para tanto, foi apresentada a eles(as) a pergunta: “*Que recado você mandaria para as pessoas que tomam decisão em nosso país?*”

Ao formularem seus recados para os(as) tomadores(as) de decisão do Brasil, os(as) jovens se posicionaram em relação a vários temas e questões aqui resumidos:

Quadro 17

O que os(as) jovens ressaltaram nos recados aos(às) “políticos(as)” do Brasi*

Caminho 1

- Governantes mais responsáveis/Mais dignidade
- Honestidade/Maior consciência/Fim da corrupção
- Atenção aos(às) jovens/Ouvir suas opiniões/Investir nos(as) jovens
- Investimento em educação
- Renovação das formas de se fazer política e dos(as) políticos(as)
- Atenção ao povo/Ouvir mais o povo/Observar situação do povo
- Emprego/Maiores oportunidades para os(as) jovens

Fonte: IBASE/POLIS, Grupos de Diálogo Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.

* temas ordenados por frequência nos Grupos de Diálogo

O quadro mostra que, nos recados deixados pelos(as) jovens, a questão de maior evidência diz respeito à atuação dos(as) governantes, seguida daquelas referentes à própria situação dos(as) jovens e, depois, à educação, por fim, o emprego.

Os(as) jovens demonstraram um profundo descrédito nos(as) políticos(as), manifestando um tom de indignação e de protesto em relação ao desempenho dos(as) governantes, que deveriam “*sair dos gabinetes e vivenciar os problemas da população*”. Houve nítida

concentração no Distrito Federal dos recados voltados para a cobrança de responsabilidades, posturas éticas, honestidade, dignidade, consciência, respeito ao povo brasileiro e não-corrupção dos(as) governantes, dentre outros recados semelhantes. Considerando-se a centralidade dos poderes políticos na capital federal, é compreensível que ela tenha concentrado as críticas relacionadas com a pouca credibilidade nos(as) políticos(as) e a necessidade de renovação dos(as) governantes e das formas de fazer política.

Parece existir uma relação entre esses recados e a construção de um imaginário coletivo da sociedade brasileira, forjada no bojo de uma história das instituições políticas que passam por reincidentes casos de corrupção, práticas clientelistas e nepotismo: *“Parar de ser ladrão... Falar é fácil, mas não cumpre nada, não cumpre nada, esses caras é tudo, tudo ladrão!”* (Belo Horizonte). Também foram recorrentes as mensagens sobre a necessidade de ampliação dos níveis de consciência, competência e cuidado com a população por parte dos(as) tomadores(as) de decisão:

(...) que os políticos tivessem mais consciência do que estão fazendo, prestando atenção no que o povo necessita de verdade (Recife).

(...) que eles tivessem mais conscientização, tanto do poder que eles exercem sobre o povo, sobre os jovens, como também do trabalho que eles podem fazer (Belo Horizonte).

Alguns outros recados, transcritos a seguir, ilustram o posicionamento dos(as) jovens a respeito dos(as) governantes: *“Que eles analisem bem a situação do povo e, a partir daí, ajam da maneira mais correta possível”* (Porto Alegre). *“Que esses políticos corruptos, que eu acho que de dez, onze são corruptos, é, mas é, isso é a verdade. E que depois que eles se reelegerem, eles esquecem que o povo brasileiro existe, e que nós temos muitas dificuldades para nós sobrevivermos”* (Belém). *“Sem justiça, não tem democracia, né?”* (Rio de Janeiro).

Outro depoimento, desta vez de um jovem de São Paulo, reconhecendo a importância do diálogo, “toma emprestadas” as estratégias metodológicas da pesquisa para recomendar a adoção dos mesmos procedimentos aos(às) tomadores(as) de decisão:

(...) eu achei, assim, que de mais importante foi o fato de, acho que todos, aprendemos a diferença entre dialogar e disputar, quando na verdade, todos aqui queremos um único objetivo. E assim, a mensagem que eu deixo, é que as pessoas que tomam as decisões no país, que elas possam aprender a trabalhar em conjunto, com aquelas pessoas que estão dispostas a melhorar o país, que assim, a gente vai conseguir com certeza (São Paulo).

É interessante ressaltar que, nesse momento dos recados, os(as) jovens pareceram se apropriar mais de sua identidade juvenil, reivindicando mais atenção dos(as) políticos(as) para seus problemas, mais espaços para escutá-los(as), mais investimentos, por serem responsáveis pelo *“futuro do país”*.

A mensagem que eu queria deixar pra quem governa esse país é que eles fizessem mais diálogos como esses, mas que eles tivessem presentes para ver o que a gente tá falando e não só vocês mostrando, que é um trabalho bom. Eu queria que eles tivessem aqui para ver e dissessem para nós por quê é que eles não fazem, por que é que tem... Eles darem a opinião deles e disserem por quê é que não conseguem fazer, e nós ajudando eles a construir melhor, porque não adianta só nós aqui, estar aqui. É isso (Belém).

Alguns(mas) participantes dos grupos de diálogo, no entanto, sentiram-se incomodados(as) com a preocupação específica com os(as) jovens, insistindo sobre a importância de provocar melhorias para todo mundo, e não somente para eles(as): “(...) vocês foram muito, assim, com o pensamento pequeno. Eles não devem só cuidar da gente, e sim do Brasil todo, dando mais atenção ao jovem, é claro, é lógico, porque se eu sou jovem eu quero alguma coisa pra mim, mas não só pra mim, mas pra o Brasil em si” (Recife).

O rap abaixo sintetiza demandas e o tom de muitos recados deixados pelos(as) jovens aos(às) tomadores(as) de decisão, apesar de ter sido composto durante os grupos de trabalho no início do Dia de Diálogo por um jovem do Rio de Janeiro. ■

Quadro 18

Letra de rap denunciando problemas do Brasil

O BRASIL QUER SER UNGIDO

Violência, eu tô cansado desse horror
Esse país tá precisando de um doutor.
Gangorra da fome e do medo,
Carrossel de vergonha e desespero.
É neguinho, não é parque de diversão
É a miséria, demagogia, corrupção
Senhor, me mostre o caminho
Da ilha deserta, do paraíso
Que Deus abençoe a todos os fiéis
O Brasil quer ser ungido da cabeça aos pés
Precisa de atenção, precisa de melhoras
Não fique aí parado, estão passando as horas
O povo tá sofrendo, e o governo enriquecendo
Tem muita gente matando e morrendo.
Então preste atenção, não sou bandido não
Eu sou trabalhador, me tira desse camburão
Eu não mostrei o Brasil que queremos
Mas mostrei como nele vivemos.
Não precisei de falar o que eu quero
Você já viu, então me tira desse inferno
Não tem mistério, é só fazer
Nosso dinheiro estão com vocês
Chega de guerra, e de massacre
Já fiz a minha ação, agora faça sua parte.

Mente Sã TG. PQD

*“O caminho da felicidade é estreito
tu tem que ser ligeiro, essa é a receita”
(Thiago de Araújo Candido - vulgo TG)*

9

Espaços para o diálogo

A grande maioria dos(as) jovens valorizou o Dia de Diálogo, percebendo-o como uma oportunidade para conversar sobre temas importantes e se disse satisfeita por poder desfrutar do espaço e da atenção dispensada a eles(as). Os Grupos de Diálogo foram considerados um “espaço bastante rico de formação”, em que foi possível confrontar opiniões, debater idéias e ter acesso a novas informações.

Quadro 19

Avaliação feita pelos jovens do diálogo*

1. Espaço de aprendizagem
2. Espaço de expressão/ Conhecer opiniões diferentes
3. Ouvir e respeitar o outro/ Dialogar/ Refletir
4. Expor os pensamentos
5. Oportunidade de conhecer novas pessoas
6. Fazer amigos/ Sociabilidade
7. Valorização da coletividade/ União/ Trabalho em grupo
8. Valorização do dia de trabalho
9. Metodologia/ Iniciativa da pesquisa

Fonte: IBASE/POLIS, Grupos de Diálogo Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.

* temas ordenados por frequência nos Grupos de Diálogo

Para os(as) jovens, o mais importante do Dia parece ter sido a oportunidade de aprendizagem proporcionada pela pesquisa, que também se constituiu em um espaço de expressão, possibilitando a cada um(a) conhecer opiniões diferentes, ouvir e respeitar o(a) outro(a), dialogar, refletir e expor os seus pensamentos.

Trata-se de uma aprendizagem/formação que pode se traduzir numa nova forma de observar certas questões (analisar os prós e contras) ou de representar mudanças em opiniões cristalizadas (“os jovens não são alienados”).

Uma das coisas que eu aprendi aqui – isso fica de lição pra muita gente – é que os jovens de hoje não são vazios. Tem muita coisa nessas cabeças jovens, tem muita coisa, mas o que falta é a gente realmente lutar por esses objetivos. A gente tem muitos planos. Foi isso que eu aprendi: o jovem tem muitos sonhos, muito plano, falta ele aprender, ele executar esses planos (Recife).

A aprendizagem tão referida pelos(as) jovens também pode significar um aprofundamento sobre atitudes (sinceridade) ou sobre determinados temas (cidadania, trabalho). Recorrentemente, eles(as) disseram ter aprendido muito sobre temas que não sabiam tanto, como política e educação. Foi ainda muito enfatizada a tomada de consciência de que também eles(as), os(as) jovens, têm algo a ensinar e que o Diálogo foi uma troca:

Na verdade, eu fui pega de surpresa, né? Na verdade, eu nem sabia que eu tinha tanto conhecimento sobre esse assunto, e hoje aqui eu falei bastante, e eu aprendi mais ainda com vocês também. Eu aprendi, porque eu não sabia que eu tinha tudo isso, eu aprendi comigo mesma. O que hoje eu fiz aqui, eu aprendi muito, que eu sabia fazer só que foi preciso um começo, foi preciso alguém me buscar, assim, alguém me incentivar (Belém).

Uma outra questão que apareceu com força é a de que o Diálogo se constituiu em uma oportunidade de eles(as) expressarem suas próprias opiniões, respeitando a opinião dos(as) outros(as), ou seja, de participarem de um espaço em que puderam dialogar e conversar uns(mas) com os(as) outros(as), conhecerem/respeitarem opiniões divergentes, pensarem sobre questões que não costumam ser objeto de reflexão no seu cotidiano, exporem suas idéias e, ainda, ouvir e respeitar o(a) outro(a), o que foi muito destacado pelos(as) jovens em todas as regiões.

Houve ainda a reflexão de que essa convivência, às vezes, exige concessões, tolerância e, dessa forma, o exercício do respeito à diversidade, à diferença também é revelado como importante produto do pertencimento aos grupos, condição para que os objetivos destes possam ser alcançados.

Os(as) jovens participantes dos Grupos de Diálogo também assinalaram a importância de terem experimentado outras dimensões do convívio social, conhecendo novas pessoas e descobrindo identidades:

O que aconteceu de mais importante, pra mim, foi a questão de aprender a dialogar com pessoas de diferentes classes, gêneros. As pessoas, elas são opiniosas, e nós temos que suportar umas as outras. Uma hora eu falei que tava havendo discussão, e não diálogo. O que aconteceu de mais importante aqui pra mim foi ter conhecido vários jovens, saber da opinião de cada um, que pra mim foi muito importante. Daqui eu vou falar pros meus colegas, eu vou falar pra eles, olha, muito bom, adorei os jovens de lá, falamos sobre política, sobre educação... Obrigado! (Belém).

De fato, sair do seu círculo mais restrito, do bairro, do município, dos espaços onde aproveitam seu tempo livre, do trajeto cotidiano para a escola e/ou trabalho, atravessar a Região Metropolitana e, com isso, conhecer pessoas vindas de outros lugares foi considerado muito importante para um bom número de participantes. Fazer amizades é uma possibilidade de ampliação das redes de relações fortemente apontadas como dimensão

fundamental das identidades juvenis. A possibilidade de fazer amigos(as) em tão pouco tempo tem relação com a própria proposta metodológica da pesquisa, que colocou os(as) diferentes em posições de igualdade de fala e capacidade de contribuir e influir, possibilitando momentos constantes de interação dos(as) jovens com seus pares.

Os depoimentos deixaram transparecer as queixas dos(as) jovens de que suas opiniões não são consideradas e que, por isso, se surpreenderam ao perceber que havia pessoas, instituições e organismos do Governo dispostos a ouvi-los(as) e a registrar suas opiniões. Tal surpresa, por parte dos(as) jovens pesquisados(as), pode nos levar a perguntar em que medida eles(as) estariam sendo ouvidos(as) nos espaços sociais em que se desenvolve sua vida cotidiana, familiar, escolar, no ambiente de trabalho, nos grupos e entidades dos quais participam.

Reconhecer que o(a) jovem tem algo de significativo a dizer e valorizar o seu direito de ser escutado(a) remete para o reconhecimento de sua identidade, assinalando a importância dessa metodologia, que confere visibilidade aos sujeitos dos diálogos: *“de mais importante é que hoje eu debati e foi gravado, e agora eles vão ouvir. Porque eu sempre debato, debato, e nunca foi gravado. Agora eles vão ouvir a mim”* (Rio de Janeiro).

Esse tipo de espaço, como salientaram outros(as) jovens, é fundamental para a compreensão do seu papel como cidadãos(ãs):

Saí de casa com um pensamento que seria outra coisa. Aprendi o que é o diálogo. É muito bom discutir as questões do Brasil. É importante você expor o que pensa, em que pode mudar... que não seja arquivado. Se acontecer pelo menos 30%, 40% ou 50%, tá bom (Distrito Federal).

A valorização do diálogo como espaço de interlocução entre os(as) jovens em geral e setores do Governo que irão ouvir o que foi dito por eles(as) também apareceu na Pesquisa de Opinião. Entre os(as) jovens escutados(as) na primeira fase da pesquisa, 85% concordou totalmente com a frase *“É preciso abrir canais de diálogo entre os(as) cidadãos(ãs) e o Governo”*. Essa alta concordância pode expressar não só o desconhecimento em relação aos canais já existentes (conselhos, fóruns, audiências públicas etc.), mas também, como mostraram vários depoimentos aqui citados, uma demanda por reconhecimento qualificado da fala do(a) jovem.

Assim, o Dia de Diálogo é também ressaltado como um espaço de valorização da importância do papel que os(as) jovens têm a ocupar. Em síntese, a confirmação da importância da participação para uns(umas) e o despertar de uma consciência participativa para outros(as). Vários depoimentos afirmam ter a certeza de que a sua participação pode não mudar o Brasil, mas melhorá-lo em alguns aspectos específicos. Daí os(as) jovens elogiarem a iniciativa de uma pesquisa que buscou escutá-los(as) e propiciou um diálogo que os(as) levou à descoberta de que *“os jovens também têm importância”*, reforçando, de alguma forma, a consciência sobre “o ser jovem”.

Os momentos iniciais e finais do Dia de Diálogo, destinados a identificar suas maiores preocupações em relação ao país, os recados para os(as) tomadores(as) de decisão e a avaliação do encontro foram bastante reveladores, principalmente de aspectos importantes sobre a forma como os(as) participantes encararam o desafio do convite e dos sentimentos que este dia mobilizou nos(as) jovens. Nesse sentido, cabe salientar:

- a. o tom de seriedade das denúncias, revelando visão crítica e “atenada” com os problemas e questões trazidas para o diálogo. A grande maioria dos(as) jovens apropriou-se do microfone e, com muita seriedade, se expressou, especialmente para denunciar a precariedade das suas condições de vida;
- b. as falas relacionadas à cobranças de “atenção” ao povo, aos(às) jovens, à sociedade em geral, denotando o sentimento de percepção de descaso, de desvalorização ou de insignificância da população e dos(as) jovens de classes pobres que constituíram maioria nos Grupos de Diálogo;
- c. o forte descontentamento com os rumos do país e a forma de condução do processo político, cuja marca tem sido a prática sistemática do clientelismo político e da corrupção. Os(as) jovens chamam a atenção para o modelo de democracia vivenciado no país, que não contempla os interesses da maioria. Isso explica as repetidas asserções da necessidade de responsabilidade, dignidade e honestidade dos(as) governantes e políticos(as), asseverando que é preciso “ouvir mais”, “dar mais voz” à população;
- d. o relevo dado às exigências de investimento na educação – tema que aparece em quarto lugar nas mensagens aos(às) governantes – sempre complementado pela visão de ser esse direito fundamental para exercício de participação, para a conquista do lugar (da posição) de realmente influir nos rumos da sociedade;
- e. na “mensagem para os(as) governantes”, os(as) jovens não se limitaram a fazer cobranças ou denunciar problemas ou condições de insatisfação. Ao contrário, diversas manifestações apontaram para a responsabilidade coletiva, constituíram chamados aos(às) jovens e à sociedade em geral, para o exercício de um papel e um espaço que deve ser ocupado, preenchido pela sociedade civil;
- f. a novidade que significou, para os(as) jovens, a possibilidade de parar um dia para refletir. No geral, muitos(as) deles(as) não haviam parado para pensar sobre a própria realidade em que vivem; muitas vezes reproduziam lugares comuns [como a reiteração de preconceitos contra os(as) próprios(as) jovens]. Ao mesmo tempo, percebeu-se a boa vontade de grande parte deles(as) em participar dos debates, mesmo que só nos pequenos grupos. Essa realidade demonstra a falta ou invisibilidade de instâncias e canais de participação nos quais esses(as) jovens possam exercitar a dimensão do coletivo, seja em debates seja em ações. Neste sentido, é necessário pôr em questão a ausência ou insuficiência de espaços públicos de participação e diálogo nas cidades.

Finalmente, é importante citar as palavras de uma jovem que, durante as saudações finais, explicitou seu sentimento, após o Dia de Diálogo:

São muitas emoções. Gente, eu sei que este dia vai ficar marcado na memória de vocês, principalmente eu. Cada um de vocês vai ficar marcado na minha memória, mesmo que um dia eu encontre com alguém e não lembre dessa pessoa, mas eu vou lembrar sempre do que essa pessoa me disse e do que eu aprendi realmente com essa pessoa (Recife). ■

10 Considerações Finais

A pesquisa **“Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas”** investigou as formas através das quais a juventude metropolitana participa da vida pública, buscando descobrir possibilidades e motivações para esta participação. A metodologia dos Grupos de Diálogo mostrou-se bastante apropriada para investigar o tema da participação junto a sujeitos que, na sua imensa maioria, não possuíam experiência participativa. Isso porque o Dia de Diálogo oferecia um espaço propício à participação e escuta daqueles(as) que não tinham o hábito de se expressar publicamente. Dessa forma, ao mesmo tempo em que os(as) jovens falaram sobre participação para efeitos de pesquisa, eles(as) puderam vivenciá-la.

A pesquisa se soma a uma série de outros estudos, que pretendem ir além do discurso corrente de que os(as) jovens não participam, são desinteressados(as) e alienados(as). O que se constatou foi que grande parte dos(as) jovens deseja participar, entretanto, não encontra espaços que possibilitem tal inclusão. As formas de participação presentes no Estado e na sociedade civil são percebidas como muito distantes da realidade cotidiana dos(as) jovens investigados(as), que revelam ainda, de modo contundente, a existência de espaços interditados à participação. Pode-se observar que os lugares socialmente reconhecidos para a participação na vida pública acabam sendo um “não-lugar” para esses(as) jovens. Na verdade, de um modo geral, os(as) jovens tendem a não acreditar que *“alguém possa se interessar seriamente pelos seus problemas”*.

Dessa forma, o *Diálogo Brasileiro* pode ser analisado como uma rica experiência em que vários aspectos contribuíram para dimensionar as potencialidades da participação juvenil. Foram observadas acaloradas discussões sobre trabalho, educação, cultura e lazer, e uma profunda valorização do exercício de se refletir sobre questões que não se colocam no cotidiano desses(as) jovens, fazendo com que muitos(as), além de exercitarem escolhas propostas pela pesquisa através dos Caminhos Participativos, também construíssem possibilidades inovadoras.

Um dia intensivo de conversa e de aprendizado – quando emitiram opiniões e colocaram-nas em diálogo com as opiniões dos(as) outros(as) – criou condições para

a produção de um deslocamento do eixo da reflexão dos(as) jovens, do âmbito privado ao público, possibilitando a expressão de uma análise crítica e a valorização da ação coletiva. Os encontros foram oportunidades, muitas vezes únicas, dos(as) participantes obterem informações sobre os temas propostos, de provocar seu posicionamento e colocar em questão concepções baseadas no senso comum. O exercício do Diálogo pôde ampliar a própria compreensão do que seja política entre os(as) jovens e, a partir disso, abrir espaço para que eles(as) pudessem reconhecer suas próprias trajetórias de participação. Dessa forma, foi possível dar visibilidade às diversas formas de participação política existentes e mapear o conhecimento e a experiência prévia dos(as) jovens nesse âmbito.

Pode-se dizer que um primeiro resultado de pesquisa foi a constatação da necessidade de abrir espaços para colocar os(as) jovens em situação de diálogo, ou seja, dar a possibilidade de acesso a espaços de discussão, escuta, expressão das diferentes opiniões e troca de experiências. Para grande parte dos(as) jovens participantes, o diálogo foi apontado como uma situação democrática de escuta e respeito à fala do(a) outro(a). Dessa forma, 'dinâmicas' interativas com jovens podem se tornar condição indispensável para a implementação de políticas públicas com alguma garantia de sucesso.

O estudo se desenvolveu em momento nacional no qual se intensifica a movimentação de diferentes atores sociais para a constituição de políticas públicas de juventude, tanto por parte do Estado como da sociedade civil. **A consulta aos(as) jovens por meio dos Diálogos pode ser um importante instrumento para questionar práticas e valores estabelecidos nas relações entre Estado e sociedade, que tanto limitam a democracia no Brasil, como também para fomentar novas práticas pautadas em uma participação cidadã, em que os(as) jovens possam atuar, com autonomia e independência, pelas mudanças que desejam.**

A pesquisa sinalizou diversos desafios para o avanço do debate e das práticas no âmbito da participação da juventude. As reflexões que daí decorreram permitem tecer as seguintes considerações:

Educação

- Os(as) jovens das diferentes regiões investigadas dão um alto valor à educação. Como todos(as) passaram pela escola, de um modo geral, eles(as) têm muito a dizer sobre ela. Isso pode justificar um maior debate sobre as questões educacionais nos Grupos de Diálogo.
- O tema da Educação ficou quase que totalmente restrito à escola. Os(as) jovens de todos os Grupos de Diálogo denunciam as condições da escola pública, evidenciando a péssima infra-estrutura, os baixos salários de seus(as) profissionais, aulas pouco atraentes, a violência no entorno da escola e a constante falta de professores(as). Esses aspectos, no entanto, não reduzem a importância da 'presença do equipamento público – escola' dentro do espaço e do tempo de 'formação' dos(as) jovens. No entanto, os(as) jovens que participaram de nossa pesquisa, em sua grande maioria, mostraram não ter tido, no espaço escolar, acesso a momentos

de diálogo, encontros ou debates, nos quais pudessem expressar suas opiniões, ouvir as dos outros e trocar idéias sobre assuntos que lhe dizem respeito.

- O que os(as) jovens participantes dos Grupos de Diálogo esperam na área da educação:

- Expansão do Ensino Médio;
- mais professores(as) nas escolas;
- professores(as) mais qualificados e melhor remunerados;
- melhores currículos, metodologias, material didático e mais atividades extras (passeios, visitas, palestras, laboratórios);
- mais verbas/investimentos para a educação;
- melhores condições de funcionamento das escolas/Preservação das escolas;
- mais oferta de cursos profissionalizantes de qualidade.

- Deve-se enfatizar aqui o papel da escola (a despeito dos problemas de qualidade) na construção das condições objetivas para esses(as) jovens – ampliação de repertório, ampliação das experiências de sociabilidade, de informações e conhecimentos –, ou seja: o caminho do aperfeiçoamento da democracia passa, inexoravelmente, pela escola, que precisa estar preparada para cumprir esse papel.
- Além das dificuldades de acesso e permanência na escola, os(as) jovens enfrentam a realidade de instituições públicas que se orientam, sobretudo, para a oferta de conteúdos curriculares formais e se apresentam pouco abertas para a criação de espaços e situações que favoreçam experiências de sociabilidade, solidariedade, debates públicos e atividades culturais e formativas de natureza extra-escolar. Ainda que os(as) jovens atribuam grande importância à educação e reconheçam a escola como espaço privilegiado de formação, o conjunto dos dados sobre a realidade escolar demonstra a necessidade de a escola abrir mais espaços que estimulem hábitos e valores básicos, que poderiam contribuir para a participação juvenil em bases democráticas. Para os(as) jovens pobres, essa abertura é ainda mais necessária, uma vez que a instituição escolar é espaço privilegiado, em alguns casos o único, para o acesso aos bens simbólicos que podem ser produzidos pela experiência participativa.
- Há também o reconhecimento da necessidade de formação para poder “tocar” seus projetos de vida e construir condições ou competências para influenciar as decisões. Os(as) jovens concebem a educação como um direito, um campo valioso e um requisito essencial para o acesso a melhores condições de vida, trabalho, lazer e ação política. Mesmo as expressões aparentemente vagas quanto à importância de estudar (“*pra ser alguém na vida*”, “*ter um diploma*”, “*ganhar algum dinheiro*”) revelam a clareza de que a formação educativa ainda pode prepará-los(as) para a sua emancipação social, ainda que formulem essa crença de forma embrionária e muitas vezes contraditória. A informação, o saber mais, está claramente colocado nas falas dos(as) jovens como condição para uma participação mais efetiva.

- Alguns dados da Pesquisa de Opinião:

- 52,9% dos(as) jovens entrevistados(as) não estavam estudando;
- 86,2% dos(as) jovens entrevistados(as) estavam estudando ou haviam estudado em escola pública;
- 27,6% dos(as) jovens entrevistados(as) informaram que suas escolas promoveram algum tipo de ação comunitária.

Trabalho

- A ênfase dos(as) jovens está na necessidade de ampliação da oferta de trabalho, formação profissional e estágios remunerados.
- Nos Grupos de Diálogo, os depoimentos apontam para uma adequação entre a qualificação profissional, o primeiro emprego e a garantia da possibilidade de continuar os estudos, através de horários mais flexíveis e organogramas educacionais mais abertos.
- Outra demanda em relação ao trabalho que merece destaque é a superação dos preconceitos que interditam a entrada de muitos(as) jovens no mercado de trabalho, sobretudo aqueles ligados à questão racial: *“Se for uma loirinha e uma mulatinha, com certeza, isso já aconteceu lá no meu bairro, eles dão preferência pra loira”*.
- O que mais preocupa os(as) jovens participantes dos Grupos de Diálogo em relação ao trabalho:

- Restrito mercado de trabalho para os(as) jovens;
- conseguir o primeiro emprego;
- enfrentar preconceitos por serem jovens e inexperientes, em sua entrada no mercado de trabalho.

- A falta de oportunidades para o trabalho apareceu com ênfase durante a pesquisa. A exigência de experiência e as diferenças salariais, tanto geracional quanto de sexo, que existem no Brasil, surgiram também como preocupações. Questões essas que estão situadas no contexto das alterações no mercado de trabalho e acentuaram a exclusão de parcela dos(as) jovens, a partir do desassalariamento e trabalho informal, além do desemprego nas últimas décadas.
- Os baixos níveis de renda e capacidade de consumo redundam na necessidade do trabalho como condição de sobrevivência para a maioria dos(as) jovens. Isso demarca um modo particular de vivência do tempo de juventude, que não se identifica com aquilo que o senso comum institui como modelo de jovem universal:

aquele que se libera da necessidade do trabalho para poder se dedicar aos estudos, à participação mais organizada e aos lazeres. A trajetória de busca e inserção no mundo do trabalho dos(as) jovens, especialmente os(as) das famílias mais pobres, é incerta, ou seja, os(as) jovens ocupam as ofertas de trabalho que aparecem, que, em sua maioria, permitem pouca ou nenhuma possibilidade de iniciar ou progredir na carreira profissional.

- Alguns dados da Pesquisa de Opinião:

- 60,7% dos(as) jovens entrevistados(as) não estavam trabalhando;
- Dos 39,3% que declararam estar trabalhando, apenas 30,5% tinham carteira assinada;
- Dos 60,7% que estavam sem trabalho, 62,9% estavam procurando trabalho.

Cultura, Lazer e Informação

- Os(as) jovens participantes dos Grupos de Diálogo denunciam os custos altos das atividades artístico-culturais, a violência e a falta de segurança dos espaços de lazer, a centralização das oportunidades nas áreas nobres dos grandes centros urbanos e anunciam a importância de resgatar as culturas regionais e das comunidades, e de ampliar a presença do Estado com mais oferta de lazer e cultura.
- O que preocupa os(as) jovens participantes dos Grupos de Diálogo em relação à cultura e ao lazer:

- Falta de acesso a espaços de cultura e lazer;
- concentração da oferta nas zonas de maior poder aquisitivo das cidades;
- pouca valorização da cultura brasileira/regional;
- falta de apoio/patrocínio visando baratear os custos;
- falta de segurança.

- Os(as) jovens se informam basicamente pela televisão. A situação de quase monopólio da informação não contribui para a consolidação de um sistema democrático aberto, plural e diversificado quanto a valores básicos (éticos, ideológicos e políticos) que informem, organizem e sustentem tal sistema.
- É pouco expressiva a participação dos(as) jovens na produção de meios de comunicação. No entanto, quando participam, os jornais escolares são o principal canal de produção de mídia pelos(as) jovens.

- A internet aparece em terceiro lugar como principal meio de informação para os(as) jovens das classes A/B e somente em oitavo lugar para os(as) das classes D/E. Este dado é expressivo da exclusão digital que atinge a maioria dos(as) jovens no Brasil e consolida condições diferenciadas de acesso à informação e oportunidades de formação e emprego entre classes.
- As desigualdades regionais e intra-regionais que se verificam nas estruturas básicas da vida material também se expressam na diferenciação do acesso à escola, aos aparelhos de cultura e lazer e aos meios de informação, especialmente no difícil acesso dos(as) jovens mais empobrecidos(as) a computadores e à internet. Melhores condições de acesso à informação e aos bens culturais, somados à maior escolaridade, colocam os(as) jovens das classes altas em posições mais favoráveis à participação social, cultural e política.
- Alguns dados da Pesquisa de Opinião:

- 69,2% dos(as) jovens entrevistados(as) disseram freqüentar shoppings no tempo livre;
- 15,1% deles(as) freqüentam teatro no tempo livre;
- 85,8% dos(as) jovens entrevistados(as) afirmaram se informam através da televisão;
- 78% dos(as) jovens pesquisados(as) nunca participaram da produção de informação em meios de comunicação como jornais de escola, fanzines, TVs ou rádios comunitárias, produção de vídeo etc.;
- 40,1% dos(as) jovens não haviam lido nenhum livro no ano da entrevista (2004);
- 51,2% dos(as) jovens afirmaram não ter acesso a computador.

Política e políticos

- Percebe-se nos(as) jovens pesquisados(as) um profundo descrédito nos(as) políticos(as), mas não na Política, apontando o que é de responsabilidade do Estado e o que os(as) jovens precisam fazer. Ou seja, eles(as) reconhecem sua parte na construção do Brasil que desejam. A vivência nos Grupos de Diálogo e a análise das falas evidenciaram que o movimento argumentativo dos(as) jovens sobre a política e os políticos é pendular: denunciam, culpam, apontam, responsabilizam, mas reconhecem sua parcela de responsabilidade na solução dos problemas. Essa atitude rompe com representações dos(as) jovens como desinteressados(as). Talvez seja possível dizer que eles(as) continuam acreditando na instituição Governo, mas desconfiam dos gestores.

- O que os(as) jovens participantes dos Grupos de Diálogo ressaltaram nos recados aos(às) “políticos(as)” do Brasil“:

- Governantes mais responsáveis/mais dignidade;
- honestidade/maior consciência/fim da corrupção;
- atenção aos(às) jovens/ouvir suas opiniões/investir nos(as) jovens;
- investimento em educação;
- renovação das formas de se fazer política e dos (as) políticos(as);
- atenção ao povo/ouvir mais o povo/observar situação do povo

- Os Grupos de Diálogo evidenciaram que os(as) jovens identificam nas ações governamentais a maior efetividade para a resolução dos problemas que apontaram como mais urgentes para suas vidas. Eles(as) reconhecem que as ações individuais, as ações coletivas e a organização social são forças necessárias, desejáveis, mas não suficientes para equacionar os enormes problemas nacionais que cobram força de inovação, atitude e ousadia também dos(as) governantes. Situações estruturais (salários, segurança etc.) são apontadas como responsabilidade do Governo.
- As respostas relacionadas com a percepção sobre os(as) políticos(as) talvez não expressem necessariamente desinteresse dos(as) jovens pela política ou pela vida pública, mas sim desconfiança e descrédito nascidos daquilo que foi cultivado por sucessivas gerações de “homens públicos” e partidos políticos orientados por interesses privados. O desafio é o de se restabelecer a base de confiança entre os(as) jovens e o exercício da política.

Participação

- Os(as) jovens denunciam ausências relacionadas à sobrevivência material, mas também pedem mais atenção, numa evidente cobrança pela escuta e pelo seu direito de expressão. Novamente aparece a denúncia de uma sociedade marcada pelo autoritarismo, cuja constituição deu-se de cima. A democracia tem pouca história no Brasil e, portanto, não é possível falar em participação sem a dimensão da escuta e do compartilhamento de decisões.
- A corrupção, a desorganização e a fragmentação dos eventos e projetos que “*não dão em nada*” são argumentos contra a participação em qualquer nível. O descrédito é quanto às formas como as práticas têm se dado nas relações estabelecidas entre o Estado e os(as) cidadãos(ãs).
- As experiências concretas de participação dos(as) jovens pesquisados(as) são poucas, em compensação, muitas são as evidências do entusiasmo despertado pela possibilidade de participar.

- Foram inúmeras as demonstrações da necessidade de prolongar o momento dos Grupos de Diálogo, como se quisessem aproveitar as oportunidades despertadas e tomar uma atitude antes que seus efeitos “esfriassem”. Todo esse interesse permite perceber o quanto o oferecimento de possibilidades de participação em atividades culturais, recreativas e político-formativas despertam o interesse dos(as) jovens, desfazendo a falácia da apatia.
- A participação político-partidária é pouco atrativa, em especial, para os(as) jovens mais pobres e menos escolarizados(as). É baixo o envolvimento de jovens em reuniões de melhorias ou movimentos voltados ao bairro ou à cidade: somente 18,5% deles(as) afirmaram ter algum tipo de participação nessas áreas. A escolaridade é determinante da cultura participativa, ou seja, quanto mais elevada for, mais o(a) jovem buscará se informar e se perceberá politicamente ativo(a).
- Dos(as) jovens entrevistados(as), 28,1% informaram fazer parte de algum tipo de grupo – esfera pública básica e voluntária, cuja existência evidencia certo potencial de participação associativa. Os grupos de orientação religiosa, esportiva e artística constituem o substrato do associativismo juvenil nas Regiões Metropolitanas do Brasil de hoje.
- A modalidade de participação mais acessível aos(às) jovens e mais sintonizada com suas buscas subjetivas é a da ação grupal comunitária/voluntária. Essa ação pode ser espontânea, mas também apoiada por instituições religiosas, associações de bairro, ONGs. Sua organização supõe, geralmente, relações de apoio e colaboração entre jovens e adultos(as). A associação religiosa, que segundo os dados quantitativos, vêm crescendo entre os(as) jovens, é um exemplo de organização em que o trabalho em grupo, as relações intergeracionais e o trabalho cívico/comunitário/voluntário estão reunidos.
- Alguns dados da Pesquisa de Opinião:

- 66,5% dos(as) jovens entrevistados(as) afirmaram ter participado de algum curso extra-escolar;
- 28,1% dos(as) jovens participavam de algum tipo de grupo, sendo que 42,5% desses(as) participavam de grupos religiosos. Enquanto 4,3%, de partidos políticos;
- 8,5% dos jovens(as) se consideraram politicamente participantes.

Percepção da sociedade, da democracia e dos direitos

- De posse do direito à palavra, e colocados(as) em situação de diálogo, os(as) jovens revelaram, a partir de suas vivências, um profundo conhecimento das **marcas da desigualdade social** que estruturam a sociedade brasileira. Ainda que seja desigual o acesso à educação, ao trabalho, à cultura e lazer, esta formulação esteve presente não somente nos depoimentos dos(as) jovens mais pobres, mas foi a tônica em todos os grupos, mostrando sua crítica a um contexto sócio-econômico-cultural que nega aos(às) jovens hoje perspectivas de um futuro promissor.
- Este quadro, se por um lado pode inibir uma participação mais efetiva na esfera pública, como mostrou a Pesquisa de Opinião, por outro não anula o desejo de atuar propositivamente para resolver as questões que os(as) atingem, uma vez que, convidados(as) a pensar “*Que Brasil queriam e como chegar lá*”, os(as) jovens aceitaram jogar o jogo proposto pelos(as) pesquisadores(as) diante das três opções de Caminhos Participativos apresentadas. Usando sua criatividade, reelaboraram os caminhos, a partir de suas diferentes maneiras de estar no mundo, dando-lhes novos sentidos e costurando novos arranjos às maneiras de participação propostas.
- Algumas vezes, suas propostas para chegar ao “Brasil que queremos” passavam por práticas tradicionais da cultura política nacional, como acionar diretamente o Executivo ou buscar a intermediação de um(a) parlamentar com base política local para o atendimento de alguma reivindicação. Ainda assim, fizeram muitas críticas ao modelo da democracia representativa, indicando que não basta somente votar. Assim, algumas vezes, as alternativas apresentadas pelos(as) jovens se referiam aos princípios da democracia participativa, muito embora desconhecassem os mecanismos de controle social através dos quais poderiam exercê-la, como os movimentos sociais e conselhos de direitos.
- Quando chamados a discutir sobre o Brasil, os(as) jovens pesquisados(as) responderam de imediato sobre as maiores preocupações:

- Violência: falta de segurança/criminalidade;
- Trabalho: emprego/desemprego/falta de oportunidades/primeiro emprego;
- Educação;
- Miséria: pobreza/fome/desigualdade social/má distribuição de renda;
- Política: corrupção/descaso do Governo com jovens/falta de consciência dos(as) governantes;
- Saúde;
- Discriminação: racismo/preconceitos.

- Ficou explícito que não existe um modo único de vivência do tempo de juventude, a noção de “juventudes” se expressa, simultaneamente, em diversidades e desigualdades. As diversidades que caracterizam as muitas possibilidades culturais de viver a juventude e as desigualdades que fazem com que direitos e oportunidades não sejam assegurados para todos(as) os(as) jovens no Brasil.
- A consciência de direitos para esses(as) jovens é mais imediatamente percebida no plano da “questão social” do que na esfera dos direitos relacionados com a vida cívica e as liberdades fundamentais. Encontra-se aqui pista importante para pautas educativas e de mobilização que se dirijam à ampliação da consciência dos direitos dos(as) jovens brasileiros(as).
- É possível dizer que há um desejo de participação sempre latente, independente do “como participar”. Conforme a conjuntura, esse desejo de participação se direciona para questões mais pontuais e de busca de sentido da ação juvenil.
- Em linhas gerais, os dados da pesquisa evidenciam que os(as) jovens experimentam situações caracterizadas pela insegurança frente ao futuro – notadamente relacionada com a baixa expectativa de inserção produtiva e qualificada – e medo em relação ao presente, especialmente referido às situações de violência a que podem ser submetidas as pessoas de todas as classes nas regiões investigadas. Os(as) jovens demonstraram não encontrar espaços públicos nos quais possam negociar a resolução de suas angústias individuais e que, em última instância, são problemas coletivos que demandam soluções na forma de políticas públicas. Apontam a ausência de esferas públicas que, a exemplo dos Grupos de Diálogo realizados, pudessem servir de canais de expressão para suas opiniões e anseios de melhoria das condições de vida.
- Foi explícita a demanda por políticas capazes de universalizar os direitos no campo da educação, trabalho, cultura e lazer. ■



Fernando Miceli

O Diálogo

- Mesmo se, para alguns(mas), não tenha sido a única experiência deste tipo, para a grande maioria, os Grupos de Diálogo representaram uma oportunidade de expressão não encontrada por eles(as) em outros espaços.
- Considerações dos(as) jovens participantes sobre o Dia de Diálogo:

- Espaço de aprendizagem;
- espaço de expressão/conhecer opiniões diferentes;
- ouvir e respeitar o outro/dialogar/refletir;
- expor os pensamentos;
- oportunidade de conhecer novas pessoas;
- fazer amigos(as)/sociabilidade.

Por fim, parece legítimo reconhecer que é necessário criar estratégias de participação que façam sentido para esses(as) jovens preocupados(as) com os assuntos da proximidade e do cotidiano. É a partir deste ponto que será possível negociar outros princípios éticos, que transcendam o “aqui e agora” da política e o “vale tudo” que parece imperar em determinados mercados econômicos e simbólicos que disputam, permanentemente, os sentidos existenciais dos(as) jovens do mundo globalizado.

Como afirma Pontual (2000), *“ampliar e aprofundar a democracia significa criar mecanismos para que ela corresponda aos interesses da ampla maioria da população e criar novas mediações institucionais que possibilitem que as decisões sobre o futuro sejam sempre decisões compartilhadas, baseadas no princípio da co-gestão da coisa pública”*. No âmbito da participação juvenil, esta afirmação pressupõe duas necessidades: de um lado, a criação de um novo pacto político com o Estado progressivamente publicizando as decisões, abrindo mecanismos de expressão e de participação da juventude e, de outro, uma juventude se organizando para assumir tais espaços, fortalecendo as formas de expressão existentes e criando novas formas de representatividade. Nesse processo há que se reivindicar um forte papel para a educação, haja vista a importância que mecanismos educativos formais e não formais têm na construção desse poder da juventude, dessa autonomia.

Há um campo receptivo à convocação de vontades, verdadeiro sentido da palavra “mobilizar”. Os(as) jovens foram convocados(as) a esse exercício de diálogo, de compartilhamento de decisões, e responderam positivamente, dizendo dos caminhos que estão dispostos(as) a seguir e das condições para isto. Essa disposição está bastante evidente na forma como o discurso “muda de tom” ao longo do Dia de Diálogo. Os(as) jovens que começam o diálogo falando da falta ou responsabilizando o Governo, cobrando investimento, terminam esse dia ainda cobrando a ação e investimentos governamentais e até mais: cobrando honestidade, transparência, competência

no exercício do poder político. Mas também se vêem, descobrem potencialidades, assumem a postura de reivindicar ou acionar formas de “partilhar as decisões”. É preciso mais do que nunca que os espaços possam ser abertos, que as descobertas ou vontades possam ser potencializadas e os caminhos concretizados. Esse esforço é necessariamente coletivo.

Os(as) jovens ouvidos(as) na pesquisa expressaram a necessidade de o Estado e a sociedade civil os(as) valorizarem por meio de uma escuta qualificada e respeitosa. Deseja-se que a presente investigação possa contribuir com todos(as) aqueles(as) que têm o compromisso com a defesa e ampliação dos direitos dos(as) jovens brasileiros(as), mas sabe-se que esse objetivo se situa no processo amplo de luta pela superação das profundas desigualdades sociais e econômicas que marcam o nosso país e na possibilidade de garantir o caráter verdadeiramente público das políticas governamentais.

10.1. Recomendações de políticas públicas

- As políticas públicas devem ser capazes de reconciliar os(as) jovens com as instituições, por meio da criação de canais de participação na gestão da coisa pública. Um excelente ponto de partida nessa perspectiva é abrir espaços e buscar, com intensidade e persistência, a participação dos(as) jovens na discussão da qualidade do ensino, em todos os níveis: no diagnóstico da situação, na identificação de suas causas e na formulação das soluções dos problemas relacionados com a descrita escola pública, que se expandiu sem garantir qualidade.
- As políticas de juventude devem provocar também o envolvimento dos(as) jovens em assuntos, temas e problemas de reflexão e deliberação pública, que se identifiquem com a resolução de problemas humanos universais nas cidades, no país e no mundo.
- É necessário estimular que a escola seja lugar privilegiado da cultura cívico-participativa. Propõe-se o desenvolvimento de amplo diálogo nacional entre jovens e profissionais das escolas do Ensino Básico e Superior para a construção democrática de seus projetos político-pedagógicos.
- Garantir condições de sustentabilidade para que os(as) jovens possam se dedicar aos estudos, garantindo a todos o direito à Educação Básica.
- Universalizar o acesso aos meios digitais. Deve-se buscar desenvolver um projeto estratégico de democratização dos meios digitais relacionados com a produção de informação, conhecimento e comunicação. O acesso à internet deve um dos objetivos preponderantes na organização desse tipo de política.
- É preciso fomentar a constituição de espaços públicos, de centros e clubes culturais, artísticos e esportivos como forma de aproveitar o potencial de participação e associativismo dos(as) jovens. É sabido que esses espaços de participação

podem, em grande medida, se constituir – desde que democraticamente gerenciados – como “governos em miniatura” na gestão de fundos públicos e de interesses coletivos. Esses espaços de associativismo juvenil se constituem como um meio caminho entre o “mundo privado” e o “mundo público”, ou seja, verdadeiro exercício capaz de estimular a constituição de hábitos culturais participativos e democráticos.

- Deve-se buscar envolver e ampliar a atuação da sociedade civil, sobretudo os segmentos juvenis, na regulação dos grandes meios de comunicação, considerando-se a realidade monopolística na qual nos encontramos e a ampla influência desses meios no processo de formação da juventude brasileira.
- Estimular políticas culturais que privilegiem a descentralização, sobretudo de seus equipamentos públicos.
- Identificar, em âmbito nacional, iniciativas de participação juvenil já em curso e apoiar o seu desenvolvimento. Os Governos federal, estaduais e municipais podem fomentar espaços e culturas de participação juvenil.
- Elaborar programas de apoio a iniciativas culturais, científicas e esportivas juvenis.

10.2. Recomendações de novos estudos e investigações

- Avaliação de projetos governamentais voltados para jovens, com ênfase nas áreas de educação, trabalho, cultura e lazer, comunicação e participação no âmbito governamental (fóruns, conselhos, câmaras).
- Por meio da realização de Grupos de Diálogos com jovens, conhecer, informar, formar e analisar questões relacionadas às políticas públicas em curso voltadas para as juventudes.
- Proceder a um levantamento sistematizado dos principais meios de informação e comunicação de massa que predominam na informação dos(as) jovens (televisão, jornais, revistas e emissoras de rádio).
- Mapear grupos de jovens que lidam com mídia alternativa e investigar de que maneira a atuação em tais grupos influencia a apreensão de informações através dos grandes meios de informação.
- Investigar a trajetória de cotistas que entraram em universidades públicas por meio de diferentes mecanismos de ação afirmativa e o impacto da implantação das políticas de cotas em uma universidade pública, buscando saber como professores(as) e alunos(as) são preparados para tal implantação e os mecanismos formais estabelecidos (ou não) para garantir a permanência dos(as) alunos(as) cotistas em tal estabelecimento.

- Partindo da constatação de que um contingente significativo dos(as) jovens entrevistados(as) não estava estudando no momento da Pesquisa de Opinião, e de que a escola se mostrou como espaço de ampliação de acesso a bens culturais, pesquisar as estratégias de acesso acionadas pelos(as) jovens que estão fora da escola. Elas existem? Quais são? Qual é a relação desses(as) jovens com a escola? E com outras políticas públicas?
- Proceder a um mapeamento, em nível nacional, das instituições, governamentais ou não, que desenvolvem trabalhos com jovens, visando à construção de um banco de referência.
- Formar gestores(as) municipais e estaduais para o desenvolvimento de trabalho com jovens em diferentes áreas (educação, cultura, segurança etc.). ■



11 Bibliografia

ABRAMO, Helena. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. Helena Wendel Abramo e Pedro Paulo Martoni Branco (orgs.). São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005, 37-32.

_____. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. IN: *Revista Brasileira de Educação*, nº 5 e 6. São Paulo: Anped, 1997, 25-36.

ABRAMO, Helena & BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Apresentação. In: *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. Helena Wendel Abramo e Pedro Paulo Martoni Branco (orgs.). São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005, 9-22.

ABRAMO, Helena e VENTURI, Gustavo. Juventude, política e cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. *Revista Teoria e Debate*, nº 45, jul/ago/set 2000.

BALARDINI, Sergio (org.) *La Participación Social y Política de los Jóvenes en el Horizonte del Nuevo Siglo*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

BARQUERO, Marcello (org.) *Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

BOKANY, Vilma & VENTURI, Gustavo. Maiorias adaptadas, minorias progressistas. In: *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. Helena Wendel Abramo e Pedro Paulo Martoni Branco (orgs.). São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005, 351-446.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112-121.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 1996.

BRENNER, Ana Karina; CARRANO, Paulo e DAYRELL, Juarez. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. Helena Wendel Abramo e Pedro Paulo Martoni Branco (orgs.). São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005, 176-214.

CARRANO. Juventudes: as identidades são múltiplas. *Movimento*, Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, 11-27.

CASTRO, M.; ABRAMOVAY, M.; Por um novo paradigma do fazer políticas: de/para/com juventudes. Brasília: UNESCO, 2002.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil. Fundef: a ótica dos perdedores. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade federal do Rio de Janeiro, RJ, 2005.

HENRIQUES, Ricardo. Raça e gênero nos sistemas de ensino. Brasil. Rio de Janeiro: Unesco, 2002.

IANNI, Otavio. O jovem radical. In *Sociologia da Juventude, I*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, 225-242.

IBASE & POLIS. Que Brasil queremos? como chegar lá? – Roteiro para o diálogo da pesquisa Juventude Brasileira e Democracia. Rio de Janeiro: IBASE, 2005.

- IBGE.** *Síntese de Indicadores Sociais 2003*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.
- _____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Microdados de 1995, 1999 e 2001.
- _____. *Síntese de Indicadores Sociais 2002*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.
- _____. Censo de 2000.
- FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. SECRETARIA INTERNACIONAL.** Pesquisa sobre Perfil de Participantes/ Secretaria Internacional do Fórum Social Mundial. Coleção Fórum Social Mundial 2003. Volume V. Rio de Janeiro: IBASE, 2003.
- KOWARICK, Lucio.** *Escritos urbanos*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- LAGUNA, Ricardo Becerra.** Participación política y ciudadana de los jóvenes. In: *Jóvenes: una evaluación del conocimiento. La investigación sobre Juventud en México 1986-1999*. José Antonio Pérez Islas (org). Colección Jóvenes, nº 05. México, DF: Instituto Mexicano de Juventud, 2000.
- LEWGOY, Bernardo.** “A antropologia pós-moderna e a produção literária espírita”. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, ano 4, n.8, p. 87-113, junho de 1998.
- MACKINNON, Mary Pat; MAXWELL, Judith; ROSELL, Steven; e SAXENA, Nandini.** Citizen’s Dialogue on Canada’s Future: a 21st Century Social Contract. Canadian Policy Research Networks, Viewpoint Learning Inc., 2003.
- MANNHEIM, Karl.** O problema da juventude na sociedade moderna. In: *Sociologia da Juventude, I*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, 69-94.
- MARGULIS, M. e URRESTI, M.** La construcción social de la condición de juventud . IN: *Viviendo a toda: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, 1998.
- MELUCCI, Alberto.** *A invenção do presente*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. *O jogo do eu*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2005.
- MÜXEL, Anne.** Jovens dos anos 90: à procura de uma política sem “rótulos”. IN: *Revista Brasileira de Educação*, nº 5 e 6. São Paulo: Anped, 1997, 151-166.
- NOVAES, Regina Reyes.** *Juventude: conflito e solidariedade*. Rio de Janeiro: ISER. Comunicações do Iser 50, 1998.
- _____ e **MELLO, Cecília Campelo do A.** *Jovens do Rio: circuitos, crenças e acessos*. Comunicações do ISER, Rio de Janeiro, ISER, Ano 21, nº. 57, 2002.
- _____. Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz diferença? In: *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. Helena Wendel Abramo e Pedro Paulo Martoni Branco (orgs.). São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005, 263-290.
- OESTERREICH, Detlef.** A atitude da juventude alemã diante da atuação política: uma comparação internacional. In: *As caras da juventude. Cadernos Adenauer II*, nº 6. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, dezembro 2001, 107-132.
- PAIS, Machado.** Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro. Porto: Editora Âmbar, 2001
- POCHMANN, Marcio.** A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.
- PONTUAL, Pedro.** O processo educativo no orçamento participativo, Tese de doutorado, PUC/SP, 2002.
- PUTNAM, Robert D.** *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002
- REGUILLO, Rossana** Ciudadanías juveniles en América Latina. Revista *Última Década*, año 11, nº 19. CIDPA: Viña del Mar, Chile, 2003, 11-30.
- RODRÍGUEZ, Ernesto.** Organizaciones y movimientos juveniles en america del sur: Estado de situación y bases para un Programa de fortalecimiento institucional. Internet: <http://www.celaju.org/documentos/2005.htm>,, 30/10/2005.
- RUA, Maria das Graças.** As políticas públicas e a juventude dos anos 90. IN: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998. 2 v.

- SANTOS**, Milton. *Técnica-Espaço-Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
- SCHMIDT**, João Pedro. *Juventude e Política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.
- SPOSITO**, Marília. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação Educativa, 2003.
- TOURAINE**, Alan. Juventud y Democracia en Chile. IN: *Revista Iberoamericana de Juventud*. Madrid: Ed. Org. Iberoamericana de Juventud, n. 1, 1996.

Relatórios Regionais

- CORTI**, Ana Paula (org.). Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas. Relatório Final da Região Metropolitana de São Paulo, 2005.
- COSTA**, Ozanira Ferreira (org.). Relatório Sintético dos Grupos de Diálogos. Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas. Região Metropolitana de Brasília, 2005.
- DAYRELL**, Juarez (org.). Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas. Relatório dos Grupos de Diálogo da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2005.
- DE TOMMASI**, Lúvia (org.). Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas. Região Metropolitana do Recife, 2005.
- FISCHER**, Nilton Bueno (org.). Relatório qualitativo – Grupos de Diálogo da Região Metropolitana de Porto Alegre. Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.
- OLIVEIRA**, Júlia Ribeiro de (org.). Relatório parcial dos Grupos de Diálogo da Região Metropolitana de Salvador. Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.
- RODRIGUES**, Solange (org.). Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas. Relatório Síntese da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2005.
- SILVA**, Lúcia Isabel da Conceição (org.). Relatório final da Região Metropolitana de Belém. Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.



Anexos

Questionário

UF	Município	Distrito	Subdistrito	Código do Setor	Tipo	Seqüência

Bom dia, boa tarde, boa noite. Meu nome é ... e eu trabalho no Instituto Focus. Estamos realizando uma pesquisa nacional sobre a juventude brasileira com duração aproximada de 15 minutos. Você poderia colaborar conosco respondendo algumas perguntas?

I. PERFIL DO ENTREVISTADO

1. Sexo 1 Masculino 2 Feminino

2. Idade

3. Raça (resposta única e estimulada) (CARTELA)

01 02 03 04 05 99 Ns / No

outra raça, qual? _____

4. Estado civil (resposta única e espontânea)

1 Solteiro(a) 2 Casado(a) / Vive junto 3 Outra situação

5. Filhos 1 Tem filhos 2 Não tem filhos

6. Religião (resposta única e estimulada) (CARTELA)

1 2 3 4 5 6 7 8 9

II. EDUCAÇÃO

7. Escolaridade (resposta única e estimulada) (CARTELA)

- 01 (Ir para pergunta 19) 02 03 04 05 06
07 08 09 10 11 12 13 14

8. Em sua vida escolar, a maior parte do tempo você estudou em escola pública ou privada?

- 1 Escola pública 2 Escola privada

9. Você está estudando atualmente?

- 1 Sim 2 Não (Ir para a pergunta 19)

10. Neste ano, sua escola realizou atividades de: (CARTELA)

- | | | | |
|------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------------------|
| 10.1 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 99 <input type="checkbox"/> Ns / No |
| 10.2 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 99 <input type="checkbox"/> Ns / No |
| 10.3 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 99 <input type="checkbox"/> Ns / No |
| 10.4 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 99 <input type="checkbox"/> Ns / No |
| 10.5 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 99 <input type="checkbox"/> Ns / No |
| 10.6 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 99 <input type="checkbox"/> Ns / No |
| 10.7 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 99 <input type="checkbox"/> Ns / No |
| 10.8 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 99 <input type="checkbox"/> Ns / No |

11. Você participou das atividades que sua escola realizou? (CARTELA)

- | | | |
|------|--------------------------------|--------------------------------|
| 11.1 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não |
| 11.2 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não |
| 11.3 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não |
| 11.4 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não |
| 11.5 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não |
| 11.6 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não |
| 11.7 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não |
| 11.8 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não |

12. (Somente para quem disse que a escola realizou DEBATES – Item 10.3). Neste ano, sua escola realizou debates sobre: (CARTELA)

- | | | | |
|------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------------------|
| 12.1 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 99 <input type="checkbox"/> Ns / No |
| 12.2 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 99 <input type="checkbox"/> Ns / No |
| 12.3 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 99 <input type="checkbox"/> Ns / No |
| 12.4 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 99 <input type="checkbox"/> Ns / No |
| 12.5 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 99 <input type="checkbox"/> Ns / No |

13. Você participou desse(s) debate(s)? (CARTELA)

- | | | |
|------|--------------------------------|--------------------------------|
| 13.1 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não |
| 13.2 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não |
| 13.3 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não |
| 13.4 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não |
| 13.5 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não |

Vamos citar alguns espaços relativos à sua escola/universidade e você deverá dizer se conhece e também se participa ou se já participou deles.

14. Conhece? (CARTELA)

- | | | | |
|------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------------------|
| 14.1 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 99 <input type="checkbox"/> Ns / No |
| 14.2 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 99 <input type="checkbox"/> Ns / No |
| 14.3 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 99 <input type="checkbox"/> Ns / No |
| 14.4 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 99 <input type="checkbox"/> Ns / No |

15. Participa ou já participou? (CARTELA)

- | | | |
|------|--------------------------------|--------------------------------|
| 15.1 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não |
| 15.2 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não |
| 15.3 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não |
| 15.4 | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não |

16. Você freqüenta a escola/universidade nos finais de semana?

- 1 Sim 2 Não (Ir para a pergunta 18)

17. Para que você vai à escola/universidade nos finais de semana? (resposta múltipla e estimulada) (CARTELA)

- 01 02 03 04 05 06 07 08 09 10

18. Qual(is) o(s) curso(s) que você já fez ou está fazendo além das aulas regulares, dentro ou fora da escola/universidade? (resposta múltipla e estimulada) (CARTELA)

- 01 02 03 04 05 06 07 08 09 10 11

III. SITUAÇÃO FAMILIAR

19. Destes itens, qual a quantidade de cada um que tem na sua casa? (CARTELA)

- | | | | | | |
|-------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|---------------------------------|
| 19.1 | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> | 5 ou + <input type="checkbox"/> |
| 19.2 | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> | 5 ou + <input type="checkbox"/> |
| 19.3 | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> | 5 ou + <input type="checkbox"/> |
| 19.4 | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> | 5 ou + <input type="checkbox"/> |
| 19.5 | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> | 5 ou + <input type="checkbox"/> |
| 19.6 | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> | 5 ou + <input type="checkbox"/> |
| 19.7 | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> | 5 ou + <input type="checkbox"/> |
| 19.8 | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> | 5 ou + <input type="checkbox"/> |
| 19.9 | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> | 5 ou + <input type="checkbox"/> |
| 19.10 | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> | 5 ou + <input type="checkbox"/> |

20. Qual o grau de instrução do chefe da sua família? (CARTELA)

- 01 02 03 04 05

Caso o entrevistado(a) não saiba responder de acordo com os itens acima, leia os itens abaixo para que ele(a) escolha uma opção

- 06 Ensino Fundamental (até a 4ª série incompleta)
07 Ensino Fundamental (da 4ª série completa até a 8ª série incompleta)
08 Ensino Fundamental completo até Ensino Médio incompleto
09 Ensino Médio completo até Superior incompleto
10 Superior completo ou mais

IV. TRABALHO

21. Você está trabalhando (qualquer trabalho remunerado, inclusive “bico”)?

- 1 Sim (Ir para a pergunta 23) 2 Não (Ir para a pergunta 22)

22. Você está procurando trabalho?

1 Sim (Ir para a pergunta 23) 2 Não (Ir para a pergunta 22)

23. Qual é a sua situação no seu trabalho atual? (CARTELA)

01 02 03 04 05 06 07 08 09 10

V. MÍDIA E ACESSO À CULTURA

24. Você costuma se informar sobre as coisas que estão acontecendo no mundo?

1 Sim 2 Não (Ir para a pergunta 26)

25. Como? (resposta múltipla e estimulada) (CARTELA)

1 2 3 4 5 6 7 8 9

26. Você costuma freqüentar: (resposta múltipla e estimulada) (CARTELA)

1 2 3 4 5 6 7

27. Você tem acesso a computador?

1 Sim 2 Não (Ir para a pergunta 32)

28. Você acessa à internet?

1 Sim 2 Não (Ir para a pergunta 32)

29. Você acessa à internet sempre, de vez em quando ou raramente?

1 Sempre 2 De vez em quando 3 Raramente

30. De que local você acessa mais vezes? (resposta única e estimulada) (CARTELA)

1 2 3 4 5 6 7

Outro lugar, qual? _____

31. Com que atividade você gasta mais tempo na internet? (resposta única e estimulada) (CARTELA)

1 2 3 4 5 6 7 8

Outra atividade, qual? _____

32. Você colabora ou colaborou com algum desses meios de comunicação? (resposta múltipla e estimulada) (CARTELA)

1 2 3 4 5 6 7

Outro meio qual? _____

33. Aproximadamente quantos livros completos você leu este ano?

01 1 02 2 03 3 a 5 04 6 ou + 05 Nenhum

VI. PARTICIPAÇÃO E CULTURA POLÍTICA

34. Você faz parte de algum grupo?

1 Sim 2 Não (Ir para a pergunta 36)

35. Qual(is) o(s) tipo(s) de atividade que o(s) grupo(s) do(s) qual(is) você participa realiza(m)? (resposta múltipla e estimulada) (CARTELA)

1 2 3 4 5 6 7 8

Outra atividade, qual? _____

36. Você já participou de algum movimento ou reunião para melhorar a vida do seu bairro ou da sua cidade?

1 Sim 2 Não (Ir para a pergunta 38)

37. Quais eram os objetivos desses movimentos ou reuniões? (resposta múltipla e estimulada) (CARTELA)

1 2 3 4 5

Outro objetivo, qual? _____

38. Vou mostrar alguns tipos de associações, entidades e grupos e gostaria que você me dissesse, para cada um deles, se você participa atualmente, se já participou e não participa mais ou se nunca participou. (CARTELA)

	Participa atualmente	Já participou e não participa mais	Nunca participou	
38.1	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	
38.2	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	
38.3	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	
38.4	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	
38.5	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	
38.6	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	
38.7	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	
38.8	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	
38.9	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	
38.10	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	
38.11	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	
38.12	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	Qual partido?
38.13	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	
38.14	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	Outra, qual?
38.15	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	Outra, qual?

39. De um modo geral, como você classifica sua atitude frente à participação política? (resposta única e estimulada) (CARTELA)

1 2 3 4 99 Ns / No

40. Você saberia me dizer o que significa cada um destes itens? (CARTELA)

40.1 _____ 99 Ns / No
40.2 _____ 99 Ns / No
40.3 _____ 99 Ns / No
40.4 _____ 99 Ns / No
40.5 _____ 99 Ns / No
40.6 _____ 99 Ns / No
40.7 _____ 99 Ns / No

41. Você tem título de eleitor?

1 Sim 2 Não

42. Qual o nome do presidente do nosso país?

_____ 99 Ns / No

43. Qual o nome do governador do nosso estado?

_____ 99 Ns / No

44. Qual o nome do prefeito da nossa cidade?

_____ 99 Ns / No

45. Vou mostrar algumas frases e gostaria que você me dissesse o quanto concorda ou discorda delas respondendo se: concorda totalmente, concorda parcialmente, discorda parcialmente ou discorda totalmente. (CARTELA)

	Concorda totalmente	Concorda parcialmente	Discorda parcialmente	Discorda parcialmente	
45.1	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	99 <input type="checkbox"/> Ns / No
45.2	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	99 <input type="checkbox"/> Ns / No
45.3	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	99 <input type="checkbox"/> Ns / No
45.4	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	99 <input type="checkbox"/> Ns / No
45.5	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	99 <input type="checkbox"/> Ns / No

46. Você tem interesse e poderia participar de um encontro de jovens para discutir alguns temas relativos aos jovens brasileiros?

1 Sim 2 Não

VII. DADOS DO ENTREVISTADO

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____

DDD / Telefone _____

DDD / Celular _____

E-mail _____

OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!

Código do Entrevistador

Nome do Entrevistador _____

Coleta _____ Data ____/____

Checagem _____ Data ____/____

Crítica _____ Data ____/____

Supervisão _____ Data ____/____

Cartela

3. Raça

- 1 – Amarela
- 2 – Branca
- 3 – Indígena
- 4 – Parda
- 5 – Preta
- Outra raça, qual?

6. Religião

- 1 – Afro-brasileira (umbanda, candomblé, outras)
- 2 – Católica
- 3 – Espírita
- 4 – Evangélica/protestante
- 5 – Judaica
- 6 – Orientais (budista, seicho-no-iê, outras)
- 7 – Acredita em Deus, mas não tem religião
- 8 – Sem religião
- 9 – Outra religião

7. Escolaridade

- 01 – Não freqüentou escola
- 02 – Ensino Fundamental (da 1ª a 4ª série incompleta)
- 03 – Ensino Fundamental (da 1ª a 4ª série completa)
- 04 – Ensino Fundamental (da 5ª a 8ª série incompleta)
- 05 – Ensino Fundamental (da 5ª a 8ª série completa)
- 06 – Ensino Médio incompleto
- 07 – Ensino Médio completo
- 08 – Supletivo (Ensino Fundamental)
- 09 – Supletivo (Ensino Médio)
- 10 – Curso pré-vestibular
- 11 – Pré-vestibular comunitário
- 12 – Ensino Superior incompleto
- 13 – Ensino Superior completo
- 14 – Pós-graduação

10 e 11. Neste ano, sua escola/universidade realizou atividades de:

- 1 – Ação comunitária/trabalho social
- 2 – Apresentação de teatro/dança/música/festivais culturais
- 3 – Debates
- 4 – Excursão
- 5 – Exibição de filme
- 6 – Festa
- 7 – Seminários/concursos de redação/feira de ciências
- 8 – Visita a museus/exposições

12. Neste ano, sua escola/universidade realizou debates sobre:

- 1 – Aids/sexualidade/drogas/violência
- 2 – Direitos humanos
- 3 – Política/eleições
- 4 – Problemas do bairro/cidade
- 5 – Projeto político-pedagógico, regras da escola, disciplina, formas de avaliação

14 e 15. Espaços relativos à escola/universidade

- 1 – Conselho de classe
- 2 – Conselho de escola
- 3 – Grêmios estudantil/associação estudantil/centro acadêmico
- 4 – Representantes de classe

17. Para que você vai à escola/universidade nos finais de semana?

- 01 – Assistir a apresentações de teatro/música/dança etc.
- 02 – Encontrar amigos(as)/outros(as) jovens
- 03 – Frequentar curso pré-vestibular/aulas de reforço
- 04 – Frequentar cursos profissionalizantes
- 05 – Participar de cultos/celebrações religiosas
- 06 – Participar de cursos/oficinas culturais e artísticas
- 07 – Participar de festas
- 08 – Praticar esportes
- 09 – Realizar trabalhos voluntários/atividades da comunidade
- 10 – Outros motivos

18. Quais os cursos que você já fez ou está fazendo além das aulas regulares, dentro ou fora da escola/universidade?

- 01 – Atividades culturais (música/teatro/artes plásticas/dança/outros)
- 02 – Cursos profissionalizantes
- 03 – Esportes (ginástica/futebol/capoeira/outros)
- 04 – Informática/computação
- 05 – Língua estrangeira
- 06 – Pré-vestibular comunitário
- 07 – Pré-vestibular privado
- 08 – Reforço escolar
- 09 – Religião
- 10 – Outros cursos
- 11 – Nenhum curso

19. Destes itens, quantos existem de cada um na sua casa?

- 01 – Televisão em cores
- 02 – Rádio
- 03 – Banheiro
- 04 – Automóvel de passeio
- 05 – Empregada mensalista
- 06 – Aspirador de pó
- 07 – Máquina de lavar ou tanquinho
- 08 – Videocassete ou DVD
- 09 – Geladeira
- 10 – Freezer (aparelho independente ou parte da geladeira duplex)

20. Qual o grau de instrução do chefe da sua família?

- 1 – Até primário incompleto
- 2 – Primário completo/ginasial incompleto
- 3 – Ginasial completo/colegial incompleto
- 4 – Colegial completo/superior incompleto
- 5 – Superior completo ou mais

22. Qual é a sua situação no seu trabalho atual?

- 01 – Aprendiz
- 02 – Bolsista de projetos sociais
- 03 – Conta própria/autônomo com INSS
- 04 – Conta própria/autônomo sem INSS
- 05 – Empregado(a) com carteira assinada
- 06 – Empregado(a) sem carteira assinada
- 07 – Empregador(a)
- 08 – Funcionário(a) público(a)
- 09 – Estagiário(a)
- 10 – Outras situações

25. Como se informa sobre as coisas que estão acontecendo no mundo?

- 1 – Amigos(as)/turma/colegas de trabalho
- 2 – Colegas de escola
- 3 – Familiares
- 4 – Internet
- 5 – Jornais/revistas escritos
- 6 – Professores
- 7 – Rádio
- 8 – Televisão
- 9 – Outras formas

26. Você costuma freqüentar:

- 1 – Centros culturais
- 2 – Cinema
- 3 – Museus
- 4 – Parques e praças
- 5 – Shopping
- 6 – Teatro
- 7 – Não freqüenta esses lugares

30. De que local acessa a internet mais vezes?

- 1 – Associação de moradores/centros comunitários locais
- 2 – Casa
- 3 – Casa de amigos(as)/parentes
- 4 – Escola
- 5 – Lam house/cyber café
- 6 – Telecentros públicos
- 7 – Trabalho
- Outro local, qual?

32. Com que atividade você gasta mais tempo na internet?

- 1 – Bate-papo
- 2 – Compras
- 3 – Jogos
- 4 – Mandar ou receber e-mail
- 5 – Orkut/ICQ/MSN (comunidade virtual)
- 6 – Pesquisas para escola
- 7 – Pesquisas para trabalho
- 8 – Sites com conteúdo sexual
- Outra atividade, qual?

32. Você colabora ou colaborou com algum desses meios de comunicação?

- 1 – Jornal comunitário
- 2 – Jornal da escola
- 3 – Jornal de grupos (fanzines)
- 4 – Produção de vídeos
- 5 – Rádio comunitária
- 6 – Televisão comunitária
- 7 – Nunca colaborou
- Outro meio, qual?

35. Qual(is) o(s) tipo(s) de atividade que o(s) grupo(s) do(s) qual(is) você participa realiza(m)?

- 1 – Comunicação
- 2 – Esporte
- 3 – Estudantis
- 4 – Meio ambiente/ecologia
- 5 – Melhoria das condições de vida no bairro
- 6 – Música/dança/teatro
- 7 – Político-partidárias/estudantis
- 8 – Religiosas
- Outra atividade, qual?

37. Quais eram os objetivos desses movimentos ou reuniões?

- 1 – Áreas de lazer/quadras de esporte
- 2 – Educação/escola
- 3 – Postos de saúde
- 4 – Saneamento/meio ambiente
- 5 – Segurança
- Outro objetivo, qual?

38. Vou mostrar alguns tipos de associações, entidades e grupos e gostaria que você me dissesse, para cada um deles, se você participa atualmente, se já participou e não participa mais ou se nunca participou.

- 01 – Associação comunitária, de moradores ou sociedade de amigos(as) do bairro
- 02 – Associação estudantil, grêmio, centro acadêmico ou união de estudantes
- 03 – Clube ou associação esportiva, recreativa ou de lazer (skate, por exemplo)
- 04 – Grupo artístico ou cultural (hip hop, funk, rap, grafite, bandas etc.)
- 05 – Grupo de defesa do meio ambiente ou ecológico
- 06 – Grupo religioso
- 07 – Grupos diversos (galeras, gangues etc.)
- 08 – Grupos/trabalhos voluntários
- 09 – Movimento negro/indígena/feminista/liberdade de opção sexual

- 10 – Movimentos sociais (saúde, educação, moradia etc.)
- 11 – ONGs
- 12 – Partido político
- 13 – Sindicato de trabalhadores/associação profissional

39. De um modo geral, como você classifica sua atitude frente à participação política?

- 1 – Considero-me politicamente participante
- 2 – Penso que se deva deixar a política para pessoas que tenham mais competência do que eu
- 3 – Procuo me informar sobre a política, mas sem participar pessoalmente
- 4 – Não gosto de política

40. Você saberia me dizer o que significa cada um destes itens?

- 1 – Alca
- 2 – ECA
- 3 – Fórum Social Mundial
- 4 – Greenpeace
- 5 – ONG
- 6 – ONU
- 7 – Política de cotas

45. Vou mostrar algumas frases e gostaria que você me dissesse o quanto concorda ou discorda delas, respondendo se: concorda totalmente, concorda parcialmente, discorda parcialmente ou discorda totalmente.

- 1 – A maioria dos(as) políticos(as) não representam os interesses da população
- 2 – É preciso que as pessoas se juntem para defender seus interesses
- 3 – É preciso abrir canais de diálogo entre os(as) cidadãos(ãs) e o Governo
- 4 – Cada pessoa tem que cuidar de seus próprios interesses
- 5 – A maioria dos(as) políticos(as) só defendem seus interesses pessoais

Opinião inicial

Para chegar ao Brasil que queremos, que nota você dá a cada um dos Caminhos de Participação abaixo?

Para cada um dos Caminhos Participativos, indique o quanto você está de acordo ou não, em uma escala de 1 a 7 (se você for totalmente contra o Caminho, faça um círculo em volta do número 1. Se você for totalmente a favor do Caminho, faça um círculo em volta do número 7. Caso você não seja nem muito contra, nem muito a favor, faça um círculo em um dos números intermediários, de acordo com o tamanho de sua identificação com cada um deles).

Não há resposta certa ou errada, o que queremos é conhecer sua opinião!

CAMINHO 1: Eu me engajo e tenho uma bandeira de luta.

Jovens que fazem parte de partidos políticos, grêmios, sindicatos, conselhos, organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos sociais estão ajudando a organizar a sociedade, a controlar a ação dos Governos, além de ajudar a ampliar direitos. Esse tipo de participação inclui as gerações mais jovens na luta contra as desigualdades no Brasil.

1	2	3	4	5	6	7
Sou totalmente contra						Sou totalmente a favor

CAMINHO 2: Eu sou voluntário(a) e faço a diferença.

Jovens envolvidos(as) em trabalhos voluntários como reflorestamento, manutenção de escolas, alfabetização e recreação com crianças pobres, campanhas de doação de alimentos e outras ações desse tipo ajudam a diminuir os problemas sociais do Brasil. Eles(as) estão ajudando a realizar as melhorias que o país precisa.

1	2	3	4	5	6	7
Sou totalmente contra						Sou totalmente a favor

CAMINHO 3: Eu e meu grupo: nós damos o recado.

Jovens que formam grupos culturais, religiosos, de comunicação, entre outros, fortalecem o direito de se organizarem livremente. Em grupos, os(as) jovens rompem com o isolamento, dividem e expressam idéias. Assim, eles(as) contribuem para a construção de uma sociedade democrática e, a partir dos grupos que formam, desenvolvem atividades que podem mudar a realidade do Brasil.

1	2	3	4	5	6	7
Sou totalmente contra						Sou totalmente a favor

Opinião final

Para chegar ao Brasil que queremos, que nota você dá a cada um dos Caminhos de Participação abaixo?

Agora que você teve a chance de conversar e pensar sobre as alternativas, qual é a sua opinião? Para cada um dos três Caminhos Participativos, por favor, indique o quanto favorável ou desfavorável você se sente (se você for totalmente contra o Caminho, faça um círculo em volta do número 1. Se você for totalmente a favor do Caminho, faça um círculo em volta do número 7. Caso você não seja nem muito contra, nem muito a favor, faça um círculo em um dos números intermediários, de acordo com o tamanho de sua identificação com cada um deles).

Não há resposta certa ou errada, o que queremos é conhecer sua opinião!

A sua preferência pode estar baseada em uma condição (por ex., “Eu faço um círculo no número X que indica que sou mais ou menos favorável a tal caminho **mas apenas se** ele incluir tais coisas **OU apenas se** não incluir tais coisas”). Por favor, caso existam condições, escreva-as nas linhas imediatamente abaixo ao Caminho.

CAMINHO 1: Eu me engajo e tenho uma bandeira de luta.

Jovens que fazem parte de partidos políticos, grêmios, sindicatos, conselhos, organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos sociais estão ajudando a organizar a sociedade, a controlar a ação dos Governos, além de ajudar a ampliar direitos. Esse tipo de participação inclui as gerações mais jovens na luta contra as desigualdades no Brasil.

1	2	3	4	5	6	7
Sou totalmente contra						Sou totalmente a favor

Com a condição de que: _____

CAMINHO 2: Eu sou voluntário(a) e faço a diferença.

Jovens envolvidos(as) em trabalhos voluntários como reflorestamento, manutenção de escolas, alfabetização e recreação com crianças pobres, campanhas de doação de alimentos e outras ações desse tipo ajudam a diminuir os problemas sociais do Brasil. Eles(as) estão ajudando a realizar as melhorias que o país precisa.

1	2	3	4	5	6	7
Sou totalmente contra						Sou totalmente a favor

Com a condição de que: _____

Rede parceira: Ação Educativa, Centro de Referência Integral de Adolescentes, Escola de Formação Quilombo dos Palmares, Instituto de Estudos Socioeconômicos, Instituto Universidade Popular, Iser Assessoria, Observatório da Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais, Observatório Jovem do Rio de Janeiro da Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Coordenação

iBetinho
Base



PÓLIS
INSTITUTO DE ESTUDOS,
FORMAÇÃO E ACESSORIA
EM POLÍTICAS SOCIAIS

Apoio

10th Anniversary **CPRN** 2005 **RCRPP**
Fresh Ideas for Canada's Future

IDRC  **CRDI**